

RESOLUÇÃO Nº 13/REIT - CEPEX/IFRO, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Dispõe sobre a aprovação do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Campus Cacoal.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Estatuto e, considerando o Processo nº 23243.012055/2017-61, considerando a Resolução nº 57/CONSUP/IFRO/2017, considerando ainda a aprovação unânime do Cepex na 10ª Reunião Ordinária, em 12/12/2017;

R E S O L V E:

Art. 1º APROVAR o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, *Campus Cacoal*, anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

UBERLANDO TIBURTINO LEITE

Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.



Documento assinado eletronicamente por **Uberlando Tiburtino Leite, Presidente do Conselho**, em 29/03/2018, às 16:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0202266** e o código CRC **24173424**.

ANEXO I À RESOLUÇÃO Nº 13, DE 27 DE MARÇO DE 2018

PPC LICENCIATURA EM GEOGRAFIA - CAMPUS CACOAL - [LINK](#) - 0202260

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA DO *CAMPUS* CACOAL

Cacoal, 2017

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA DO *CAMPUS* CACOAL

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO

PORTARIA Nº 134, de 22 DE JUNHO DE 2017

Tiago Roberto Silva Santos

Ayrton Schupp Pinheiro Oliveira

Sirley Leite Freitas

Luciano Edson da Silva

Juliano Crithian Silva

Clodoaldo Cristiano Reis

Fernanda de Oliveira Freitas Cavalcante

PORTARIA Nº 139, de 04 DE JULHO DE 2017

Gilson Divino Araújo da Silva

Andréia dos Santos Oliveira

Cacoal, 2017

Sumário

APRESENTAÇÃO	12
I. DADOS PRELIMINARES DO CURSO E DA IES:.....	13
1. Dados do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (Reitoria)	13
2. Dirigentes Ligados a Reitoria:	14
3. Dados da Unidade de Ensino – <i>Campus</i>	14
4. Dados dos Dirigentes da Unidade de Ensino – <i>Campus</i>	14
5. Dados Gerais do Curso a Ser Implantado	14
II. CONTEXTUALIZAÇÃO DO IFRO	15
1. DADOS INSTITUCIONAIS	15
1.1. Breve Histórico do IFRO: Contexto	15
1.2 Breve Histórico do <i>campus</i> : Contexto	16
1.3. Missão, Visão e Valores do IFRO	18
1.3.1. Missão	18
1.3.2. Visão	18
1.3.3. Valores.....	18
1.4. Dados Sócio-Econômicos da Região.....	19
DIMENSÃO 1 – ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO	22
1.1. CONTEXTO EDUCACIONAL	22
1.1.1 Os dados e pirâmide populacional.....	22
1.1.2. População do Ensino Médio Regional	23
1.1.3. Quantidade de Vagas Ofertadas na Educação Superior da Região	25
1.1.4. Taxas Bruta e Líquida de Matriculados na Educação Superior	26
1.1.5. Demanda pelo Curso	27
1.1.6. Justificativa do Curso	28
1.1.7. Formas de Acesso ao Curso	29
1.2. Políticas Institucionais Constantes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) no Âmbito do Curso	30
1.2.1. A Inter-relação entre o Ensino a Pesquisa e a Extensão	31
1.2.2. Políticas de Articulação com os Setores Públicos e Privados	32

1.2.3. Políticas de Ensino	34
1.2.4. Políticas de Pesquisa.....	35
1.2.5. Políticas de Extensão	36
1.2.6. Ações para o Desenvolvimento do Ensino, da Pesquisa e da Extensão ..	36
1.3. Objetivos do Curso.....	38
1.3.1. Objetivo Geral do Curso	38
1.3.2. Objetivos Específicos do Curso	38
1.4. Perfil Profissional do Egresso: Competências e Habilidades	38
1.4.1. Habilidades Específicas.....	39
1.4.2. Mercado de Trabalho: relações entre o perfil do egresso e a profissão ...	40
1.5. Estrutura Curricular	40
1.6. Conteúdos Curriculares do Curso	43
1.6.1. Especificação dos Componentes Curriculares	43
1.6.2. Coerência dos Conteúdos Curriculares com o Perfil Desejado do Egresso	46
1.6.3. Coerência dos Conteúdos Curriculares Face às Diretrizes Curriculares Nacionais	46
1.6.4. Compartilhamento de disciplinas respeitando a carga-horária	48
1.6.5. Matriz Curricular do Curso	48
1.6.6. Ementário	58
1.6.7 Disciplinas Optativas.....	95
1.6.8 Ementário das disciplinas optativas	96
1.6.9. Estratégias de Desenvolvimento de Atividades Não Presenciais ou Semipresenciais	104
1.7. Metodologia.....	104
1.7.1. Concepção do Curso e Abordagens Pedagógicas	106
1.7.2. Transversalidade no Currículo	107
1.7.3. Prática Como Componente Curricular	107
1.7.4. Estratégias de Acompanhamento Pedagógico	108
1.7.5. Flexibilização Curricular.....	108
1.7.6. Estratégias de Desenvolvimento de Atividades Não Presenciais ou Semipresenciais	109
1.7.7. Certificação de Conclusão de Curso e Certificação Intermediária	109

1.7.8. Critérios de Aproveitamento de Estudos e de Certificação de Conhecimentos	109
1.8. Estágio Curricular Supervisionado	111
1.9 Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas.....	111
1.10 Estágio supervisionado – relação entre licenciados, docentes e supervisores da rede de escolas da educação básica	112
1.10.1. Supervisão e Orientação do Estágio Supervisionado	112
1.10.2. Avaliação do Estágio Supervisionado.....	112
1.10.3. Orientador de Estágio	112
1.10.4. Supervisor.....	112
1.10.5. Estagiário	113
1.10.6. Documento de Avaliação	113
1.11 Estágio Curricular Supervisionado – relação teoria e prática.....	113
1.12 Estágio Não Obrigatório	114
1.13. Atividades Complementares	115
1.14. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).....	116
1.14.1. O Trabalho.....	118
1.14.2. A Defesa do Trabalho	119
1.14.3. A Divulgação do Trabalho.....	120
1.15. Apoio ao Discente	120
1.16. Ações Decorrentes do Processo Avaliativo do Curso	120
1.16.1. Atendimento Extraclasse	123
1.16.2. Atendimento Psicopedagógico	123
1.16.3. Estratégias de Nivelamento	123
1.16.4. Estratégias de Interdisciplinaridade	124
1.16.5. Curricularização da Extensão	126
1.16.6. Estímulos às Atividades Acadêmicas	127
1.17 Atividades de Tutoria	128
1.18. Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no Processo Ensino-Aprendizagem	129
1.19. Procedimentos de Avaliação dos Processos de Ensino-aprendizagem do Curso	130
1.20. Número de Vagas	132

1.21 Interação com as redes públicas de ensino	132
1.22 Atividades práticas de ensino para licenciatura	133
1.23. Participação obrigatória dos discentes no acompanhamento e na avaliação do PPC.....	133
DIMENSÃO 2 - CORPO DOCENTE	133
2.1. Atuação do Núcleo Docente Estruturante	133
2.1.1. Composição do Núcleo Docente Estruturante	135
2.2. Atuação do Coordenador do Curso.....	135
2.2.1. Identificação do Coordenador do Curso	136
2.2.2. Titulação e Formação do Coordenador do Curso	136
2.3. Experiência Profissional do Coordenador do Curso e Atuação no IFRO.	137
2.4. Regime de Trabalho do Coordenador do Curso	137
2.5. Titulação do Corpo Docente	137
2.5.1. Políticas de aperfeiçoamento, qualificação e atualização do corpo docente	138
2.6. Titulação do Corpo Docente – Percentual de Doutores	138
2.7. Regime de Trabalho do Corpo Docente.....	139
2.8. Experiência Profissional, Educação básica ou Profissional e Magistério Superior do Corpo Docente	139
2.9. Funcionamento do Colegiado do Curso.....	140
2.10. Produção Científica, Cultural, Artística ou Tecnológica do Corpo Docente	141
DIMENSÃO 3 – INFRAESTRUTURA.....	143
3.1. Gabinetes de Trabalho para Professores em Tempo Integral	143
3.2. Espaço de Trabalho para Coordenação de Curso e Serviços Acadêmicos ..	143
3.3. Sala de Professores.....	144
3.4. Salas de Aula	144
3.5. Acesso dos Alunos a Equipamentos de Informática	145
3.5.1. Plano de atualização tecnológica e manutenção de equipamentos	145
3.6. Livros da Bibliografia Básica	146
3.7. Livros da Bibliografia Complementar	146
3.8. Periódicos Especializados	147
3.9. Laboratórios Didáticos e Especializados: quantidade	147
3.9.1. Plano de Atualização Tecnológica e Manutenção de Equipamentos.....	148

3.9.2. Infraestrutura de Laboratórios Específicos da Área de Formação	149
3.10. Laboratórios Didáticos Especializados: Qualidade	156
3.11. Laboratórios Didáticos Especializados: Serviços	157
3.12 Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)	158
DIMENSÃO 4. DOS REQUISITOS LEGAIS.....	158
4.1. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso	158
4.2. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica	161
4.3. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena	161
4.4. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.....	162
4.5. Proteção dos Direitos da Pessoa com Necessidades Específicas.....	163
4.5.1. Para garantir a proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012)	166
4.6. Acessibilidade para Pessoas Com Deficiência Física.....	167
4.6.1. Acessibilidade Para Alunos Com Deficiência Visual.....	167
4.6.2. Acessibilidade Para Alunos Com Deficiência Auditiva.....	167
4.7. Do oferecimento da Disciplina de Libras	168
4.8. Titulação do Corpo Docente	169
4.9. Núcleo Docente Estruturante (NDE)	169
4.10. Tempo de integralização	170
4.11 Carga Horária Mínima, em horas – para licenciaturas	171
4.10. Informações Acadêmicas.....	171
4.11. Políticas de Educação Ambiental.....	172
4.12. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em Nível Superior, Curso de Licenciatura, de Graduação Plena	173
DIMENSÃO 5. TEMAS GERAIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES.....	173
5.1. Infraestrutura do <i>Campus</i>	173
5.1.1. Infraestrutura de Segurança	174
5.1.2. Área de Convivência.....	175
5.1.3. Biblioteca	175
5.1.4. Espaços para Eventos	177
5.1.5. Instalações Sanitárias.....	177

5.2. Organização do Controle Acadêmico.....	177
5.3. Setores de Apoio Pedagógico e Técnico-Administrativo.....	178
5.3.1. Diretoria de Ensino	179
5.3.2. Departamento de Extensão	180
5.3.3. Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação.....	181
5.3.4. Coordenação de Tecnologia da Informação	181
5.3.5. Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas	181
5.4. Políticas Especiais do IFRO.....	182
5.4.1. Políticas de Educação Inclusiva	182
5.5. Certificação de Conclusão de Curso.....	183
5.6. Acesso a Equipamentos de Informática pelos Docentes	184
5.7. Recursos Audiovisuais Disponíveis para o Exercício da Docência.....	184
REFERÊNCIAS.....	186

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Participação dos setores da economia no valor adicionado ao bruto – Rondônia – 2012.....	19
Figura 2 – Atividades econômicas praticadas no município de Cacoal por setores (2014).....	21
Nenhuma entrada de índice de ilustrações foi encontrada. Figura 4 – Porcentagem de matrículas na Educação Superior em relação à população de 18 a 24 anos - Taxa bruta de matrícula, de 2001 a 2014.....	26

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dados Gerais do IFRO.....	133
Quadro 2 - Reitor e Pró-reitores do IFRO.	144
Quadro 3 - Dados Gerais do Campus.	144
Quadro 4 - Diretor Geral e Diretor de Ensino.	144
Quadro 5 - Dados Gerais do Curso.....	144
Quadro 6 - Dados Econômicos e Sociais de Rondônia.....	20
Quadro 7 - Produto Interno Bruto do Município de Cacoal.....	20
Quadro 8 - Escolas que oferecem o Ensino Médio em Cacoal	23
Quadro 9 - Empresas que participaram e responderam o questionário do PAER.	30
Quadro 10 - Núcleo de estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional.....	42
Quadro 11 - Núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional.	43
Quadro 12 – Núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular.....	44
Quadro 13 - Distribuição de carga horária para os núcleos de conteúdo.....	49
Quadro 14- Matriz Curricular Completa do curso de Licenciatura em Geografia.	440
Quadro 15 – Matriz curricular do curso de Licenciatura em Geografia por período. .	52
Quadro 16 – Síntese da Carga Horária Teórica, Prática e Total por núcleos.	55
Quadro 17 - Disciplinas Optativas para o curso de Licenciatura em Geografia	97
Quadro 18 - Núcleo docente estruturante do curso.. Erro! Indicador não definido.	31
Quadro 19 - Titulação do coordenador do curso.	132
Quadro 20 - Experiência Profissional do Coordenador do Curso.....	13633
Quadro 21 - Titulação do corpo docente.	13733
Quadro 22 - Regime de trabalho do corpo docente.	13935
Quadro 23 – Tempo de exercício na docência e em outras atividades.....	14036
Quadro 24 - Produção Científica, Cultural, Artística ou Tecnológica do Corpo Docente.....	14238
Quadro 25 - Descrição de gabinetes para docentes.	14339
Quadro 26 - Espaço de trabalho para a coordenação de curso e serviços acadêmicos.	14440
Quadro 27 - Descrição da sala de professores de Convivência.....	14440
Quadro 28 - Laboratórios Didáticos Especializados já existentes.....	143
Quadro 29 - Infraestrutura dos laboratórios existentes	145

Quadro 30 - Estrutura física do <i>Campus</i> Cacoal disponível para o curso de Licenciatura em Geografia	14469
Quadro 31 - Número de obras por aluno disponíveis na biblioteca Erro! Indicador não definido.	71
Quadro 32 - Horários de funcionamento da biblioteca do IFRO – Campus Cacoal.	172
Quadro 33 - Recurso humanos disponíveis na biblioteca.	1772
Quadro 34 - Recursos audiovisuais.	180

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Matrículas por nível	23
Tabela 2 – Número de alunos matriculados nas diferentes modalidades de Ensino Médio em Cacoal, 2015.	23
Tabela 3 – Matrículas no Ensino Médio na Microrregião III Cacoal.	24
Tabela 4 – IES autorizadas a ofertar o curso de Licenciatura em Geografia na região/Estado (2017).	25
Tabela 5 – Porcentagem de matrículas na Educação Superior em relação à população de 18 a 24 anos – Taxa Bruta e Taxa Líquida (2001 a 2015).	26
Tabela 6 – Previsão de vagas a serem oferecidas em quatro anos.	128

APRESENTAÇÃO

A educação superior passa atualmente por diversos desafios diante das intensas transformações que têm ocorrido na sociedade contemporânea, no mercado de trabalho e nas condições de exercício profissional. Dentro desta concepção e no intuito de enfrentar estes desafios o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) foi concebido para atender aos anseios da sociedade Rondoniense no que concerne à promoção da educação profissional de nível médio e também superior. Ressalta-se, também, que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia não se constitui apenas como uma instância reflexiva da sociedade e do mundo do trabalho, mas como um espaço de cultura e de imaginação criativa, capaz de intervir na sociedade, transformando-a em termos éticos.

Apresentamos aqui uma proposta de Projeto Pedagógico de Curso (PPC) que leva em consideração estes desafios da educação superior bem como das necessidades da região de Cacoal na demanda de profissionais licenciados em Geografia para atender à educação básica.

A disciplina de Geografia faz parte da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a educação básica no Brasil, devendo esta ser ministrada por um profissional licenciado em Geografia. Para formar esse profissional, o curso de Licenciatura em Geografia do IFRO – *Campus* Cacoal será ofertado no período noturno com duração mínima de 4 e máxima de oito 8 anos, respectivamente de 8 a 16 semestres, com a oferta de 40 vagas anuais.

O **Curso de Licenciatura em Geografia**, abrigado na área das Ciências Humanas e da Natureza a ser implantado pelo Instituto Federal de Rondônia, tem sua matriz curricular baseada nas orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da educação básica, em nível superior, de graduação plena, definidas pela Resolução CNE/CP 1/2002; das Diretrizes Curriculares para o curso de Geografia, expressas no Parecer CNE/CES 492/2001 e na Resolução CNE/CES 14/2002; na Resolução CNE/CP 2/2002, Resolução CNE/CP nº 02/2015 que estabelece a carga horária das Licenciaturas, assim como nas normativas, políticas e orientações internas do Instituto Federal de Rondônia.

Com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais, pretende-se com este curso, formar egressos capacitados a desenvolver as competências necessárias para a prática da docência em Geografia, com conhecimento amplo de todas as áreas que possam complementar sua formação, além da concepção crítica sobre a formação e transformação do espaço geográfico, seja em seu aspecto natural e/ou social.

Neste Projeto Pedagógico de Curso (PPC), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia apresenta uma visão sintética do curso compreendendo os seguintes aspectos: perfil, missão, contextos histórico e geográfico, objetivos, concepções e organização pedagógica, políticas institucionais distribuídos em três dimensões em atendimento ao Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância do Ministério da Educação.

Além disso, este projeto pedagógico, na sua macro e microestrutura, deverá servir como instrumento norteador no processo de formação do Licenciado em Geografia com foco nas necessidades da região e nas aspirações da população local.

O Curso de Licenciatura em Geografia será criado, implantado e executado considerando a flexibilidade necessária na sua organização para atender a diversidade e heterogeneidade do conhecimento do aluno, tanto no que se refere à sua formação anterior (Ensino Médio), quanto aos seus interesses e expectativas em relação ao seu futuro como profissional e cidadão.

I. DADOS PRELIMINARES DO CURSO E DA IES:

1. Dados do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (Reitoria)

Quadro 1 - Dados Gerais do IFRO.

NOME	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tec. de Rondônia	SIGLA	IFRO
CNPJ	10.817.343/0006-01		
LEI	Lei nº11.892, de 29 de dezembro de 2008		
LOGRADOURO	Avenida Sete de Setembro	Nº	2090
BAIRRO	Nossa Senhora das Graças	CIDADE	Porto Velho
ESTADO	Rondônia	CEP	76.804-124
E-MAIL	reitoria@ifro.edu.br	FONE	(69) 3225-5045

Fonte: Reitoria.

2. Dirigentes Ligados a Reitoria:

Quadro 2 - Reitor e Pró-reitores do IFRO.

Reitor	Uberlando Tiburtino Leite
Pró-reitor de Ensino	Moisés José Rosa de Souza
Pró-reitor de Pesq. e Inov. e Pós-Graduação	Gilmar Alves Lima Júnior
Pró-reitor de Extensão	Maria Goreth Araújo Reis
Pró-reitor de Administração	Dauster Souza Pereira
Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional	Maria Fabiola Moraes da Assumpção Santos

Fonte: Reitoria.

3. Dados da Unidade de Ensino – *Campus*

Quadro 3 - Dados Gerais do *Campus*.

CAMPUS	<i>Campus</i> Cacoal		
LOGRADOURO	BR 364, Km 228, lote 2A	Nº	
BAIRRO	Zona Rural	CIDADE	Cacoal
ESTADO	Rondônia	CEP	78975-000
E-MAIL	campuscacoal@ifro.edu.br	FONE	(69) 3443-2445
C. POSTAL	146	CELULAR	

Fonte: *Campus* Cacoal.

4. Dados dos Dirigentes da Unidade de Ensino – *Campus*

Quadro 4 - Diretor Geral e Diretor de Ensino.

Diretor Geral	Davy's Sleman de Negreiros
Diretor de Ensino	Adilson Miranda de Almeida

Fonte: *Campus* Cacoal.

5. Dados Gerais do Curso a Ser Implantado

Quadro 5 - Dados Gerais do Curso.

Nome do Curso	Geografia
Modalidade	Licenciatura
Endereço de Funcionamento do Curso	IFRO – <i>Campus</i> Cacoal
Número de Vagas Pretendidas	40
Turno de Funcionamento do Curso	Noturno
Carga Horária Total do Curso	3347
Tempo Mínimo de Integralização	4 anos
Tempo Máximo de Integralização	8 anos
Regime de Matrícula	Semestral

Fonte: *Campus* Cacoal.

II. CONTEXTUALIZAÇÃO DO IFRO

1. DADOS INSTITUCIONAIS

1.1. Breve Histórico do IFRO: Contexto

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), foi criado por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que reorganizou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica composta pelas escolas técnicas, agrotécnicas e CEFETs, transformando-os em 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia distribuídos em todo o território nacional.

É uma Instituição que faz parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, centenária, que surgiu como resultado da integração da Escola Técnica Federal de Rondônia, à época com previsão de implantação de unidades em Porto Velho, Ji-Paraná, Ariquemes e Vilhena, e a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste.

O IFRO é detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, equiparado às universidades federais. É uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi Especializa-se em oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino para os diversos setores da economia, na realização de pesquisa e no desenvolvimento de novos produtos e serviços, com estreita articulação com os setores produtivos e com a sociedade, dispomos de mecanismos para educação continuada.

Marcos Históricos do Instituto Federal de Rondônia:

- 1993: Criação da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste e das Escolas Técnicas Federais de Porto Velho e Rolim de Moura por meio da Lei 8.670, de 30/6/1993. Apenas a Escola Agrotécnica Federal de Colorado foi implantada.
- 2007: Criação da Escola Técnica Federal de Rondônia por meio da Lei 11.534, de 25/10/2007, com unidades em Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná e Vilhena;

- 2008: Autorização de funcionamento da Unidade de Ji-Paraná, por meio da Portaria 707, de 9/6/2008, e criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), por meio da Lei 11.892, de 29/12/2008, que integrou em uma única Instituição a Escola Técnica Federal de Rondônia e a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste;
- 2009: Início das aulas e dos processos de expansão do IFRO;
- 2010: Implantação do *Campus* Porto Velho e início de suas atividades. O *Campus* passou a denominar-se Porto Velho - Calama em 2011.
- 2011: Implantação de Polos de Educação à Distância e dos primeiros cursos da modalidade no IFRO;
- 2012: Implantação do *Campus* Porto Velho - Zona Norte, temático, para gestão da EaD;
- 2013: Início das construções do *Campus* Guajará-Mirim e processo de implantação de mais dois campi avançados;
- 2013: Instalação de 12 polos EaD;
- 2014: Expansão de 12 polos EaD, passando para 24 unidades.
- 2015: implantação do *campus* Binacional de Guajará-Mirim, na cidade de Guajará-Mirim, na fronteira com a Bolívia.

O Instituto Federal de Rondônia está fazendo investimentos substanciais na ampliação de seus campi e de sua rede. Atualmente a configuração está definida da seguinte maneira: uma Reitoria e nove campi implantados, sendo eles: Porto Velho Calama, Porto Velho Zona Norte, Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal, Vilhena, Colorado do Oeste, Guajará Mirim e Jarú.

1.2 Breve Histórico do *campus*: Contexto

O *campus* Cacoal surgiu da concepção de que o município — em vista de sua posição estratégica no eixo da BR 364 (uma das principais vias do desenvolvimento local) e das necessidades de sua comunidade quanto à formação profissional técnica — necessitava de uma instituição educacional que oferecesse cursos técnicos, tecnológicos e outros de nível superior. A migração pendular de jovens e adultos para outros municípios, em busca da formação profissional no

campo da educação, ciência e tecnologia, veio sendo forçada não por opção estratégica, mas por necessidade espontânea ou de interesse da população.

A instalação do *Campus* viabilizou-se pela transferência, por doação, de um lote rural (assim como seus bens e benfeitorias) ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. A doação foi efetivada pela Lei Municipal nº 2.449/PMC/09, de 21 de maio de 2009, e abrange toda a área de ocupação da antiga Escola Agrícola Municipal de Ensino Fundamental Auta Raupp, composta por um lote de 50,8194 ha (cinquenta hectares, oitenta e um ares e noventa e quatro centiares) — uma subdivisão do lote original 2, Gleba 8, Setor de Gy-Paraná, originário do Projeto Integrado de Colonização Gy Paraná (matrícula 5.434), de 12 de novembro de 1991, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

A Escola Auta Raupp foi inaugurada em 1997 e passou a oferecer as séries finais do Ensino Fundamental (5ª à 8ª série ou 6º ao 9º ano), que tinham por acréscimo as disciplinas Zootecnia, Agronomia, Técnicas Comerciais, Técnicas Industriais e Educação para o Lar. Essas cinco disciplinas, constantes da parte diversificada das matrizes curriculares, não visavam a uma formação técnica em específico (quanto à formação profissional em sentido estrito), mas ao atendimento às necessidades extracurriculares de instrução dos alunos para uma economia familiar, bastante vinculada à produção agrícola. Inicialmente, cerca de 95% dos alunos eram oriundos do meio rural; embora, com o tempo, mais jovens da zona urbana tenham passado a ingressar na escola, manteve-se (até a fase de transição para o Instituto Federal) um percentual sempre superior de alunos filhos de produtores agropecuários.

A partir de 2009, a Escola Auta Raupp passou a funcionar em fase de progressiva extinção, sendo que parou de operar definitivamente no final do segundo semestre de 2011, conforme convênio assinado entre o IFRO e a Prefeitura Municipal de Cacoal.

Ainda em 2009, criou-se o Núcleo Avançado de Cacoal, vinculado ao *Campus* JiParaná.

Em 28 de setembro, foi realizada uma audiência pública para apresentação do Instituto e dos resultados de uma pesquisa de atividades econômicas regionais, que embasaram parcialmente a produção dos projetos pedagógicos de cursos.

Essa extensão do *campus* Ji-Paraná foi fundamental para atender à demanda de interesses e necessidades de Cacoal e ao mesmo tempo viabilizar a expansão do Instituto Federal de Rondônia. Em 1º de fevereiro de 2010, o Núcleo foi transformado em *campus* Avançado, com a previsão de oferta do curso técnico em Agropecuária subsequente ao ensino médio, em 2011 passou a oferecer o curso técnico em Agroecologia, presencial, e outros, na modalidade a distância. Em seguida, no ano de 2012, a unidade passou a ter *status* de *campus* do IFRO, e assim passou a realizar diversos diálogos com as comunidades, em audiências públicas e outras estratégias de inter-relação com intuito de implantação de novos cursos visando o crescimento do *campus*. Desses diálogos surgiram as sugestões de implantação dos cursos: Licenciatura em Matemática (implantado em 2014), Técnico em agropecuária Integrado (implantado em 2015), CST em Agronegócio (implantado em 2016), Técnico em Informática Integrado (implantado em 2016) e Bacharel em Zootecnia (implantado em 2017).

1.3. Missão, Visão e Valores do IFRO

1.3.1. Missão

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, tem como missão, promover educação científica e tecnológica de excelência no Estado de Rondônia voltada à formação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento e a sustentabilidade da sociedade.

1.3.2. Visão

Tornar-se padrão de excelência no ensino, pesquisa e extensão na área de Ciência e Tecnologia.

1.3.3. Valores

Nas suas atividades, o IFRO valorizará o compromisso ético com responsabilidade social, o respeito à diversidade, à transparência, à excelência e à determinação em suas ações, em consonância com os preceitos básicos de cidadania e humanismo, com liberdade de expressão e atos consonantes com os preceitos da ética pessoal e profissional, com os sentimentos de solidariedade, com a cultura da inovação e com os ideais de sustentabilidade social e ambiental.

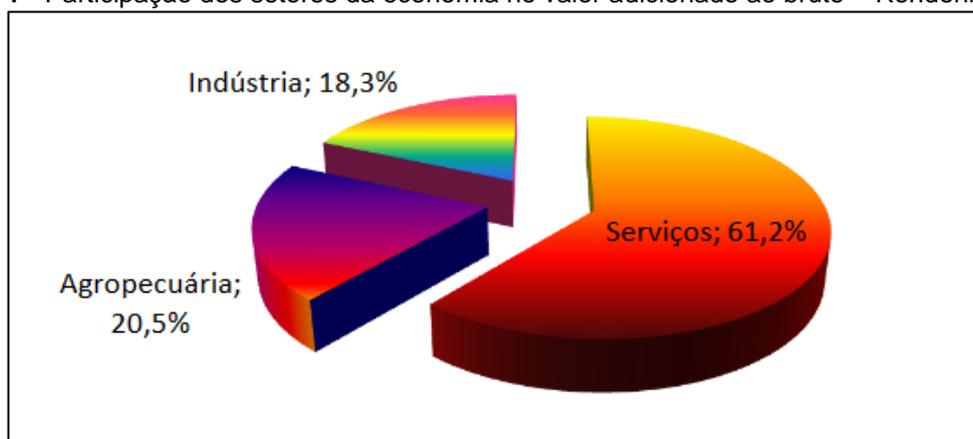
1.4. Dados Sócio-Econômicos da Região

O Estado de Rondônia possui localização geográfica na Região Norte do país. A extensão territorial é de aproximadamente 240.000 km², com as coordenadas geográficas nos paralelos 7° 58' e 13° 43' de Latitude Sul e nos meridianos 59° 50' e 66° 48' de Longitude Oeste (RONDONIA, 2002), apresentando assim, os limites geográficos ao norte com o Estado do Amazonas, a leste com o Estado do Mato Grosso, ao sul com a República da Bolívia e a oeste com o Estado do Acre. “O estado rondoniense esta inserido no território da Amazônia Legal – porção ocidental.”.

Dentro dos aspectos físicos, Rondônia possui predominantemente de dois terços de cobertura vegetal da floresta amazônica, sendo o maior bioma do estado, com faixa de cerrado e pantanal. A vegetação de Rondônia pode variar de região, com transição do cerrado para a floresta tropical, florestas de várzeas, campos inundáveis e campos limpos. O clima predominante do estado de Rondônia de acordo com a classificação de Koppen é do tipo Aw – Clima Tropical Chuvoso, com média anual de temperatura do ar entre 24 a 26° C, balanço hídrico moderado e índices pluviométricos variando entre 1.400 a 2.500 mm anuais. A geomorfologia local se apresenta com um relevo pouco acidentado, com pequenas depressões e elevações com cotas altimétricas em sua maior parte variando entre 100 a 300 metros, com diferença altimétrica na Serra do Pacaás Novos, superando 1000 metros. Em relação à hidrografia, Rondônia possui grandes complexos hidrográficos, sendo os maiores rios que cruzam o estado: Guaporé, Mamoré, Abunã, Jamari, Machado, Roosevelt e o Rio Madeira, sendo o maior afluente do Rio Amazonas, contribuindo para a economia da região sendo este o principal canal fluvial de escoamento para a Zona Franca de Manaus.

No campo político administrativo, Rondônia conquista em janeiro do ano de 1982, a elevação do território federal a condição de estado, surgindo ao longo dos anos seguintes a emancipação de vários municípios dentro de sua área de abrangência, possuindo atualmente 52 municípios emancipados. Na área econômica, o Produto Interno Bruto (PIB) rondoniense esta baseado na indústria, na produção agropecuária e nos serviços conforme gráfico abaixo (Figura 1).

Figura 1 - Participação dos setores da economia no valor adicionado ao bruto – Rondônia – 2012



Fonte: IBGE/SEPOG, Contas Regionais do Brasil – 2012

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – Campus Cacoal, possui limite de atuação circunscrito ao Município de Cacoal, Estado de Rondônia.

Quadro 6: Dados Econômicos e Sociais de Rondônia

População	1.787.279
Produto Interno Bruto (PIB)	R\$ 28 bilhões (2014)*
Renda <i>Per Capita</i>	R\$ 17.636 (2010)
Principais Atividades Econômicas	Serviços, indústria, turismo e agropecuária
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	0,736 – alto (PNUD, 2010)
Coeficiente de Gini	0,4
Esperança de vida ao nascer	74,1 anos (2010)
Mortalidade infantil (antes de completar 1 ano)	15,5/por 1.000 nascidos vivos

Fonte: IBGE/2012. *SEPOG/2014

Conforme os dados compilados e publicados pelos governos estadual e federal, o Estado de Rondônia, desde a sua criação, apresenta franco desenvolvimento econômico pujante. Isto reflete na evolução econômica de seus municípios, como no caso do município de Cacoal, com importante atividade econômica, como demonstram as informações do quadro 7.

Quadro 7: Produto Interno Bruto do Município de Cacoal (R\$)

Impostos sobre produtos líquidos de subsídios a preços correntes	186.533 mil
PIB, a preços correntes	1.695.900 mil
PIB <i>per capita</i>	19.593,10
Valor adicionado bruto da administração pública e seguridade social	395.842 mil
Valor adicionado bruto da agropecuária a preços correntes	149.469 mil
Valor adicionado bruto da indústria a preços correntes	193.633 mil
Valor adicionado bruto dos serviços a preços correntes	749.690 mil

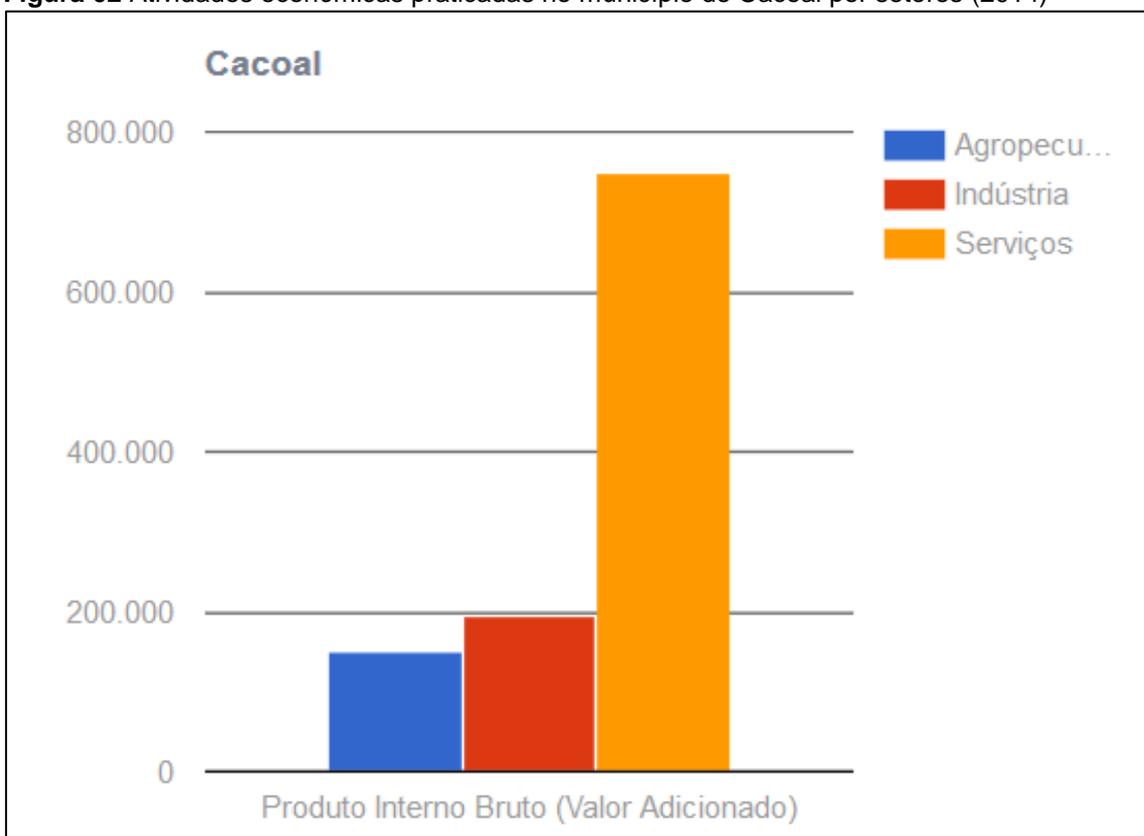
Valor adicionado bruto Total, a preços correntes

1.509.367 mil

Fonte: IBGE CIDADES, 2014

Localizado na porção centro-leste do estado, a microrregião de Cacoal, foi elevada à categoria de município a denominação de Cacoal, pela Lei Federal n.º 6.448, de 11-10-1977, desmembrado do município de Porto Velho. Sede no atual distrito de Cacoal. Constituído de 2 distritos: Cacoal e Riozinho, ambos criados pela mesma lei acima citada. Instalado em 26-11-1977. Sua divisão territorial datada de 1 de janeiro de 1979, juntamente com o distrito de Riozinho. Sua economia esta voltadas para as seguintes atividades, sendo elas, agropecuária, indústria, comércio e serviços, conforme gráfico abaixo:

Figura 02 Atividades econômicas praticadas no município de Cacoal por setores (2014)



Fonte: IBGE/2014.

Conforme dados do IBGE (2013), no ano de 2010 o Índice de Desenvolvimento Humano de Cacoal foi de 0,718, o que, segundo a classificação do PNUD, posiciona o município entre as regiões consideradas de alto desenvolvimento humano (IDH entre 0,700 e 0,799). Em relação aos outros municípios do Brasil, Cacoal apresenta boa situação, pois ocupa a 1362ª posição. Neste ranking, o maior IDHM é de São Caetano do Sul – SP, com 0,862.

DIMENSÃO 1 – ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO

1.1. CONTEXTO EDUCACIONAL

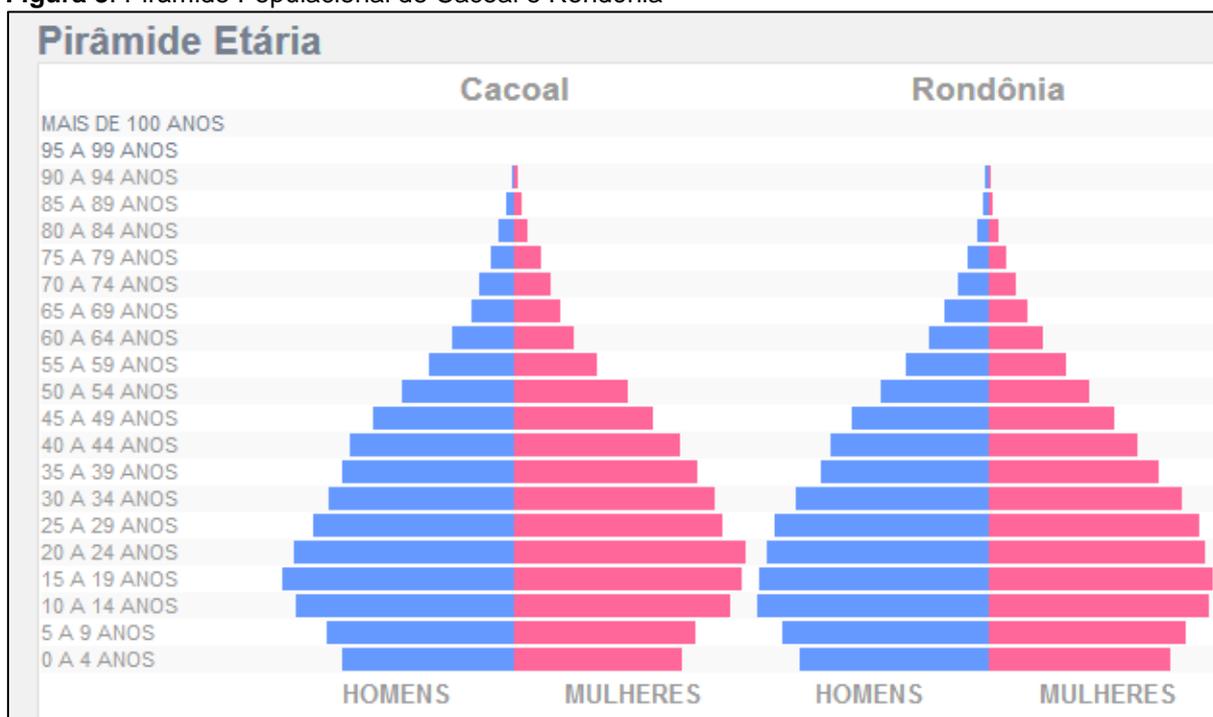
1.1.1 Os dados e pirâmide populacional

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) – *Campus Cacoal*, possui limite de atuação circunscrito ao município de Cacoal, situado na Mesorregião do Leste de Rondônia e Microrregião de Cacoal, no Estado de Rondônia. Localizado na porção centro-leste do estado, na microrregião de Cacoal, que além deste município é composta por: Alta Floresta D'Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Castanheiras, Espigão D'Oeste; Ministro Andreazza, Novo Horizonte do Oeste, Rolim de Moura; Santa Luzia D'Oeste. O município se estende por 3.792,8 km² e contava com 78.574 habitantes no censo 2010. A densidade demográfica é de 20,7 habitantes por km² no território do município.

Vizinho dos municípios de Ministro Andreazza, Pimenta Bueno e Rolim de Moura, Cacoal encontra-se a 82 km a Sul-Leste de Ji-Paraná. Está situado a 179 metros de altitude, e suas coordenadas geográficas são: Latitude: 11° 25' 53" Sul Longitude: 61° 26' 52" Oeste.

Por meio da pirâmide populacional do Município de Cacoal (figura 3), observa-se um processo de diminuição do crescimento da população, o fator que podem contribuir para a queda populacional seria à queda da fecundidade, ou na migração da população local, para outros estados da região Norte. Entretanto, a população municipal ainda possui uma estrutura jovem, com uma pirâmide populacional de ápice estreito.

Figura 3: Pirâmide Populacional de Cacoal e Rondônia



Fonte: IBGE: Censo Demográfico 2010.

1.1.2. População do Ensino Médio Regional

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Educação deve estar ao alcance de todos. A universalização progressiva do ensino médio constitui exigência proposta na terceira meta do Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado pela Lei nº13.005 de 25 Junho de 2014. Neste cenário, o IFRO evidencia essa expansão da oferta de vagas através de seus cursos técnicos integrados ao ensino médio.

De acordo com os dados do Censo Escolar 2015 (INEP), publicados no site do IBGE, o município de Cacoal atualmente possui 17 escolas de ensino médio e/ou educação profissional. Vide quadro 8 abaixo.

Quadro 8: Escolas que oferecem o Ensino Médio em Cacoal

Tipo de Escola (Ensino Médio)	Número de Escolas
Escolas Públicas Estaduais	10
Escolas Públicas Federais	01
Escolas Privadas	06
TOTAL	17

Fonte: IBGE, 2015

De acordo com os Resultados do Censo Escolar 2015, foram registradas, no Município de Cacoal, 5.284 matrículas iniciais no ensino médio.

Tabela 1 - Matrículas por nível

Variável	Cacoal	Rondônia	Brasil
Pré-escola	1.868	38.152	359.182
Fundamental	12.151	306.597	22.756.164
Médio	6.810	91.072	7.734.337

Fonte: Censo Escolar INEP (2015)

O Censo Escolar do ano de 2015 registram no Município de Cacoal, 6.810 matrículas iniciais no ensino médio nas mais diferentes modalidades, sendo 3.762 no ensino médio regular, 177 na educação profissional integrado ao Ensino médio, 1.526 na educação profissional subsequente ou concomitante ao ensino médio, 1.279 em educação de jovens e adultos (EJA) e 66 em educação especial (alunos de escolas especiais, classes especiais e incluídos).

Tabela 2: Número de alunos matriculados nas diferentes modalidades de Ensino Médio em Cacoal, 2015.

Nível/ Modalidade	Nº de Alunos
Regular	3.762
Educação Profissional Integrado ao EM	177
Educação Profissional (Subsequente e concomitante ao EM)	1.526
Educação de Jovens e Adultos (EJA)	1.279
Educação Especial	66
Total	6.810

Fonte: Censo Escolar INEP (2015)

O *Campus* Cacoal também atende alunos das cidades circunvizinhas que possuem ônibus diários para traslado destes alunos, e também outros municípios não atendidos por ônibus, onde os alunos ficam em residências temporárias no município de Cacoal e outros são atendidos pela residência estudantil ofertada pelo *Campus*.

Os dados do Censo Escolar de 2015 revelam que foram registradas 14.459 matrículas iniciais no ensino médio em todos os municípios da microrregião de Cacoal, o que confirma a existência de demanda potencial por formação superior na localidade.

Tabela 3: Matrículas no Ensino Médio na Microrregião III Cacoal

Municípios da Microrregião III Cacoal	Nº de matrículas no EM 2015
Cacoal	6810
Alta Floresta	1177
Alto Alegre dos Parecis	458

Castanheiras	177
Espigão D' oeste	1197
Ministro Andreazza	378
Novo Horizonte D' oeste	571
Pimenta Bueno	1726
Rolim de Moura	2965
Total	15.459

Fonte: Censo Escolar INEP (2015)

1.1.3. Quantidade de Vagas Ofertadas na Educação Superior da Região

A Região Norte do Brasil possui características próprias que a diferenciam das demais regiões do País, principalmente quando à demanda e implantação do Ensino Superior. Dentre suas principais particularidades estão grandes extensões territoriais pouco povoadas, o isolamento de algumas cidades com polos econômicos em expansão, as quais não estão atendidas pelos sistemas de transporte e, na maioria dos casos, a falta de profissionais para atender à demanda dos setores econômicos e de serviços que estão em pleno desenvolvimento.

De acordo com dados disponibilizados pelo Ministério da Educação (plataforma e-MEC, 2017), atualmente no estado de Rondônia está autorizado o curso de Licenciatura em Geografia na modalidade presencial em apenas três instituições de ensino, uma pública e duas particulares (Tabela 4).

Tabela 4 – IES autorizadas a ofertar o curso de Licenciatura em Geografia na região/Estado (2017).

Instituição	SIGLA	<i>Campus</i>	Modalidade	Vagas autorizadas
Fundação Universidade Federal de Rondônia	UNIR	Porto Velho	Presencial	25
Faculdades Integradas de Ariquemes(*)	FIAR	Ariquemes	Presencial	100
Faculdade de Rolim de Moura (*)	FAROL	Rolim de Moura	Presencial	100

Fonte: e-MEC, 2017.

(*) Apesar de constar com curso autorizado pelo MEC, conforme informações no site oficial das faculdades, o curso não consta na lista da disponibilidade de oferta pela IES.

Cabe salientar que, conforme informações da tabela 4, atualmente a única oferta de Licenciatura em Geografia, de forma presencial, em todo o estado de Rondônia, ocorre na Universidade Federal, em seu *campus* localizado na capital – Porto Velho, localizada cerca de 500 km do município de Cacoal, e com oferta de

apenas 25 vagas por ano, resultando em baixa possibilidade de formação de profissionais para atender a demanda de todo o estado.

1.1.4. Taxas Bruta e Líquida de Matriculados na Educação Superior

O Estado de Rondônia possui atualmente, segundo o INEP/MEC (2014), 34 instituições de nível superior, dentre as quais 32 são privadas e apenas duas públicas. Desse total, como visto anteriormente, apenas 3 possuem autorização para ofertar o curso de Licenciatura em Geografia, porém, apenas 1 efetivamente tem o curso, com uma oferta de apenas 25 vagas anuais, tornando-se insuficiente para atender a demanda de docentes licenciados em Geografia em todo o estado de Rondônia.

Diante do crescimento acelerado do estado de Rondônia e a meta 12 do PNE que prevê:

eleva até 2024 a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público (BRASIL, 2014, s/p.)

Portanto, faz-se necessária a implantação do presente curso pelo IFRO como estratégia para se alcançar a referida meta, além de atender a demanda da educação básica em docentes de Geografia.

Segundo dados do Observatório PNE, segue a tabela 5, com informações da Taxa Bruta e Líquida das matrículas na Educação Superior em relação à população de 18 a 24 anos.

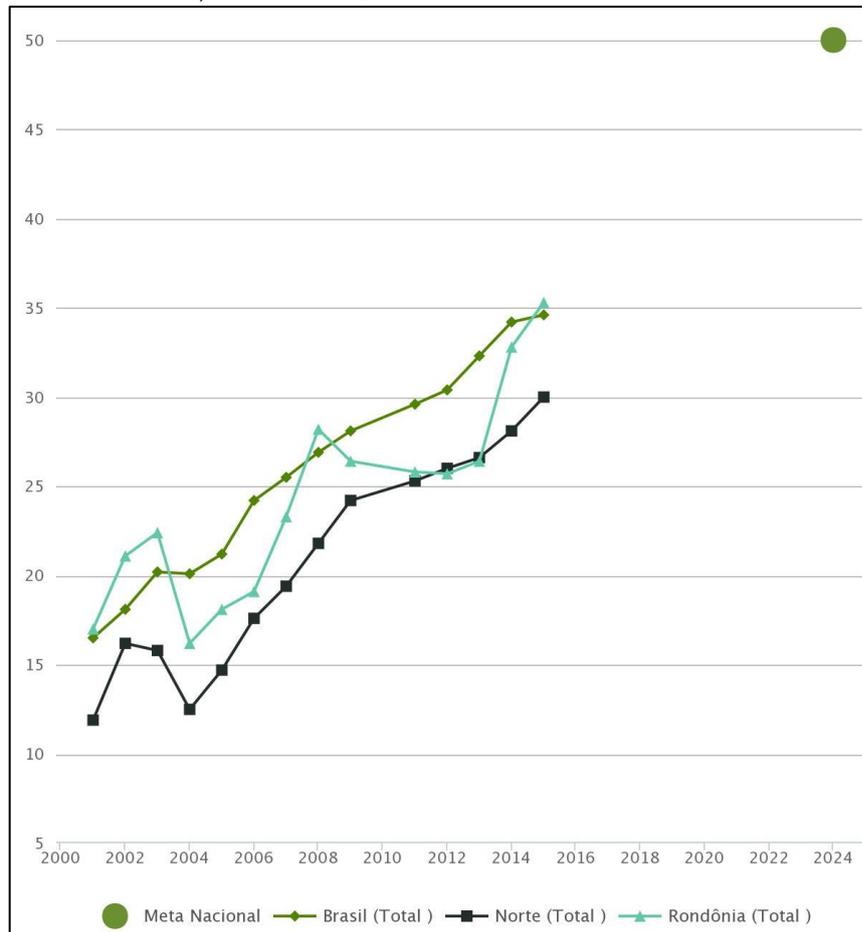
Tabela – 5 Porcentagem de matrículas na Educação Superior em relação à população de 18 a 24 anos – Taxa Bruta e Taxa Líquida (2001 a 2015).

Ano	Taxa Bruta de Matrículas	Taxa Líquida de Matrículas
2001	17	5,6
2002	21,1	8,4
2003	22,4	10,1
2004	16,2	7,9
2005	18,1	8,2
2006	19,1	9,6
2007	23,3	11,2
2008	28,2	12,8
2009	26,4	14,2
2010	-	-
2011	25,8	10,7
2012	25,7	12,3
2013	26,4	14,6
2014	32,8	17,2
2015	35,3	15,2

Fonte: Observatório PNE/IBGE, 2017

No gráfico abaixo é apresentado um comparativo das taxas brutas de matrícula no ensino superior, comparando a realidade nacional, regional e a do Estado de Rondônia, comparada a meta a ser alcançada em 2024.

Figura 4 - Porcentagem de matrículas na Educação Superior em relação à população de 18 a 24 anos - Taxa bruta de matrícula, de 2001 a 2014



Fonte: Observatório PNE/IBGE, 2017.

1.1.5. Demanda pelo Curso

O estado de Rondônia é relativamente novo se comparado a outras Unidades Federativas do país. Tal condição resulta em um estado ainda com baixos índices de qualificação profissional em diversas áreas, como o caso de profissionais licenciados em Geografia. Conforme já informado, o estado possui apenas um curso de Licenciatura em Geografia, com apenas 25 vagas anuais, tornando-se insuficiente para suprir a demanda de docentes para a educação básica estadual. Segundo a Meta 15 do PNE, busca-se alcançar que 100% dos profissionais que atuem na docência da educação básica sejam licenciados em sua área específica, dados que não são encontrados atualmente em nenhuma esfera.

Baseado na pesquisa realizada pelo *campus* junto aos gestores de instituições de ensino de Cacoal e Região, visando identificar a necessidade de profissionais para as escolas, a área de Geografia foi uma das mais apontadas, com 38,9% dos entrevistados, mesma porcentagem de Física. A única licenciatura apontada e que apresentou maior demanda, foi Química, que apresentou um percentual de 44,4% do total de entrevistados.

Reconhecendo a demanda por parte dos gestores das escolas, há também a demanda por discentes interessados em optarem por esta formação. Nesse caso, a pesquisa identificou que 16,4% da população entrevistada tem interesse em fazer o curso de Licenciatura em Geografia. Sendo que, somente Biologia obteve maior interesse por parte dos entrevistados, com 33,2% do total.

Diante dos dados apresentados, percebe-se que o curso de Licenciatura em Geografia possui uma importante demanda de mercado, visto que muitas escolas não possuem profissional capacitado na área para ministrar essas aulas na educação básica. Além disso, também representa um curso com demanda de discentes que tem interesse em buscar formação nessa área. Além da falta de disponibilidade deste curso no interior do estado, fato que não se identifica nos demais cursos citados, inclusive com opção dentro do próprio Instituto Federal de Rondônia.

1.1.6. Justificativa do Curso

Ao considerarmos as dimensões territoriais do estado de Rondônia, e a localização do único curso presencial de Geografia ser na capital Porto Velho, este torna-se muito distante de algumas regiões do próprio estado, como o município de Cacoal e suas proximidades. Assim sendo, a abertura do curso de Licenciatura em Geografia, em uma instituição pública na região, pode contribuir para a formação de novos profissionais capacitados para atender a demanda regional, já explicitada no tópico anterior.

Além da pouca oferta desse curso em Rondônia, justifica-se a abertura dessa Licenciatura no Instituto Federal de Rondônia – *Campus* Cacoal, como forma de habilitar novos profissionais para atuarem na educação básica lecionando a disciplina de geografia. Segundo levantamento do PAER, realizado pelo *campus* em algumas instituições de ensino da região, os gestores apontaram Geografia como

uma das áreas mais carentes de profissionais habilitados. Ademais, algumas falas apontaram para carência total desse profissional em algumas cidades vizinhas à Cacoal.

Os dados levantados pelo *Campus Cacoal* demonstram que há interesse por parte dos alunos que responderam o questionário e optaram pela licenciatura em Geografia. Além disso, a demanda do mercado regional enfatiza a necessidade desse profissional para atuar na educação básica local, o que justifica a preferência desse *Campus* pela abertura desse curso, principalmente para atender o art. 6º da Lei nº 11.892/2008 que institui os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que em seu inciso IV aponta, “orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal”.

Portanto, diante da necessidade do IFRO – *Campus Cacoal* em ofertar um curso de Licenciatura, e amparado em sua pesquisa de demanda de mercado, verificou-se que a criação do curso de Licenciatura em Geografia é de grande importância para ofertar à região profissionais capacitados a atuarem plenamente na docência de Geografia, contribuindo para o fortalecimento e desenvolvimento social e cultural da região.

1.1.7. Formas de Acesso ao Curso

De acordo com o Regulamento da Organização Acadêmica (ROA-Graduação): “o ingresso de alunos nos cursos de graduação pode se dar por meio de processos de seleção geridos pelo Ministério da Educação, após aprovação dos candidatos em processo seletivo público, regulado por edital específico para cada ingresso, devidamente autorizado pelo reitor, conforme o Regimento Geral do IFRO, por apresentação de transferência expedida por outra Instituição congênere, matrículas especiais e outras formas que vierem a ser criadas por conveniência de programas ou projetos, sempre de acordo com os regulamentos já adotados pelo IFRO para cada modalidade de formação e as decisões superiores”.

A seleção própria ocorrerá por meio de provas de conhecimentos em língua portuguesa e matemática.

1.2. Políticas Institucionais Constantes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) no Âmbito do Curso

Como forma de democratização do acesso ao ensino público, gratuito e de excelência, o IFRO adota política de implementação das ações afirmativas aplicadas pela instituição, tanto através da Lei nº 12.711/2012, como a reserva de vagas às pessoas com deficiência pela Lei nº 13.409/2016; adesão aos sistemas nacionais de seleção de estudantes; de interiorização por meio da abertura de *campus* e de novos polos de educação a distância.

Para a ampliação das possibilidades de permanência e êxito no processo educativo, o desenvolvimento dos programas de assistência estudantil visa o atendimento a demandas universais de ensino, pesquisa e extensão e demandas oriundas da vulnerabilidade socioeconômica vivida pelos estudantes. Como parte dessa política, está a implementação de um sistema para o levantamento do perfil do estudante com a celeridade necessária para a concessão de auxílios no início do período letivo.

Estratégias típicas de educação a distância são incorporadas nos cursos oferecidos na modalidade presencial, nos limites previstos na legislação vigente, ampliando as possibilidades de flexibilização curricular. A gestão democrática e a capacitação são ferramentas indispensáveis e viabilizadas através de encontros dos diferentes setores sob responsabilidade da gestão do ensino para a discussão, análise de possibilidades, tomada de decisão e formação em nível institucional e na Rede Federal. Neste sentido, eventos anuais são organizados envolvendo gestores do desenvolvimento do ensino, do registro acadêmico, da biblioteca e da assistência estudantil com vistas à implementação dos serviços oferecidos e dos resultados do processo ensino-aprendizagem.

A decisão sobre as ofertas de cursos técnicos de nível médio e de graduação são embasadas em estudos que envolvem o conhecimento da realidade social e econômica local e possibilidades atuais e futuras do mercado de trabalho.

Diante da transformação da economia e do mercado de trabalho em diferentes regiões do Estado, o IFRO esquematiza a reavaliação de suas ofertas nos locais em que as demandas são menores que a procura. Nos casos em que a avaliação se encaminhar para uma recondução da oferta, novos estudos deverão ser realizados considerando além dos arranjos produtivos locais e as possibilidades

do mercado de trabalho, o quadro de servidores existente e o proposto para a unidade, e as possibilidades de organização curricular com gestão otimizada do tempo e de flexibilização curricular.

A avaliação é parte constituinte e indispensável no processo de ensino-aprendizagem, não somente no aspecto de desempenho acadêmico, mas também de condições de infraestrutura e de pessoal, de nível de qualificação dos profissionais da educação e de atendimento às demandas socioeconômicas. O acompanhamento dos indicadores acadêmicos é parte constituinte desse processo de avaliação e reavaliação das ofertas da Instituição.

1.2.1. A Inter-relação entre o Ensino a Pesquisa e a Extensão

A concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos. Neste caso, o curso de licenciatura em Geografia contribuirá para esta formação profissional, sendo tecnológica, por integrar o ensino à pesquisa e à extensão. Visa ao desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensão essencial à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão. Tendo em vista que é essencial à Educação Profissional e Tecnológica contribuir para o progresso socioeconômico, as atuais políticas da educação dialogam efetivamente com as políticas sociais e econômicas, em especial aquelas com enfoques locais e regionais.

Torna-se portanto, crucial no curso de licenciatura em Geografia, a prática integrada entre Ensino, Pesquisa e Extensão, de forma que, o curso além de formar cidadãos críticos e aptos a atender a demanda regional em profissionais capacitados a lecionar geografia, também possa fortalecer a popularização da Ciência e Tecnologia, contribuindo para o desenvolvimento espacial da comunidade local.

Assim, o fazer pedagógico deve integrar ciência e tecnologia, bem como teoria e prática; deve conceber a pesquisa como princípio educativo e científico, e as ações de extensão, como um instrumento de diálogo permanente com a sociedade, formando novos professores de geografia que conheçam a realidade local. Para isso, é essencial o incentivo à iniciação científica, ao desenvolvimento de atividades

comunitárias e de prestação de serviços, numa perspectiva de participação ativa dentro de um mundo de complexa e constante integração de setores, pessoas e processos. São exemplos de atividades que promovem a inter-relação do ensino com a pesquisa, e a extensão: “Dias de Campo”, minicursos e projetos de ensino, de iniciação científica e de extensão.

1.2.2. Políticas de Articulação com os Setores Públicos e Privados

No Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRO estão previstas ações para articulação com os setores públicos e privados. Apesar do apoio institucional, ainda é reduzido o número de projetos que o IFRO desenvolve em parceria com instituições ou empresas sendo, portanto, reduzida captação de recursos externos pela instituição. Faz-se necessária, portanto, a criação de dispositivos internos que regulamentem a execução dos recursos destinados à pesquisa e à inovação no Instituto e que possibilitem a ampliação do quantitativo de servidores e de alunos envolvidos nessas atividades, em todos os níveis e modalidades de ensino ofertados pelo IFRO.

Além disso, a existência desses dispositivos contribuirá para a atração de parceiros, públicos e privados, para a execução de projetos científicos e tecnológicos necessários ao desenvolvimento local e regional e que contribuirão para a captação de recursos externos ao orçamento da instituição.

O IFRO também tem incentivado o fomento a participação de servidores e alunos em eventos científicos e tecnológicos com o objetivo de divulgar e publicar resultados de trabalhos desenvolvidos na Instituição. Porém, com o objetivo de melhorar a produção intelectual qualificada dos servidores e de aumentar as possibilidades de captação de recursos externos, esse fomento deverá ser estendido à publicação em periódicos técnicos e científicos.

Portanto, é objetivo do Instituto ampliar a participação dos seus servidores e alunos em atividades científicas, tecnológicas e artístico-culturais, de modo a melhorar e consolidar a posição do IFRO junto à comunidade acadêmica e científica, nos âmbitos regional e nacional. A articulação entre o IFRO e os demandantes externos de suas atividades de pesquisa e inovação é realizada pelo Núcleo de Inovação Tecnológica do Instituto (NIT/IFRO). Esse Núcleo tem desenvolvido ações para disseminar, junto à comunidade interna, a cultura da inovação e da propriedade

intelectual, de modo a orientar e incentivar a participação dos pesquisadores da instituição na execução de projetos de pesquisa aplicada em parceria com empresas e outras instituições de ciência e tecnologia.

No tocante à internacionalização da pesquisa, o IFRO já aderiu a acordos de cooperação técnico-científicos realizados entre a SETEC e instituições estrangeiras, a exemplo dos Colleges Canadenses. Além disso, apesar da busca constante por parceiros internacionais para o desenvolvimento conjunto de atividades de pesquisas, inovação e de formação qualificada de pessoal, o Instituto já assinou termos de cooperação com instituições estrangeiras, a exemplo do Belgian Institute For Space Aeronomy (BIRA-IASB), da Bélgica, e do International Center for Numerical Methods Engineering (CIMNE), sediado na Universidade da Catalunha, em Barcelona, Espanha.

Ainda sobre essa temática, está sendo criado o Núcleo de Internacionalização Institucional, que coordenará o programa de mobilidade internacional do IFRO e os promovidos pela Capes e CNPq e que oportunizarão aos servidores e alunos a realização de pesquisas e de formação em instituições internacionais parceiras. Uma das ações iniciais desse Núcleo será a execução do Programa Piloto de Internacionalização da Pesquisa Aplicada e Extensão Tecnológica do IFRO (PIPEX).

Essas ações e iniciativas demonstram que o processo de internacionalização do IFRO já foi iniciado. Quanto à qualificação de servidores para execução de pesquisas qualificadas e atuação em programas de Pós-Graduação Stricto Sensu, o IFRO implementou parcerias com instituições de ensino para a oferta de Doutorados e Mestrados Interinstitucionais (DINTER e MINTER) aos seus servidores. Além da qualificação, essas ações têm contribuído para a elevação da produção técnico-científica dos servidores, criando um ambiente de produção científica e tecnológica no Instituto para a implantação de programas próprios de mestrado e doutorado, bem como aproximando o IFRO de outras instituições com reconhecida competência no desenvolvimento de atividades de ensino e pesquisa.

Em adição, e com o objetivo de ampliar a divulgação das atividades desenvolvidas por seus servidores e alunos, e como forma de contribuir para a consolidação do diálogo e da interação entre a instituição e o mundo da produção, dos serviços e sociedade em geral, o IFRO tem buscado fortalecer seus periódicos

técnico-científicos e fomentar a publicação de livros autorais por seus servidores e alunos.

Por fim, as atividades de pesquisa e inovação no Instituto, bem como a transferência tecnológica para a sociedade demandante, estão sendo continuamente fortalecidas, com o objetivo de consolidar o IFRO como instituição de excelência no desenvolvimento de atividades técnico-científicas necessárias para atender as demandas dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais e de contribuir para a elevação da competitividade tecnológica do país.

1.2.3. Políticas de Ensino

No Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRO estão previstas ações e metas que pretendem proporcionar aos egressos de todos os cursos uma educação pautada pelos moldes estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares e pelas exigências socioculturais. Por assim o ser, o IFRO desenvolveu um conjunto de diretrizes básicas para o desenvolvimento de suas atividades administrativas e acadêmicas ao longo dos próximos anos e que podem ser reafirmadas ou reformuladas conforme as mudanças do cenário educacional, regional e local.

O desenvolvimento da educação superior necessita de políticas que propiciem a ampliação dos cursos de graduação e ofertas de novas modalidades para o ensino, tendo em vista a grande demanda da sociedade local, regional e nacional. Portanto, faz-se necessário o aperfeiçoamento dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação e a implementação de procedimentos metodológicos compatíveis com os processos de transformação social e adoção de novas tecnologias. Tais inovações tornam-se exequíveis mediante estudos técnicos e científicos nas áreas de conhecimento contempladas pelo IFRO.

O sistema de informação acadêmico-administrativa está sendo aperfeiçoado, já que constitui mecanismo estratégico para racionalizar os procedimentos burocráticos desenvolvidos e garantir maior agilidade no processo de comunicação.

A interação com a comunidade interna e externa deve ser efetivada por meio de ações consistentes que promovam o envolvimento e o comprometimento da comunidade interna (docentes, discentes, técnico-administrativos e sociedade) por meio de atividades de extensão. O ensino e a extensão devem caminhar de forma

indissociável, conforme está preconizado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei 9394/96).

1.2.4. Políticas de Pesquisa

O IFRO fomenta e implementa atividades de pesquisa em todos os seus campi e requer que sejam desenvolvidos, de modo sistemático, além dos programas de iniciação científica, pesquisa de alto nível que atenda as necessidades locais de cada unidade.

Com o intuito de efetivação de seus programas de pesquisa, o IFRO adota as seguintes ações:

- a) incentivo aos discentes e aos docentes interessados em práticas investigativas;
- b) concessão de bolsas de iniciação científica aos discentes desde que preenchidos todos os requisitos legais;
- c) alocação de carga-horária para os professores orientarem os alunos incluídos no Programas de Iniciação Científica;
- d) promoção de seminários e encontros institucionais com pesquisadores de nome nacional para incentivar a importância da investigação científica.

O IFRO, com vistas ao estabelecimento de bases sólidas para o desenvolvimento de pesquisa científica relevante, compatível com as áreas de conhecimento que promove, apresenta em seu PDI as seguintes diretrizes gerais:

- a) estabelecer mecanismos de articulação entre ensino, pesquisa e extensão: o espírito científico deve permear as práticas pedagógicas exercidas nos cursos de graduação e pós-graduação, de modo a tornar evidente para os alunos, a importância do saber fazer ciência durante a formação profissional;
- b) promover a interação com a comunidade: os grupos de estudos já existentes e os que serão implementados no IFRO contemplarão as potencialidades acadêmicas existentes, devidamente articuladas com as demandas locais e regionais;
- c) consolidação das atividades científicas na medida em que sejam disponibilizados os recursos financeiros necessários;

d) criar novos e adequar os periódicos institucionais já existentes ao processo Qualis. A socialização do conhecimento por meio de periódicos produzidos nos últimos anos pela Instituição exige um procedimento avaliativo, em nível nacional, além de ser um estímulo de divulgação dos resultados investigativos realizados por docentes e discentes vinculados (ou não) ao IFRO.

1.2.5. Políticas de Extensão

O IFRO tem uma política de extensão que inclui cursos, programas e outras atividades com a participação de docentes, discentes e técnicos administrativos, desenvolvendo estratégias que possibilitam maior inserção institucional com a sociedade local e regional.

Para tanto, as atividades extensionistas estão pautadas em diretrizes que permitem à instituição atender, com eficácia, as necessidades de caráter educacional cultural e social traçadas em seu Plano de Desenvolvimento Institucional.

Os programas e projetos de extensão, desenvolvidos no âmbito das unidades de ensino, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, representam um importante veículo de troca e interação entre a IES e a comunidade em que ela está inserida e atua como agente de transformação social.

As atividades de extensão evidenciam para a sociedade o potencial acadêmico do IFRO no atendimento de necessidades educacionais, sociais e culturais da comunidade local e regional.

1.2.6. Ações para o Desenvolvimento do Ensino, da Pesquisa e da Extensão

Com o objetivo de implementar o ensino, a pesquisa e a extensão, o IFRO promove eventos que tratam de temas relacionados a esses pilares institucionais para o aprimoramento ainda maior da atuação do Instituto.

a) Encontro das Equipes Dirigentes de Ensino: Evento realizado no segundo semestre letivo com o objetivo de discutir as temáticas relevantes ao processo de ensino e aprendizagem que perpassam pelo acesso, permanência e êxito, as regulamentações, a (re)organização dos cursos técnicos para atender a demanda social, entre outras, além de promover a aproximação da Reitoria e os campi entre si e desenvolver atividades de integração. Participam do evento, além

da equipe da Pró-Reitoria de Ensino: os Diretores de Ensino, os chefes de Departamento/Coordenadores de Apoio ao Ensino, os Chefes de Departamento/Coordenadores de Assistência ao Educando, os Coordenadores de Registros Acadêmicos. Nas próximas versões também serão envolvidos neste evento as Coordenações de Biblioteca, Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais;

b) Encontro do Ensino, Pesquisa e Extensão - ENPEX – Evento realizado no primeiro semestre letivo com o propósito de discutir e encaminhar situações estruturantes do ensino, pesquisa e extensão no IFRO, com base nos princípios pedagógicos e organizacionais do IFRO. Participam do evento as equipes das Pró-Reitorias de Ensino, Extensão e Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação e os representantes maiores dos respectivos setores nos *campus* do IFRO;

c) Encontro das Equipes Multiprofissionais da Assistência Estudantil – Evento realizado no primeiro semestre letivo com o objetivo de discutir as políticas e programas bem como a implementação da assistência estudantil no âmbito do IFRO como meio de ampliar as possibilidades de permanência e êxito no processo educativo, inserção no mercado de trabalho e exercício pleno da cidadania. Participam do evento, além da Diretoria de Assuntos Estudantis e Coordenação de Assistência Estudantil da Reitoria: Pedagogo(a) Orientador(a) Educacional, Psicólogo(a), Assistente Social e Chefe de Departamento/Coordenador(a) de Assistência ao Educando dos *Campus*;

d) Encontro das Equipes de Biblioteca – Evento de caráter político e formativo que visa preparar os coordenadores de biblioteca e seus auxiliares para garantir o pleno funcionamento, com atendimento às regras específicas para o setor e utilização de sistema automatizado de gestão, e atendimento à comunidade acadêmica e geral;

e) Congresso de Pesquisa e Extensão do IFRO;

f) Eventos nos *Campus*: Os *Campus* estabelecem em seus Calendários Acadêmicos eventos como seminários, feiras, exposições, entre outros, para a discussão de temas relevantes e ações de ensino, pesquisa e extensão envolvendo toda a comunidade acadêmica e geral. No *campus* Cacoal destacam-se as seguintes atividades: Reuniões pedagógicas envolvendo todo o corpo docente e as coordenações afim de discutir sobre as práticas realizadas e a melhoria do processo

educativo, Promoção da Semana Agrotecnológica, Semana do Ensino (envolvendo a semana do Curso) e a Realização da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia.

1.3. Objetivos do Curso

1.3.1. Objetivo Geral do Curso

Formar de maneira integral profissionais atuantes na área de geografia, de forma que estes tenham conhecimento sobre os fenômenos naturais, sociais e espaciais, compreendendo de forma crítica a organização socioespacial no decorrer do tempo e que estejam aptos a atuar na Educação Básica nos processos de ensino e aprendizagem, bem como na integração com a pesquisa e a extensão, fortalecendo o conhecimento teórico e prático da geografia.

1.3.2. Objetivos Específicos do Curso

Os objetivos específicos do Curso de licenciatura em Geografia, estabelecidos como metas para alcançar o objetivo geral, são:

- Formar profissionais com sólida base na ciência geográfica e com capacidade de buscar atualização de conteúdos, resultando em um profissional capacitado para o exercício da docência;
- Preparar profissionais com uma atuação crítica, segura e eficaz no desenvolvimento do ensino e da aprendizagem, tanto nas estratégias e sistemas formais quanto nas diversas alternativas de educação científica;
- Promover a formação transdisciplinar na pesquisa e na extensão, com sistematização e difusão do conhecimento, primordialmente no campo educacional;
- Desenvolver competências para elaboração de materiais formativos, inclusive livros didáticos e outros instrumentais de suporte ao ensino e aprendizagem.;

1.4. Perfil Profissional do Egresso: Competências e Habilidades

O curso de licenciatura em Geografia adota como perfil do profissional egresso o que preconizam as Diretrizes Curriculares para os cursos de Geografia (CNE/CES nº 492/2001 de 03/04/2001), a saber:

Compreender os elementos e processos concernentes ao meio natural e ao construído, com base nos fundamentos filosóficos, teóricos e metodológicos da

Geografia, dominando e aprimorando as abordagens científicas pertinentes ao processo de produção e aplicação do conhecimento geográfico. Assim, ao adquirir o conhecimento geográfico e didático-pedagógico no decorrer do curso, o licenciado estará apto a atuar de forma construtiva no processo de ensino-aprendizagem em geografia, de forma crítica e comprometida com os princípios e valores atinentes à ética e cidadania.

Ao tratar das Competências e Habilidades, a Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Rondônia - *Campus* Cacoal reafirma e integra ao seu Projeto Pedagógico, as competências e habilidades estabelecidas nas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Geografia (CNE/CES nº 492/2001 de 03/04/2001), a saber:

- a) Identificar e explicar a dimensão geográfica presente nas diversas manifestações dos conhecimentos.
- b) Articular elementos empíricos e conceituais, concernentes ao conhecimento científico dos processos espaciais.
- c) Reconhecer as diferentes escalas de ocorrência e manifestação dos fatos, fenômenos e eventos geográficos.
- d) Planejar e realizar atividades de campo referentes à investigação geográfica.
- e) Dominar técnicas laboratoriais concernentes à produção e aplicação do conhecimento geográfico.
- f) Propor e elaborar projetos de pesquisa e executivos no âmbito de área de atuação da Geografia.
- g) Utilizar os recursos da informática.
- h) Dominar a língua portuguesa e um idioma estrangeiro no qual seja significativa a produção e a difusão do conhecimento geográfico.
- i) Trabalhar de maneira integrada e contributiva em equipes multidisciplinares.

1.4.1. Habilidades Específicas

- a) Identificar, descrever, compreender, analisar e representar os sistemas naturais.
- b) Identificar, descrever, analisar, compreender e explicar as diferentes práticas e concepções concernentes ao processo de produção do espaço.

- c) Selecionar a linguagem científica mais adequada para tratar a informação geográfica, considerando suas características e o problema proposto.
- d) Avaliar representações ou tratamentos; gráficos e matemático-estatísticos.
- e) Elaborar mapas temáticos e outras representações gráficas.
- f) Dominar os conteúdos básicos que são objetos de aprendizagem nos níveis fundamental e médio.
- g) Organizar o conhecimento espacial adequando-o ao processo de ensino-aprendizagem em geografia nos diferentes níveis de ensino.

1.4.2. Mercado de Trabalho: relações entre o perfil do egresso e a profissão

O egresso deve ter uma formação multicultural, de modo que possa atuar de forma crítica, consciente e ordenada no mundo do trabalho. No exercício amplo de sua profissão, o licenciado em Geografia deve estar preparado para desenvolver a prática da docência através das seguintes competências:

- 1) Ter consciência da importância social da profissão como possibilidade de desenvolvimento social e coletivo.
- 2) Exercer sua profissão de forma a contribuir para a disseminação do conhecimento relevante para a sociedade.
- 3) Atuar na prática do magistério proporcionando a compreensão das relações político-sociais do mundo.
- 4) Proporcionar a partir de sua profissão, o conhecimento da construção espacial na sociedade, bem como suas relações com o meio natural.
- 5) Desempenhar o exercício da docência de forma a desenvolver diversas metodologias de ensino de forma a obter êxito no processo de ensino-aprendizagem, bem como ser capaz de promover a prática da teoria.

1.5. Estrutura Curricular

Os componentes curriculares do Curso de Licenciatura em Geografia foram organizados em 3 Núcleos, conforme Resolução CNE/CP N° 2/2015 a saber: 1) Núcleo de Estudos de Formação Geral, das Áreas Específicas e Interdisciplinares, e do campo Educacional; 2) Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos das Áreas de Atuação Profissional; 3) Núcleo de Estudos Integradores para Enriquecimento Curricular.

O Núcleo de Estudos de Formação Geral, das Áreas Específicas e Interdisciplinares, e do campo Educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades

educacionais, deverão agregar de maneira articulada:

a) princípios, concepções, conteúdos e critérios oriundos de diferentes áreas do conhecimento, incluindo os conhecimentos pedagógicos, específicos e interdisciplinares, os fundamentos da educação, para o desenvolvimento das pessoas, das organizações e da sociedade;

b) princípios de justiça social, respeito à diversidade, promoção da participação e gestão democrática;

c) conhecimento, avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de ensino e aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira;

d) observação, análise, planejamento, desenvolvimento e avaliação de processos educativos e de experiências educacionais em instituições educativas;

e) conhecimento multidimensional e interdisciplinar sobre o ser humano e práticas educativas, incluindo conhecimento de processos de desenvolvimento de crianças, adolescentes, jovens e adultos, nas dimensões física, cognitiva, afetiva, estética, cultural, lúdica, artística, ética e biopsicossocial;

f) diagnóstico sobre as necessidades e aspirações dos diferentes segmentos da sociedade relativamente à educação, sendo capaz de identificar diferentes forças e interesses, de captar contradições e de considerá-los nos planos pedagógicos, no ensino e seus processos articulados à aprendizagem, no planejamento e na realização de atividades educativas;

g) pesquisa e estudo dos conteúdos específicos e pedagógicos, seus fundamentos e metodologias, legislação educacional, processos de organização e gestão, trabalho docente, políticas de financiamento, avaliação e currículo;

h) decodificação e utilização de diferentes linguagens e códigos sociolinguísticos utilizadas pelos estudantes, além do trabalho didático sobre conteúdos pertinentes às etapas e modalidades de educação básica;

i) pesquisa e estudo das relações entre educação e trabalho, educação e diversidade, direitos humanos, cidadania, educação ambiental, entre outras problemáticas centrais da sociedade contemporânea;

j) questões atinentes à ética, estética e ludicidade no contexto do exercício profissional, articulando o saber acadêmico, a pesquisa, a extensão e a prática educativa;

l) pesquisa, estudo, aplicação e avaliação da legislação e produção específica sobre organização e gestão da educação nacional. (PNE, 2015)

O Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos das Áreas de Atuação Profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos, priorizadas pelo projeto pedagógico das instituições, em sintonia com os sistemas de ensino, que, atendendo às demandas sociais, oportunizará, entre outras possibilidades:

a) investigações sobre processos educativos, organizacionais e de gestão na área educacional;

b) avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira;

c) pesquisa e estudo dos conhecimentos pedagógicos e fundamentos da educação, didáticas e práticas de ensino, teorias da educação, legislação educacional, políticas de financiamento, avaliação e currículo;

d) Aplicação ao campo da educação de contribuições e conhecimentos, como o pedagógico, o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural. (PNE,2015)

E o Núcleo de Estudos Integradores para Enriquecimento Curricular, compreendendo a participação em:

a) seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, iniciação à docência, residência docente, monitoria e extensão, entre outros, definidos no projeto institucional da instituição superior e diretamente orientados pelo corpo docente da mesma instituição;

b) atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e instituições educativas de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos;

c) mobilidade estudantil, intercâmbio e outras atividades previstas no PPC;

d) atividades de comunicação e expressão visando à aquisição e à apropriação de recursos de linguagem capazes de comunicar, interpretar a realidade estudada e criar conexões com a vida social. (PNE, 2015)

Em face do exposto, considera-se que este projeto tenha sido elaborado de forma a favorecer o aluno e o professor, procurando assegurar-lhes a mais ampla acessibilidade pedagógica e atitudinal. A organização pedagógica e a administrativa proposta por este projeto visam promover a teoria aliada à prática na formação ampla do futuro egresso, asseverando-lhe as necessárias competências e habilidades para exercício da profissão e para as relações subjetivas de transformação do meio no qual está inserido.

1.6. Conteúdos Curriculares do Curso

1.6.1. Especificação dos Componentes Curriculares

Os componentes curriculares para o curso de licenciatura em Geografia estão organizados conforme exposto na divisão dos núcleos que compõem a matriz curricular, conforme demonstrado nos Quadros 10, 11 e 12.

Quadro 10 - Núcleo de Estudos de Formação Geral, das Áreas Específicas e Interdisciplinares, e do campo Educacional

Código	Núcleo de Estudos de Formação Geral, das Áreas Específicas e Interdisciplinares, e do campo Educacional	Carga Horária	Composição do Currículo (%)
NEFG01	Sociologia geral	50	
NEFG02	História Geral	33	
NEFG03	Filosofia geral	33	
NEFG04	Comunicação e linguagem	50	
NEFG05	Metodologia do Trabalho Científico e Projetos integradores	67	
NEFG06	Astronomia	33	
NEFG07	História do Brasil	33	
NEFG08	Psicologia da Educação	67	
NEFG09	Filosofia da educação e ética profissional	33	
NEFG10	História da Educação	33	
NEFG11	Antropologia	33	

NEFG12	Didática Geral	67	
NEFG13	Sociologia da Educação	33	
NEFG14	Políticas públicas e Legislação da educação	67	
NEFG15	Gestão escolar	33	
NEFG16	Estatística	50	
NEFG17	Educação Especial na perspectiva Inclusiva	33	
NEFG18	Avaliação Educacional	67	
-	Optativa I	33	
NEFG19	Educação Ambiental	33	
NEFG20	Metodologia de ensino para a Educação Profissional e Tecnológica	33	
NEFG21	Direitos Humanos e Educação para a diversidade	33	
-	Optativa II	50	
NEFG22	Sociedade e Cultura	33	
NEFG23	Metodologia do Ensino EAD	33	
NEFG24	Metodologia do Ensino EJA	33	
NEFG25	LIBRAS	50	
Subtotal		1150	34,4%

Fonte: IFRO – *Campus Cacoal*

Quadro 11 - Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos das Áreas de Atuação Profissional

Código	Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos das Áreas de Atuação Profissional	Carga Horária	Composição do Currículo (%)
NAD01	Introdução ao pensamento Geográfico	33	
NAD02	Informática aplicada ao ensino de Geografia	67	
NAD03	Epistemologia da Geografia	33	
NAD04	Geologia	67	
NAD05	Cartografia	67	
NAD06	Geografia Agrária	67	
NAD07	Climatologia	67	

NAD08	Geografia Econômica	33	
NAD09	Hidrografia	33	
NAD10	Geomorfologia	67	
NAD11	O espaço geográfico Mundial	33	
NAD12	Metodologia do Ensino de Geografia I	67	
NAD13	Cartografia temática	67	
NAD14	Geomorfologia Fluvial	67	
NAD15	Planejamento e Gestão do Território	33	
NAD16	O espaço geográfico do Brasil	67	
NAD17	Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento	67	
NAD18	Metodologia do Ensino de Geografia II	67	
NAD19	Pedologia	50	
NAD20	Recursos naturais e meio ambiente	33	
NAD21	Geopolítica	67	
NAD22	Organização do espaço amazônico	33	
NAD23	Geografia da população	33	
NAD24	Geografia da Indústria, transporte e redes	33	
NAD25	Biogeografia	67	
NAD26	TIC aplicada ao ensino de Geografia	33	
NAD27	Regionalização do Espaço Mundial	67	
NAD28	Geografia de Rondônia	67	
NAD29	Geografia Urbana	50	
Subtotal		1517	45,3%

Fonte: IFRO – Campus Cacoal

Quadro 12 – Núcleo de Estudos Integradores para Enriquecimento Curricular

Código	Núcleo de Estudos Integradores para Enriquecimento Curricular	Carga Horária	Composição do Currículo (%)
NEI01	Estágio I (Prática no ensino fundamental)	160	

NEI02	Estágio II (Prática no ensino médio)	240	
NEI03	Trabalho de Conclusão de curso	80	
NEI04	Atividades Acadêmico-científico-culturais	200	
Subtotal		680	20,3%

Fonte: IFRO – *Campus Cacoal*

1.6.2. Coerência dos Conteúdos Curriculares com o Perfil Desejado do Egresso

A estrutura curricular foi elaborada com disciplinas que integram o curso, como parte essencial do Projeto Pedagógico. Esta estrutura expressa a sugestão institucional de currículo e integra a proposta semestral de cumprimento de disciplinas, para a integralização do curso pelo aluno, no tempo definido neste Projeto Pedagógico.

A otimização do corpo docente traz uma prática interdisciplinar ao curso, mais vivenciada, e não somente teorizada. A organização da estrutura das disciplinas que serão oferecidas busca inter-relacionar, contrastar, complementar e ampliar os conhecimentos a ser formado no egresso.

O curso apresenta estrutura curricular e conteúdos programáticos previamente definidos que serão estudados de forma interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinarmente para atender à formação do perfil do profissional egresso.

Ademais, por ser este um curso de licenciatura, as disciplinas do Núcleo de Estudos de Formação Geral, das Áreas Específicas e Interdisciplinares, e do campo Educacional, em conjunto com o núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos das Áreas de Atuação Profissional foram distribuídas de modo que possam desenvolver, no egresso, em comum acordo com as disciplinas pedagógicas, da ciência da natureza e ciência humana, um conjunto de habilidades e competências para o exercício da docência em geografia.

1.6.3. Coerência dos Conteúdos Curriculares Face às Diretrizes Curriculares Nacionais

A estrutura curricular do curso, preservando a sua articulação, busca mecanismos capazes de lhe permitir um grau de flexibilidade, possibilitando ao aluno “desenvolver/trabalhar vocações, interesses e potenciais específicos”, criando-se condições de tempo para pesquisas bibliográficas e autoaprendizagem, por meio de adequado planejamento das cargas horárias semestrais, respeitado o limite

máximo de horas/aula semanais, seguindo orientação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso.

Ainda, em consonância com este propósito, busca-se oportunizar a flexibilização por meio da implementação curricular das Atividades Complementares de interesse individual e coletivo.

As disciplinas estão organizadas na matriz curricular de modo a atender os interesses das políticas nacionais para a educação superior e também para adequar o curso às exigências regionais.

O Curso de Licenciatura em Geografia do IFRO - *Campus* de Cacoal, deve obediência aos princípios gerais de educação emanados das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Geografia e de todos os documentos reguladores da educação nacional.

O licenciado em Geografia trabalha com um repertório de informações e habilidades composto por pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, cuja consolidação será proporcionada pelo exercício da profissão, fundamentando-se em interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética.

Este repertório deve se constituir por meio de múltiplos olhares, próprios das ciências, das culturas, das artes, da vida cotidiana, que proporcionam leitura das relações sociais e étnico-raciais, também dos processos educativos por estas desencadeados.

Para a formação do licenciado em Geografia é importante ressaltar que o conhecimento adquirido na academia é o referencial para a organização da vida e do trabalho. Os estudos e conhecimento devem servir como principal base de promoção, com equidade, do exercício pleno da cidadania.

Também é central, para essa formação, a proposição, realização, análise de pesquisas e a aplicação de resultados, em perspectiva extensionista, histórica, cultural, política, ideológica, tecnológica e teórica, com a finalidade, entre outras, de identificar e gerir, em práticas efetivas, elementos mantenedores, transformadores, geradores de relações sociais e étnico-raciais que fortaleçam ou enfraqueçam identidades, reproduzam ou criem novas relações de poder, fazendo das tecnologias e da informação os melhores caminhos para a sublimação do homem.

1.6.4. Compartilhamento de disciplinas respeitando a carga-horária

As disciplinas constantes na Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - *Campus* Cacoal, poderão ser ministradas de forma compartilhada entre os professores, desde que não ultrapasse a carga horária total da disciplina e autorizada pela Coordenação do Curso.

1.6.5. Matriz Curricular do Curso

A estrutura curricular do Curso Superior de Licenciatura em Geografia atende as determinações legais presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN 9.394/1996; nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da educação básica, em nível superior, de graduação plena, definidas pela Resolução CNE/CP 1/2002; nas Diretrizes Curriculares para o curso de Geografia, expressas no Parecer CNE/CES 492/2001 e na Resolução CNE/CES 14/2002; na Resolução CNE/CP 2/2002, Resolução CNE/CP nº 02/2015 que estabelece a carga horária das Licenciaturas, assim como, nas normativas, políticas e orientações internas do Instituto Federal de Rondônia.

A Resolução CNE/CP nº 02, de 01 de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, estabelece a obrigatoriedade de cargas horárias mínimas assim distribuídas e dimensionadas:

§ 1º Os cursos de que trata o caput terão, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, em cursos com duração de, no mínimo, 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos, compreendendo:

- I – 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo;
- II – 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição;
- III – pelo menos 2.200 (duas mil e duzentas) horas dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do artigo 12 desta Resolução, conforme o projeto de curso da instituição;
- IV – 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, conforme núcleo definido no inciso III do artigo 12 desta Resolução, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, consoante o projeto de curso da instituição (RESOLUÇÃO CNE/CP nº 2/2015).

O curso de Licenciatura em Geografia do IFRO atende a referida resolução, pois possui carga uma horária de 3.347 (três mil, trezentos e quarenta e sete) horas

de efetivo trabalho acadêmico, com duração de, no mínimo, 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos.

A matriz curricular do curso está organizada por disciplinas em regime seriado semestral, distribuídas em três núcleos de organização dos conteúdos: Núcleo de Estudos de Formação Geral, das Áreas Específicas e Interdisciplinares, e do campo Educacional; Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudo das Áreas de Atuação Profissional; e Núcleo de Estudos Integradores para Enriquecimento Curricular, sendo que que conforme a Resolução CNE/CP nº 02, de 01 de julho de 2015, esses núcleos estruturam-se da seguinte forma:

O Núcleo de Estudos de Formação Geral das Áreas Específicas e Interdisciplinares; e do campo educacional, seus fundamentos, metodologias e diversas realidades educacionais, compreende: a articulação entre princípios, concepções, conteúdos e critérios oriundos de diferentes áreas do conhecimento, incluindo os conhecimentos pedagógicos, específicos e interdisciplinares; os fundamentos da educação, para o desenvolvimento das pessoas, das organizações e da sociedade; princípios de justiça social, respeito à diversidade, promoção da participação e gestão democrática; conhecimento, avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de ensino e aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira; observação, análise, planejamento, desenvolvimento e avaliação de processos educativos e de experiências educacionais em instituições educativas; conhecimento multidimensional e interdisciplinar sobre o ser humano e práticas educativas, incluindo conhecimento de processos de desenvolvimento de crianças, adolescentes, jovens e adultos, nas dimensões física, cognitiva, afetiva, estética, cultural, lúdica, artística, ética e biopsicossocial; diagnóstico sobre as necessidades e aspirações dos diferentes segmentos da sociedade relativamente à educação, sendo capaz de identificar diferentes forças e interesses, de captar contradições e de considerá-los nos planos pedagógicos, no ensino e seus processos articulados à aprendizagem, no planejamento e na realização de atividades educativas; pesquisa e estudo dos conteúdos específicos e pedagógicos, seus fundamentos e metodologias, legislação educacional, processos de organização e gestão, trabalho docente, políticas de financiamento, avaliação e currículo; decodificação e utilização de diferentes linguagens e códigos linguístico-sociais utilizadas pelos estudantes,

além do trabalho didático sobre conteúdos pertinentes às etapas e modalidades de educação básica; pesquisa e estudo das relações entre educação e trabalho, educação e diversidade, direitos humanos, cidadania, educação ambiental, entre outras problemáticas centrais da sociedade contemporânea; questões atinentes à ética, estética e ludicidade no contexto do exercício profissional, articulando o saber acadêmico, a pesquisa, a extensão e a prática educativa; pesquisa, estudo, aplicação e avaliação da legislação e produção específica sobre organização e gestão da educação nacional.

O Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos das Áreas de Atuação Profissional inclui os conteúdos específicos e pedagógicos, priorizados pelo projeto pedagógico, em sintonia com os sistemas de ensino, que, atendendo às demandas sociais, oportunizará, entre outras possibilidades: investigações sobre processos educativos, organizacionais e de gestão na área educacional; avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira; pesquisa e estudo dos conhecimentos pedagógicos e fundamentos da educação, didáticas e práticas de ensino, teorias da educação, legislação educacional, políticas de financiamento, avaliação e currículo; aplicação ao campo da educação de contribuições e conhecimentos, como o pedagógico, o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural;

O Núcleo de Estudos Integradores para Enriquecimento Curricular compreende: a participação em seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, iniciação à docência, residência docente, monitoria e extensão, entre outros, definidos no projeto institucional da instituição de educação superior e diretamente orientados pelo corpo docente da mesma instituição; atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e instituições educativas de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos; mobilidade estudantil, intercâmbio e outras atividades previstas no PPC; atividades de comunicação e expressão visando à aquisição e à apropriação de recursos de linguagem capazes de comunicar, interpretar a realidade estudada e criar conexões com a vida social.

Assim, dentre os princípios e as diretrizes que fundamentam o curso, destacam-se: estética da sensibilidade; política da igualdade; ética da identidade; inter e transdisciplinaridade; contextualização; flexibilidade e intersubjetividade. Esses são princípios de bases filosóficas e epistemológicas que dão suporte à Estrutura Curricular do curso.

Quadro 13 - Distribuição de carga horária para os núcleos de conteúdo

Núcleos	CH (Hora-Relóg*)	Percentual
NEFG	1150	34,4%
NAD	1517	45,3%
NEI	680	20,3%
Total	3347	100,0%

Fonte: IFRO – *Campus* Cacoal. Legenda: NEFG = Núcleo de Estudos de Formação Geral, das Áreas Específicas e Interdisciplinares, e do campo Educacional; NAD = Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos das Áreas de Atuação Profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos; NEI = Núcleo de Estudos Integradores. (*) Hora-relógio de 50 minutos.

A matriz curricular completa para o curso de Licenciatura em Geografia é apresentada no quadro 14. Além de todas as disciplinas do curso são mostrados também a carga horária de cada disciplina bem como os pré-requisitos de cada uma, divididas por seus respectivos núcleos. Importante frizar que cada hora aula corresponde a 50 minutos de uma hora relógio.

Quadro 14- Matriz Curricular Completa do curso de Licenciatura em Geografia.

ORDEM	DISCIPLINAS	CÓDIGO	PRÉ-REQUISITOS			HORA AULA	HORA RELÓGIO
1º	Sociologia geral	NEFG01	-	-	-	60	50
2º	História Geral	NEFG02	-	-	-	40	33
3º	Filosofia geral	NEFG03	-	-	-	40	33
4º	Comunicação e Linguagem	NEFG04	-	-	-	60	50
5º	Metodologia do Trabalho Científico e Projetos integradores	NEFG05	-	-	-	80	67
6º	Astronomia	NEFG06	-	-	-	40	33
7º	História do Brasil	NEFG07	NEFG02	-	-	40	33
8º	Psicologia da Educação	NEFG08	-	-	-	80	67
9º	Filosofia da educação e ética profissional	NEFG09	NEFG03	-	-	40	33
10º	História da Educação	NEFG10	NEFG02	-	-	40	33
11º	Antropologia	NEFG11	NEFG01	-	-	40	33
12º	Didática Geral	NEFG12	NEFG02	-	-	80	67
13º	Sociologia da Educação	NEFG13	NEFG01	-	-	40	33
14º	Políticas públicas e Legislação da educação	NEFG14	-	-	-	80	67

15º	Gestão escolar	NEFG15	-	-	-	40	33
16º	Estatística	NEFG16	-	-	-	60	50
17º	Educação Especial na perspectiva Inclusiva	NEFG17	-	-	-	40	33
18º	Avaliação Educacional	NEFG18	-	-	-	80	67
19º	Optativa I	-	-	-	-	40	33
20º	Educação Ambiental	NEFG19	-	-	-	40	33
21º	Metodologia de ensino para a Educação Profissional e Tecnológica	NEFG20	-	-	-	40	33
22º	Direitos Humanos e Educação para a diversidade	NEFG21	-	-	-	40	33
23º	Optativa II	-	-	-	-	60	50
24º	Sociedade e Cultura	NEFG22	NEFG01	NEFG11	NAD23	40	33
25º	Metodologia do Ensino EAD	NEFG23	-	-	-	40	33
26º	Metodologia do Ensino EJA	NEFG24	-	-	-	40	33
27º	LIBRAS	NEFG25	-	-	-	60	50
28º	Introdução ao pensamento Geográfico	NAD01	-	-	-	40	33
29º	Informática aplicada ao ensino de Geografia	NAD02	-	-	-	80	67
30º	Epistemologia da Geografia	NAD03	NAD01	NEFG03	-	40	33
31º	Geologia	NAD04	-	-	-	80	67
32º	Cartografia	NAD05	NEFG06	-	-	80	67
33º	Geografia Agrária	NAD06	-	-	-	80	67
34º	Climatologia	NAD07	-	-	-	80	67
35º	Geografia Econômica	NAD08	-	-	-	40	33
36º	Hidrografia	NAD09	-	-	-	40	33
37º	Geomorfologia	NAD10	NAD04	NAD07	-	80	67
38º	O espaço geográfico Mundial	NAD11	NEFG02	-	-	40	33
39º	Metodologia do Ensino de Geografia I	NAD12	NAD02	-	-	80	67
40º	Cartografia temática	NAD13	NEFG06	NAD05	-	80	67
41º	Geomorfologia Fluvial	NAD14	NAD10	NAD09	-	80	67
42º	Planejamento e Gestão do Território	NAD15	-	-	-	40	33
43º	O espaço geográfico do Brasil	NAD16	NEFG07	NAD11	-	80	67
44º	Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento	NAD17	NEFG06	NAD05	NAD13	80	67
45º	Metodologia do Ensino de Geografia II	NAD18	NAD02	NAD12	-	80	67
46º	Pedologia	NAD19	NAD04	NAD07	-	60	50
47º	Recursos naturais e meio ambiente	NAD20	-	-	-	40	33

48º	Geopolítica	NAD21	NAD11	NAD15	-	80	67	
49º	Organização do espaço amazônico	NAD22	NAD16	NAD15	NAD21	40	33	
50º	Geografia da população	NAD23	NEFG01	NEFG11	-	40	33	
51º	Geografia da Indústria, transporte e redes	NAD24	NAD08	-	-	40	33	
52º	Biogeografia	NAD25	NAD04	NAD07	NAD09	60	50	
53º	TIC aplicada ao ensino de Geografia	NAD26	NAD02	-	-	40	33	
54º	Regionalização do Espaço Mundial	NAD27	NAD11	NAD21	-	80	67	
55º	Geografia de Rondônia	NAD28	NAD15	NAD16	NAD22	80	67	
56º	Geografia Urbana	NAD29	NAD06	NAD08	NAD24	60	50	
						Total	3200	2667

Fonte: IFRO – *Campus Cacoal*

A matriz curricular para o curso de Licenciatura em Geografia do IFRO é apresentada na sua totalidade para os Núcleo de Estudos de Formação Geral, das Áreas Específicas e Interdisciplinares, e do campo Educacional (em cor amarela); Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos das Áreas de Atuação Profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos (na cor verde); e Núcleo de Estudos Integradores (na cor azul) no quadro 15. São apresentados também os pré-requisitos para cursar as disciplinas, a carga horária semanal, subdividindo-se em carga horária teórica, prática e atividades de extensão, e a divisão por períodos.

Quadro 15 – Matriz curricular do curso de Licenciatura em Geografia por período.

Período	Disciplina	Códigos	Pré-Requisito			Créditos	CH Teórica	CH Prática	Projeto(s) Integrador(es) e extensão	(Hora-Aula) CH Total	(Hora-Rel) CH Total
1º SEMESTRE	Introdução ao pensamento Geográfico	NAD01	-	-	-	2	40	-	-	40	33
	Informática aplicada ao ensino de Geografia	NAD02	-	-	-	4	40	40	-	80	67
	Sociologia geral	NEFG01	-	-	-	3	60	-	-	60	50
	História Geral	NEFG02	-	-	-	2	40	-	-	40	33
	Filosofia geral	NEFG03	-	-	-	2	40	-	-	40	33
	Comunicação e Linguagem	NEFG04	-	-	-	3	30	30	-	60	50
	Metodologia do Trabalho Científico e Projetos integradores	NEFG05	-	-	-	4	40	20	20	80	67
	SUBTOTAL			-	-	-	20	290	90	20	400

Período	Disciplina	Códigos	Pré-Requisito			Créditos	CH Teórica	CH Prática	Projeto(s) Integrador(es) e extensão	(Hora-Aula) CH Total	(Hora-Rel) CH Total	
2º SEMESTRE	Epistemologia da Geografia	NAD03	NAD01	NEFG03	-	2	36	-	4	40	33	
	Geologia	NAD04	-	-	-	4	60	10	10	80	67	
	Astronomia	NEFG06	-	-	-	2	34	-	6	40	33	
	História do Brasil	NEFG07	NEFG02	-	-	2	36	-	4	40	33	
	Psicologia da Educação	NEFG08	-	-	-	4	72	-	8	80	67	
	Filosofia da educação e ética profissional	NEFG09	NEFG03	-	-	2	34	-	6	40	33	
	História da Educação	NEFG10	NEFG02	-	-	2	34	-	6	40	33	
	Antropologia	NEFG11	NEFG01	-	-	2	34	-	6	40	33	
	SUBTOTAL	-	-	-	-	20	340	10	50	400	333	
3º SEMESTRE	Cartografia	NAD05	NEFG06	-	-	4	60	10	10	80	67	
	Geografia Agrária	NAD06	-	-	-	4	70	-	10	80	67	
	Climatologia	NAD07	-	-	-	4	60	10	10	80	67	
	Geografia Econômica	NAD08	-	-	-	2	32	-	8	40	33	
	Didática Geral	NEFG12	-	-	-	4	40	34	6	80	67	
	Sociologia da Educação	NEFG13	NEFG01	-	-	2	34	-	6	40	33	
		SUBTOTAL	-	-	-	-	20	296	54	50	400	333
	4º SEMESTRE	Hydrografia	NAD09	-	-	-	2	20	16	4	40	33
Geomorfologia		NAD10	NAD04	NAD07	-	4	60	10	10	80	67	
O espaço geográfico Mundial		NAD11	NEFG02	-	-	2	34	-	6	40	33	
Metodologia do Ensino de Geografia I		NAD12	NAD02	-	-	4	40	30	10	80	67	

	Cartografia temática	NAD13	NEFG06	NAD05	-	4	40	30	10	80	67
	Políticas públicas e Legislação da educação	NEFG14	-	-	-	4	80	-	-	80	67
	SUBTOTAL	-	-	-	-	20	274	86	40	400	333
Período	Disciplina	Códigos	Pré-Requisito			Créditos	CH Teórica	CH Prática	Projeto(s) Integrador(es) e extensão	(Hora-aula) CH Total	(Hora-Rel) CH Total
5º SEMESTRE	Geomorfologia Fluvial	NAD14	NAD10	NAD09	-	4	60	12	8	80	67
	Planejamento e Gestão do Território	NAD15	-	-	-	2	36	-	4	40	33
	O espaço geográfico do Brasil	NAD16	NEFG07	NAD11	-	4	72	-	8	80	67
	Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento	NAD17	NEFG06	NAD05	NAD13	4	40	32	8	80	67
	Metodologia do Ensino de Geografia II	NAD18	NAD02	NAD12		4	40	32	8	80	67
	Gestão escolar	NEFG15	-	-	-	2	20	16	4	40	33
	SUBTOTAL	-	-	-	-	20	268	92	40	400	333
Período	Disciplina	Códigos	Pré-Requisito			Créditos	CH Teórica	CH Prática	Projeto(s) Integrador(es) e extensão	(Hora-aula) CH Total	(Hora-Rel) CH Total
6º SEMESTRE	Pedologia	NAD19	NAD04	NAD07	-	3	40	8	12	60	50
	Recursos naturais e meio ambiente	NAD20	-	-	-	2	34	-	6	40	33
	Geopolítica	NAD21	NAD11	NAD15	-	4	68	-	12	80	67
	Estatística	NEFG16	-	-	-	3	30	20	10	60	50
	Educação Especial na perspectiva Inclusiva	NEFG17	-	-	-	2	20	20	-	40	33
	Avaliação Educacional	NEFG18	-	-	-	4	40	40	-	80	67
	Optativa I	-	-	-	-	2	40			40	33
	SUBTOTAL	-	-	-	-	20	272	88	40	400	333
Período	Disciplina	Códigos	Pré-Requisito			Créditos	CH Teórica	CH Prática	Projeto(s) Integrador(es) e extensão	(Hora-aula) CH Total	(Hora-Rel) CH Total
SE ME S	Organização do espaço	NAD22	NAD16	NAD15	NAD21	2	34	-	6	40	33

	amazônico										
	Geografia da população	NAD23	NEFG01	NEFG11	-	2	34	-	6	40	33
	Geografia da Indústria, transporte e redes	NAD24	NAD08	-	-	2	36	-	4	40	33
	Biogeografia	NAD25	NAD04	NAD07	NAD09	3	52	-	8	60	50
	TIC aplicada ao ensino de Geografia	NAD26	NAD02	-	-	2	20	14	6	40	33
	Educação Ambiental	NEFG19	-	-	-	2	20	15	5	40	33
	Metodologia de ensino para a Educação Profissional e Tecnológica	NEFG20	-	-	-	2	20	20	-	40	33
	Direitos Humanos e Educação para a diversidade	NEFG21	-	-	-	2	35	-	5	40	33
	Optativa II	-	-	-	-	3	60	-	-	60	50
	SUBTOTAL	-	-	-	-	20	311	49	40	400	333
Período	Disciplina	Códigos	Pré-Requisito			Créditos	CH Teórica	CH Prática	Projeto(s) Integrador(es) e extensão	(Hora-aula) CH Total	(Hora-Rel) CH Total
	Regionalização do Espaço Mundial	NAD27	NAD11	NAD21	-	4	68	-	12	80	67
8º SEMESTRE	Geografia de Rondônia	NAD28	NAD15	NAD16	NAD22	4	40	28	12	80	67
	Geografia Urbana	NAD29	NAD06	NAD08	NAD24	3	52	-	8	60	50
	Sociedade e Cultura	NEFG22	NEFG01	NEFG11	NAD23	2	32	-	8	40	33
	Metodologia do Ensino EAD	NEFG23	-	-	-	2	20	20	-	40	33
	Metodologia do Ensino EJA	NEFG24	-	-	-	2	20	20	-	40	33
	LIBRAS	NEFG25	-	-	-	3	30	30	-	60	50
	SUBTOTAL	-	-	-	-	20	262	98	40	400	333
TOTAL	-	-	-	-	160	2313	567	320	3200	2667	
Período	Disciplina	Códigos	Pré-Requisito			Créditos	CH Teórica	CH Prática	Projeto(s) Integrador(es) e extensão	(Hora-aula) CH Total	(Hora-Rel) CH Total
	Estágio I (Prática no ensino fundamental)	NEI01	-	-	-	-	-	192	-	192	160
Núcleo Integrador	Estágio II (Prática no ensino médio)	NEI02	NEI01	-	-	-	-	288	-	288	240
	Trabalho de Conclusão de curso	NEI03	-	-	-	-	-	96	-	96	80

Atividades Acadêmico-científico-culturais	NEI04	-	-	-	-	-	240	-	240	200
SUBTOTAL	-	-	-	-	-	-	816	-	816	680
TOTAL	-	-	-	-	160	2313	1383	320	4016	3347

Fonte: IFRO – *Campus Cacoal* (*) Uma hora aula corresponde a 50 minutos de hora-relógio.

Quadro 16 – Síntese da Carga Horária Teórica, Prática e Total por núcleos.

Síntese da Carga Horária Teórica, Prática e Total Por Núcleos					
Núcleos	CH Teórica	CH Prática	CH Projetos Integradores	CH (Hora-Aula)	CH (Hora-Relóg.)
NEFG	995	285	100	1380	1150
NAD	1318	282	220	1820	1517
NEI	-	816	-	816	680
TOTAL	2313	1383	320	4016	3347

Fonte: IFRO – *Campus Cacoal* (*) Uma hora aula corresponde a 50 minutos de hora-relógio.

1.6.6. Ementário

1° SEMESTRE			
PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Introdução ao Pensamento Geográfico			Código: NAD01
CH Teórica: 40	CH Prática:	CH PIE¹:	CH Total: 40
Núcleo de Formação: NAD			Período: 1°
Disciplinas Pré-requisito:			
Ementa:			
Processos históricos de formação da ciência geográfica e sua institucionalização; Escolas da geografia: Escola alemã, francesa, americana e outras; Bases teóricas e conceituais, Categorias de análise da ciência geográfica: espaço geográfico, região, território, lugar e paisagem;			
Referências Bibliográficas Básicas			
MORAES, Antonio Carlos Robert de. Geografia: Pequena História Crítica . São Paulo: Annablume, 2003.			
MOREIRA, Ruy. O que é Geografia . 7° reimp. 14° ed. São Paulo: Brasiliense, 2005.			
SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço . São Paulo: EDUSP, 4° ed., 7° reimp. 2012.			
Referências Bibliográficas Complementares			
CASTRO, Iná Elias de.; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). Geografia: conceitos e temas . 2°ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.			
CORRÊA, Roberto Lobato. Região e Organização espacial . 7° ed. São Paulo: Ática, 2003.			
SANTOS, Milton. Metamorfose do espaço habitado . 3° ed., São Paulo: HUCITEC, 1994.			
_____. Espaço e Método . 5° ed. 2° reimp., São Paulo: EDUSP, 2014.			
SOJA, E. W. Geografias Pós-Modernas: A reafirmação do espaço na teoria crítica social . Rio de Janeiro-RJ: Jorge Zahar Editor, 1993.			
SOUZA, Marcelo Lopes de. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013			

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Informática aplicada ao Ensino de Geografia			Código: NAD02
CH Teórica: 40	CH Prática: 40	CH PIE:	CH Total: 80
Núcleo de Formação: NAD			Período: 1°
Disciplinas Pré-requisito:			
Ementa:			
Softwares e aplicativos educacionais, recursos e metodologias específicas para o ensino e aprendizagem de Geografia. Currículo, planejamento, prática, mediação e avaliação das TICs no ensino de Geografia.			
Referências Bibliográficas Básicas			

¹ PIE: Projetos Integradores de Extensão.

MANZANO, André Luiz N. G. **Estudos dirigidos a Informática Básica**. 7ª Ed. Érica. São Paulo, 2010.
VALENTE, José Armando. **Aprendizagem na era das tecnologias digitais**. Ed. Cortez. São Paulo, 2007.
BARBOSA, Rommel Melgaço. **Ambientes virtuais de aprendizagem**. Ed. Artmed. 2005.

Referências Bibliográficas Complementares

ALLAN, L. **Escola.com**: como as novas tecnologias estão transformando a educação na prática. Barueri: Figurati, 2015.
BARBOSA, Rommel Melgaço. **Ambientes virtuais de aprendizagem**. Ed. Artmed. 2005.
DEMO, Pedro. **“Novas” tecnologias, pressões e oportunidades**. Ed. Atlas, 2009.
MORAN, J. M., MASETTO, M. T., & BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. ed. 21ª, Campinas: Papirus, 2013.
SCHLEMMER, Eliane et al. **Comunidades de aprendizagem e de prática em metaverso**. Ed. Cortez. São Paulo, 2012.
TORI, Romero. **Educação sem distância**: as tecnologias interativas na redução de distâncias em ensino e aprendizagem. Ed. Senac, 2010.

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Sociologia Geral			Código: NEFG01
CH Teórica: 60	CH Prática:	CH PIE:	CH Total: 60
Núcleo de Formação: NEFG			Período: 1º
Disciplinas Pré-requisito:			
Ementa:			
O objetivo das ciências sociais. Análise do modo de produção capitalista e socialista. Estado e sociedade civil. Estado e Poder no Brasil. A relação indivíduo e sociedade: os processos sociais básicos.			
Referências Bibliográficas Básicas			
FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil - Ensaio de Interpretação Sociológica. Globo Editora, 2006.			
GIDDENS, Anthony, SOCIOLOGIA , , 6ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2012			
QUINTEIRO, Tania. Um Toque de Clássicos . Belo Horizonte: UFMG, 2009.			
Referências Bibliográficas Complementares			
DURKHEIM, Émile. As regras do Método Sociológico , São Paulo: Martin Claret, 2001.			
FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil . 24ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1991.			
GOFFMAN, E. A representação do Eu na Vida Cotidiana . Petrópolis: Vozes, 2009.			
MARX, K. O capital : crítica da economia política. Vol. 1. São Paulo: Civilização Brasileira, 2006.			
VILA NOVA, Sebastião. Introdução à Sociologia . – 6ª ed. São Paulo: Atlas,			

2016.

WEBER, M. **Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo**. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

Disciplina: História Geral

Código: NEFG02

CH Teórica: 40

CH Prática:

CH PIE:

CH Total: 40

Núcleo de Formação: NEFG

Período: 1º

Disciplinas Pré-requisito:

Ementa:

Introdução e conceito a História econômica. Estudo das principais formações econômicas desenvolvidas ao longo do processo histórico. A produção capitalista e a divisão social do trabalho. Transição do feudalismo para o capitalismo. Revolução Industrial e o amadurecimento do capitalismo. O processo histórico de constituição do mercado autor regulável. A formação do proletariado e a expansão do sistema capitalista no século XX. O experimento socialista; O Estado de bem-estar-social; Economias subdesenvolvidas. O neoliberalismo.

Referências Bibliográficas Básicas

MARX, K. A Assim Chamada Acumulação Primitiva. In: **O Capital**. Livro 1. Rio de Janeiro: Boitempo, 2013.

POLANYI, K. **A Grande Transformação: As Origens de Nossa Época**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2011.

WOOD, E.M. **A Origem do Capitalismo**. Trad. de Vera Ribeiro; Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

Referências Bibliográficas Complementares

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2012.

HOBBSBAWM, Eric. A era dos impérios: 1875-1914. Rio de Janeiro Paz e Terra, 1989.

_____. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2011.

HUBERMAN, L, **História da Riqueza do Homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

SEVECENKO, N. **A corrida para o século XXI: no loop da montanha russa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. (Virando Séculos; 7).

THOMPSON, E.P. **Formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

Disciplina: Filosofia Geral

Código: NEFG03

CH Teórica: 40

CH Prática:

CH PIE:

CH Total: 40

Núcleo de Formação: NEFG

Período: 1º

Disciplinas Pré-requisito:

Ementa:

Origem e significado da filosofia e sua relação com: mito, senso comum, ideologia. Divisão da filosofia. A questão do conhecimento e da ciência. Tipos de conhecimento. O ser e o agir humano. As relações humanas e o meio físico. Os desafios atuais da Geografia. As implicações éticas científicas na sociedade

contemporânea.

Referências Bibliográficas Básicas

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2003.
MARCONDES, Danilo. **Iniciação à História da Filosofia: dos pré-socráticos a wittgenstein**, 13ª ed., Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2010.
DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é filosofia?** Rio de Janeiro: Editora 34, 2001.

Referências Bibliográficas Complementares

ABRANTES, P. **Imagens da natureza, imagens de ciência**. São Paulo: Papirus, 1998.
ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 13º ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.
JAPIASSÚ, Hilton, MARCONDES, Danilo;. **Dicionário básico de filosofia**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
MOREIRA, R. **Para onde vai o pensamento geográfico?** Por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2006.
ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. Tradução Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2013.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

Disciplina: Comunicação e Linguagem **Código:** NEFG04

CH Teórica: 30 **CH Prática:** 30 **CH PIE:** **CH Total:** 60

Núcleo de Formação: NEFG **Período:** 1º

Disciplinas Pré-requisito:

Ementa:

Conceitos linguísticos: Diversidade linguística. Língua falada e língua escrita. Níveis de linguagem. Leitura e produção textual enfatizando o gênero e a tipologia textual. Fatores de textualidade. Argumentação oral e escrita. Redação científica. Pontuação. Concordância verbal e nominal.

Referências Bibliográficas Básicas

EMEDIATO, Wander. **A fórmula do texto: Redação, Argumentação e Leitura**. São Paulo: Geração Editorial, 2008.
KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e escrever: estratégias de produção textual**. 2.ed.São Paulo: Contexto, 2015.
MEDEIROS, João Bosco. **Português Instrumental**. 9.ed. São Paulo: Atlas,2010.

Referências Bibliográficas Complementares

ABAURRE, Maria Luiza M; ABAURRE, Maria Bernadete. **Um olhar objetivo para produções** escritas: analisar, avaliar, comentar.1.ed. São Paulo: Moderna, 2012.
BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália: novela sociolinguística**. 17.ed. São Paulo: Contexto, 2015.
CEREJA, Willian; COCHAR, Thereza. **Gramática Reflexiva: texto, semântica e interação**. 4.ed. São Paulo: Atual,2013.
GARCIA, Othon M. **Comunicação em Prosa Moderna**. 27.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 12.ed.São Paulo: Atlas, 2014.

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Metodologia do Trabalho Científico e Projetos integradores			Código: NEFG05
CH Teórica: 40	CH Prática: 20	CH PIE: 20	CH Total: 80
Núcleo de Formação: NEFG			Período: 1º
Disciplinas Pré-requisito:			
Ementa:			
<p>Informações científicas, diretrizes e normas técnicas necessárias na elaboração de trabalhos acadêmicos e científicos. Conceitos sobre as metodologias científicas, a pesquisa e seus procedimentos e este ocupando um papel base na formação do docente em Geografia. Ciência e outras formas de conhecimento. Prática e estratégias de leitura e anotações. Trabalhos de disciplinas, relatórios de visitas técnicas e de apresentações orais. Estrutura e redação de textos científicos dissertativos: resumos, relatórios, monografias, artigos científicos. Apresentação gráfica do texto e referências bibliográficas. Normas da ABNT. Formação das habilidades e competências profissionais depende do conhecimento multidisciplinar adquirido por meio de projetos integradores e da extensão. A relação dos conteúdos básicos e específicos, e suas aplicações práticas no exercício da profissão, por meio do uso de projetos integradores e da extensão. Metodologia da extensão e à vivência prática multidisciplinar ao longo curso. Aprendizagem significativa, por meio da curricularização da extensão nos cursos oferecidos pela Instituição.</p>			
Referências Bibliográficas Básicas			
<p>GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>MARCONI, M. A. Metodologia científica: ciência e conhecimento científico; métodos científicos ; teoria, hipóteses e variáveis , metodologia jurídica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.</p> <p>MELO NETO, José Francisco. Extensão Universitária: bases ontológicas. João Pessoa: Editora Universitária, 2002.</p>			
Referências Bibliográficas Complementares			
<p>CERVO, Amado L. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.</p> <p>FAGUNDES, J. Universidade e compromisso social: Extensão, limites e perspectivas. Campinas: Ed. UNICAMP, 1986.</p> <p>FAZENDA, I. C. A. (org.). O que é interdisciplinaridade? São Paulo: Cortez, 2008.</p> <p>MICHEL, Maria Helena. Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>PEREIRA, José Matias. Manual de Metodologia da Pesquisa Científica. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>SEVERINO, A.J. Metodologia do trabalho científico. 22. ed. São Paulo: Cortez. 2002.</p>			

2° SEMESTRE			
PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Epistemologia da Geografia			Código: NAD03
CH Teórica: 36	CH Prática:	CH PIE: 4	CH Total: 40
Núcleo de Formação: NAD			Período: 2°
Disciplinas Pré-requisito: NAD01 – NEFG03			
Ementa:			
Fundamentos filosóficos da ciência; Bases epistemológicas da ciência geográfica: determinismo x possibilismo, geografia física x geografia humana, geografia quantitativa, geografia crítica, geografia cultural; Tendências teórico-metodológicas: quantitativista, materialismo histórico-dialético e fenomenologia; Pensamentos modernos da geografia.			
Referências Bibliográficas Básicas			
CLAVAL, Paul. Epistemologia da Geografia . Florianópolis: UFSC, 2011. SANTOS, Milton. Por uma geografia nova . São Paulo: EDUSP, 6° ed., 2° reimp., 2012. SPOSITO, Eliseu Savério. Geografia e Filosofia: contribuições para o ensino do pensamento geográfico . São Paulo: UNESP, 2003.			
Referências Bibliográficas Complementares			
GODOY, Paulo R. Teixeira de (org.). História do pensamento geográfico e epistemologia em Geografia [on-line]. São Paulo: Cultura Acadêmica. 2010. GOMES, Paulo Cesar da Costa. Geografia e Modernidade . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1996. LACOSTE, Yves. A geografia: Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra . Campinas: Papius. 1988. MOREIRA, Ruy. Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico . 1ªed. 1º reimp. São Paulo: Contexto, 2008. _____. Geografia e Praxis – a presença do espaço na teoria e nas práticas geográficas . São Paulo: Contexto, 2012. VITTE, Antônio Carlos (org.). Contribuições à história e à epistemologia da geografia . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.			

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Geologia			Código: NAD04
CH Teórica: 60	CH Prática: 10	CH PIE: 10	CH Total: 80
Núcleo de Formação: NAD			Período: 2°
Disciplinas Pré-requisito:			
Ementa:			
Formação e evolução do pensamento geológico. Origem e estrutura da Terra. Tectônicas de Placas e Geologia Estrutural: terremotos, vulcanismo, dobras e falhas. Tempo Geológico. Intemperismo físico e químico, Rochas e Minerais, Rochas Ígneas, Rochas Metamórficas e Rochas Sedimentares. Recursos Minerais. Geologia e meio ambiente na sala de aula.			
Referências Bibliográficas Básicas			
POPP, J.H. Geologia Geral . Rio de Janeiro: LTC, 6ª Ed. 325 p. 2013. PRESS, F.; SIEVER, R.; GROTZINGER, J; JORDAN, T. H. Para entender a			

Terra. Bookman 6ª Ed. Porto Alegre. 768p. 2013.
SUGUIO, K.; SUZUKI, U. **A evolução geológica da Terra e a fragilidade da vida.** São Paulo: Edgard Blücher. 2ª Ed.152p. 2013.

Referências Bibliográficas Complementares

CARVALHO, A. M. G. **Evolução do Pensamento Geológico.** Coleção Sopa de Letras. Editora Âncora. 278 p. 2014.
MACALESTER, A. L. **História Geológica da Terra.** São Paulo: Edgard Blücher, 1ª Ed. 176 p. 1971.
LABOURIAU, M. L.S. **História Ecológica da Terra.** São Paulo: Edgard Blücher, 2ª Ed. 320 p. 1994.
SUGUIO, K. **Geologia do Quaternário e Mudanças Ambientais.** São Paulo: Paulo's Comunicação e Artes Gráficas, 408 p. 2010.
TEIXEIRA, W., TOLEDO, M.C.M.; FAIRCHILD, T., TAIOLI, F (Orgs.) **Decifrando a Terra.** São Paulo, Oficina de Textos. 2ª Ed. 568p. 2009.
VAINE, M. E.E. **Geologia no Laboratório. Atividades práticas.** Série Geologia na Escola. [recurso eletrônico]: Minerais do Paraná S/A MINEROPAR. Governo do Estado do Paraná. 64 p. Curitiba. 2005.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

Disciplina: Astronomia

Código: NEFG06

CH Teórica: 34

CH Prática:

CH PIE: 6

CH Total: 40

Núcleo de Formação: NEFG

Período: 2º

Disciplinas Pré-requisito:

Ementa:

Origem do Universo e da Terra. O sistema solar e seus componentes; Instrumentos óticos de observação, orientação noturna pelas estrelas, distâncias no cosmos. A interação Sol – Terra – Lua e suas consequências na Terra. Sistema de coordenadas Terrestres e Celestes.

Referências Bibliográficas Básicas

FERREIRA, M.; ALMEIDA, M de. **Introdução à Astronomia e as Observações Astronômicas.** 6.ed. Lisboa: Plátano Edições técnicas, 2001.

J. E. Horvath, **O ABCD da Astronomia e Astrofísica**, editora Livraria da Física.

ROSA, R. **Astronomia Elementar.** Uberlândia: 2º Ed. UFU, 1994.

Referências Bibliográficas Complementares

MEDICI, R.N. **Astronomia de posição.** Forense Universitari, 1989

CANIATO, Rodolpho. **(Re)descobrimo a Astronomia.** 2. ed. Campinas: Átomo, 2013.

DAMINELI, A.; STEINER, J. **O Fascínio do Universo** (Orgs). Odysseus Editora Ltda, São Paulo, 2010.

MOURÃO, R. R. de F. **O livro de Ouro do Universo.** 6. ed. Rio de Janeiro: Ediouro.

BORDIGNON, E. F. R. C. **Iniciação à Astronomia**, Curitiba: 1º ed. Rosacruz, 1986.

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: História do Brasil			Código: NEFG07
CH Teórica: 36	CH Prática:	CH PIE: 4	CH Total: 40
Núcleo de Formação: NEFG			Período: 2°
Disciplinas Pré-requisito: NEFG02			
Ementa:			
Introdução ao pensamento econômico brasileiro; Principais correntes do Pensamento Econômico Brasileiro; O Modelo Democrático-Burguês; O Modelo de Subdesenvolvimento capitalista; O Modelo de Substituição de Importações; O Desenvolvimento capitalista brasileiro; A abordagem dos cepalinos; Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo; Teoria da dependência; O neoliberalismo no Brasil; Cultura Afro-brasileira e indígena.			
Referências Bibliográficas Básicas			
FAUSTO, Boris. História do Brasil . São Paulo : Edusp, 2012			
FURTADO, C. Formação econômica do Brasil . Rio de Janeiro: Companhia das Letras: 2007.			
PRADO JÚNIOR, C. História econômica do Brasil . São Paulo: Brasiliense, [1945] 2006.			
Referências Bibliográficas Complementares			
FERNANDES, F. A Revolução Burguesa no Brasil : ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006.			
FONTES, V. O Brasil e o capital-imperialismo . Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.			
MALTA, M.M. de. Ecoss do Desenvolvimento : Uma História do Pensamento Econômico Brasileiro. Rio de Janeiro: Ipea, 2011.			
OLIVEIRA, F. de. Crítica à Razão Dualista : O Ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.			
SAES, D. A república do capital : capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo: Boitempo. 2001. SKIDMORE, T. Brasil: de Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2010.			

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Psicologia da Educação			Código: NEFG08
CH Teórica: 72	CH Prática:	CH PIE: 8	CH Total: 80
Núcleo de Formação: NEFG			Período: 2°
Disciplinas Pré-requisito:			
Ementa:			
A Psicologia na educação e na escola. Fatores determinantes do comportamento: as diversas abordagens. Psicologia do Desenvolvimento: aspectos cognitivo, social e afetivo da infância, adolescência e da idade adulta. Principais teorias de aprendizagem. Aprendizagem: mecanismos e suas dificuldades. Desvios de aprendizagem: caracterização e intervenção pedagógica. Sucesso, Fracasso, exclusão, motivação e desempenho escolar. Ajustamento Social e pessoal. Interação professor/aluno/família: dinâmica da sala de aula e de processo de aprendizagem. A psicologia da educação frente ao racismo, discriminação, intolerância, preconceito, estereótipo, exotismo, relações de poder e conflitos no			

ambiente escolar.
Referências Bibliográficas Básicas
BAETA, Anna Maria. Psicologia da Educação . Rio de Janeiro: Forma e ação, 2006.
CARMO, João dos Santos. Fundamentos Psicológicos da Educação . São Paulo: Ibpep, 2011.
CUNHA, Marcos Vinícius da. Psicologia da Educação . 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.
Referências Bibliográficas Complementares
BRITO, Márcia R. F. Psicologia da Educação: Matemática — Teoria e Pesquisa . Insular, 2004.
CARRARA, Kester. Introdução à Psicologia da Educação: Seis abordagens . São Paulo: Avercamp, 2004.
FARRELL, Michael. Dificuldades de aprendizagem moderadas, graves e profundas : guia do professor. Tradução: Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artmed, 2008.
GOULART, Iris Barbosa. Psicologia da Educação: fundamentos teóricos, aplicações à prática pedagógica . Petrópolis: Vozes, 2001.
LARROSA, Jorge. Psicologia e Educação – O Significado do Aprender . Edipucrs, 2007.
MONTOYA, Adrian Oscar Dongo. Contribuições da Psicologia para a Educação . Mercado de Letras, 2008.

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Filosofia da Educação e Ética Profissional			Código: NEFG09
CH Teórica: 34	CH Prática:	CH PIE: 6	CH Total: 40
Núcleo de Formação: NEFG			Período: 2°
Disciplinas Pré-requisito: NEFG03			
Ementa:			
Pressupostos Filosóficos da Educação. As contribuições das grandes correntes filosóficas para o pensamento pedagógico: iluminismo, liberalismo, positivismo e materialismo histórico-dialético. Por que estudar filosofia e sua importância na formação e atuação profissional. O inter-relacionamento entre Filosofia e Ética. Responsabilidade e consciência ética. Concepção de ética e de moral na consolidação do respeito à dignidade da pessoa humana, à liberdade e a igualdade. Discussão dos múltiplos usos da Ética: na profissão, nas organizações e na sociedade.			
Referências Bibliográficas Básicas			
ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Filosofia da Educação . São Paulo: Moderna, 2009.			
MORIN, Edgar. A cabeça bem-feita : repensar a reforma, reformar o pensamento; tradução Eloá Jacobina. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.			
SÁ, Antonio Lopes de. Ética profissional . 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.			
Referências Bibliográficas Complementares			
ADORNO, T. W. Educação e Emancipação . Tradução de Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Paz e Terra, 2000.			
DALBOSCO, C. A. (Org.). Filosofia e Educação no Emílio de Rousseau: o papel			

do educador como governante. Campinas, SP: Editora Alínea, 2011.
DEWEY, J. **Experiência e educação**. Petrópolis: Vozes, 2010.
LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da educação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
MARCUSE, H. **O homem unidimensional**: estudos sobre a ideologia da sociedade industrial avançada. São Paulo: EDIPRO, 2015.
FERRY, Luc; VINCENT, Jean-Didier. **O que é o ser humano?**: sobre os princípios fundamentais da filosofia e da biologia. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: História da Educação			Código: NEFG10
CH Teórica: 34	CH Prática:	CH PIE: 6	CH Total: 40
Núcleo de Formação: NEFG			Período: 2°
Disciplinas Pré-requisito: NEFG02			
Ementa:			
Fundamentos da História da Educação: clássica, moderna e contemporânea. A evolução histórica e dos sistemas educacionais no Brasil. Reformas educacionais no contexto brasileiro. O movimento de Educação Popular no Brasil. Histórico da educação republicana e direitos humanos. Tendências e problemáticas da educação contemporânea.			
Referências Bibliográficas Básicas			
ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da educação e da pedagogia : geral e do Brasil. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006. GERALDO, Francisco Filho. A educação brasileira no contexto histórico . 3. ed. Campinas-SP: Alínea, 2013. MANACORDA, Mario Alighiero. História da Educação : da antiguidade aos nossos dias. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2013.			
Referências Bibliográficas Complementares			
LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. História da Educação . Rio de Janeiro: DP&A, 2001. PILETTI, Claudino. História da Educação : de Confúcio a Paulo Freire. São Paulo: Contexto, 2014. RIBEIRO, Maria Luísa Santos. História da educação brasileira : a organização escolar. 21. ed. Campinas-SP: Autores associados, 2011. VEIGA, Cynthia Greive; FONSECA, Thais Nívia de Lima e. (Orgs.). Educação no Brasil : história e historiografia. São Paulo: Autores Associados, 2001.			

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Antropologia			Código: NEFG11
CH Teórica: 34	CH Prática:	CH PIE: 6	CH Total: 40
Núcleo de Formação: NEFG			Período: 2°
Disciplinas Pré-requisito: NEFG01			
Ementa:			
A constituição da Antropologia como disciplina e seu campo de estudo. Evolucionismo, Funcionalismo e Estruturalismo. O Estranhamento: etnocentrismo			

e o relativismo cultural. Cultura e diversidade cultural: cultura afro-brasileira e indígena. Questões de método: trabalho de campo e observação participante. Os precursores e o evolucionismo social na conformação da Antropologia como disciplina.

Referências Bibliográficas Básicas

LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia estrutural II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993
MARCONI, Marina de Andrade; PRESOTTO, Zélia Mara Neves. **Antropologia: Uma Introdução**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2013.
ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

Referências Bibliográficas Complementares

CARNEIRO DA CUNHA, M. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
EVANS-PRITCHARD, E. E. **Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2004.
GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2015.
LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. Editora Brasiliense. São Paulo, 2012.
MEAD, Margareth. **Sexo e Temperamento**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.
MONTEIRO, John. **Negros da terra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

3º SEMESTRE			
PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Cartografia			Código: NAD05
CH Teórica: 60	CH Prática: 10	CH PIE: 10	CH Total: 80
Núcleo de Formação: NAD			Período: 3º
Disciplinas Pré-requisito: NEFG06			
Ementa:			
História da cartografia: evolução, diversificação e perspectivas atuais. Os elementos básicos para a representação terrestre: projeções, escalas, coordenadas geográficas, simbologias e convenções. Análise e mensurações em documentos topográficos. Construção de perfis topográficos. A cartografia na sala de aula.			
Referências Bibliográficas Básicas			
CASTRO, José Flavio Morais. História da Cartografia e Cartografia Sistemática . Editora PUCMINAS. Minas Gerais. 104 p. 2012. FITZ, Paulo. Roberto. Cartografia Básica . São Paulo: Oficina de textos. 144 p. 2008. MENEZES, Paulo. Marcio. Leal. & FERNANDES, Manuel. Couto. Roteiro de Cartografia , São Paulo, Ed. Oficina de Textos. 288 p. 2013.			
Referências Bibliográficas Complementares			
IBGE / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Noções Básicas de Cartografia . Rio de Janeiro, 1989. FRIEDMANN, Raul M. P Fundamentos de orientação, cartografia e navegação terrestre . Editora UTFPR. Curitiba. 2009. 365 p. JOLY, Fernand. A cartografia . Campinas: Papyrus, 1990. 136 p. SCHÄFFER, N. O. et al. Um globo em suas mãos: práticas para a sala de aula .			

3. ed. Porto Alegre: Penso, 2011. 165p.

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Geografia agrária			Código: NAD06
CH Teórica: 70	CH Prática:	CH PIE: 10	CH Total: 80
Núcleo de Formação: NAD			Período: 3°
Disciplinas Pré-requisito:			
Ementa:			
A questão agrária: Concepções teórico-metodológicas da questão agrária; Estrutura fundiária e renda da terra; Movimentos sociais e reforma agrária; Território do agronegócio e território da agricultura familiar; Industrialização do campo e meio ambiente; Relação campo-cidade, a nova organização do espaço agrário.			
Referências Bibliográficas Básicas			
ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão . São Paulo/Rio de Janeiro/Campinas: Hucitec/Anpocs/Unicamp, 1992.			
FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew; GONÇALVES, Elienai Constantino. Os usos da terra no Brasil: debates sobre políticas fundiárias . São Paulo: Cultura acadêmica, 2014.			
SILVA, José Graziano da. O que é questão agrária . 3° ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.			
Referências Bibliográficas Complementares			
CENZI, Nerii Luiz. Cooperativismo: desde as origens ao projeto de lei da reforma do sistema cooperativo brasileiro . Curitiba: Uruá, 2012.			
FERREIRA, Gustavo H. Cepolini (org.). Geografia Agrária no Brasil . Jundiaí: Paco editorial, 2016.			
MARAFON, Gláucio José; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Ângelo (Org.) Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária . Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2007.			
OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Modo capitalista de produção e agricultura . 3. ed. São Paulo: Ática. 1990			
PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (orgs.) Campesinato e territórios em disputa . 1.ª edição, São Paulo: Expressão Popular, São Paulo, 2008.			
SAUER, Sérgio. Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro . Brasília: EMBRAPA, 2008.			

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Climatologia			Código: NAD07
CH Teórica: 60	CH Prática: 10	CH PIE: 10	CH Total: 80
Núcleo de Formação: NAD			Período: 3°
Disciplinas Pré-requisito:			
Ementa:			
Introdução ao estudo da ciência do clima na Geografia. Conceitos e métodos de Meteorologia e Climatologia. Composição e estrutura da atmosfera terrestre.			

Escalas do clima. Elementos e fatores do clima: Temperatura; Pressão atmosférica. Evapotranspiração. Precipitação. Umidade. Movimentos da atmosfera: massas de ar. Classificações Climáticas. Cartas sinóticas. Técnicas de Coleta e análise de dados em climatologia. Práticas pedagógicas em climatologia.

Referências Bibliográficas Básicas

AYOADE, J. D. **Introdução à Climatologia para os trópicos**. Bertrand Brasil 9ª Ed. Rio de Janeiro. 332 p. 2003.
MENDONÇA, F.; DANNI-OLIVEIRA, I.M. **Climatologia: noções básicas e climas do Brasil**. São Paulo: Oficina de Textos. 1ª Ed. 208 p, 2007.
TORRES, F.T.P.; MACHADO, P. J. de O. **Introdução à climatologia**. São Paulo: Cengage Learning. 1ª Ed, 280 p (Textos básicos de geografia) 2012.

Referências Bibliográficas Complementares

BARRY, R.; CHORLEY, R.J. **Atmosfera, Tempo e Clima**. Porto Alegre: Bookman, Tradução de Ronaldo Cataldo Costa. 528 p. 2013.
FERRETI, E. **Geografia Em Ação: Práticas Em Climatologia**. Editora Aymara. 1ª Edição. 142 p. 2009.
SILVA, C.A.; FIALHO, E. S.; STEINKE, E. T. **Experimentos em Climatologia Geográfica**. Editora UFGD. 1ª Edição. 392 p. 2014.
ZAVATTINI, J.O.; BOIN, M. N.; **Climatologia Geográfica Teoria e prática de pesquisa**. Editora Alínea. 1ª Edição. 248 p. 2013.
CAVALCANTI, IRACEMA F. A et. al.(org). **Tempo e Clima no Brasil**. São Paulo: Oficina de Textos. 1ª Edição, 464 p. 2009.

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Geografia econômica			Código: NAD08
CH Teórica: 32	CH Prática:	CH PIE: 8	CH Total: 40
Núcleo de Formação: NAD			Período: 3º
Disciplinas Pré-requisito:			
Ementa:			
Fundamentos teóricos da economia; Geografia econômica e sua abrangência; Sistemas econômicos, modos de produção e formação espacial: O trabalho e o consumo; As relações econômicas entre o global e o local;			
Referências Bibliográficas Básicas			
ANDRADE, Manuel. Correia de. Geografia Econômica . São Paulo: Atlas. 1987. HARVEY, David. A produção capitalista do espaço . São Paulo: Annablume, 2006. SINGER, Paul. O que é economia . São Paulo: contexto, 1998.			
Referências Bibliográficas Complementares			
BENKO, Georges. Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI . Tradução: Antônio de Pádua Danesi. 3.ed. São Paulo: Annablume / Hucitec, 2002. GEORGE, Pierre. Geografia Econômica , 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991 LACERDA, Antônio Corrêa de. O impacto da globalização na economia brasileira . 4ªed. São Paulo: Contexto, 1999. SINGER, Paul. O capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica . São Paulo: Moderna, 1987. SANTOS, Milton. Economia espacial . 2ªed. São Paulo:EDUSP, 2003.			

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Didática Geral			Código: NEFG12
CH Teórica: 40	CH Prática: 34	CH PIE: 6	CH Total: 80
Núcleo de Formação: NEFG			Período: 3°
Disciplinas Pré-requisito:			
Ementa:			
Fundamentos da didática nas teorias clássica, moderna e contemporânea da Educação. As tendências pedagógicas na prática escolar. As relações entre ensino, pesquisa e extensão. A práxis didática: currículo escolar, planejamento educacional e avaliação da ação pedagógica; projetos inter e transdisciplinares. Relação entre os componentes do processo didático: objetivos, conteúdos, métodos, recursos, avaliação da aprendizagem e, referenciais. Referenciais Curriculares da Educação Básica.			
Referências Bibliográficas Básicas			
HAYDT, R. C. Curso de didática geral . 7. ed. São Paulo: Ática, 2011. LIBÂNEO, J. C. Didática . 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013. PIMENTA, Selma Garrido. Didática e formação de professores: percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal . 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.			
Referências Bibliográficas Complementares			
CUNHA, M. I. da. O bom professor e sua prática . 24. ed. Campinas: Papyrus, 2012. CASTRO, Amélia Domingues de e CARVALHO, Anna Maria Pessoa de (Orgs.). Ensinar a ensinar: didática para a escola fundamental e média . São Paulo: Pioneira Thomson learning, 2002. FAZENDA, Ivani (Org.). Didática e interdisciplinaridade . 17. ed. Campinas-SP: Papyrus, 2012. FONSECA, Selva Guimarães (Org.). Ensino fundamental: conteúdos, metodologias e práticas . Campinas-SP: Alínea, 2009. LUCK, Heloísa. Pedagogia interdisciplinar: fundamentos teórico-etodológicos . 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. PERRENOUD, Philippe. Dez novas competências para ensinar: concite à viagem . Porto Alegre: Artmed, 2000.			

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Sociologia da Educação			Código: NEFG13
CH Teórica: 34	CH Prática:	CH PIE: 6	CH Total: 40
Núcleo de Formação: NEFG			Período: 3°
Disciplinas Pré-requisito: NEFG01			
Ementa:			
Matrizes clássicas do pensamento sociológico: o método funcionalista, o compreensivo e o dialético. Estrutura social e educação: reprodução social e transmissão de conhecimento. O impacto das revoluções tecnológicas nos processos civilizatórios. A relação ideológica da escola com a sociedade e com o Estado. O papel da escola como agente de transformação social. Análise			

sociológica do sucesso e do fracasso escolar. Relações existentes entre sociologia e educação e as influências da sociologia no pensamento e na prática pedagógica. Relações entre Escola, Sociedade, Estado e Educação. Multiculturalidade, diversidade e desigualdade social. Escola e políticas de inclusão social.

Referências Bibliográficas Básicas

BOURDIEU & PASSERON. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. RJ: Livraria Francisco Alves Editora, 2011.

DEMO, Pedro. **Sociologia da educação - sociedade e suas oportunidades**. Brasília/DF: Plano Editora, 2004.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. (Trad. Stephania Matousek) Petrópolis: Vozes. 2013.

Referências Bibliográficas Complementares

GIDDENS, Anthony, **SOCIOLOGIA**, 6ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2012

NOGUEIRA, Maria Alice, CATANI, Afrânio (organização e introdução) **Escritos em Educação**. Pierre Bourdieu. Petrópolis: Vozes, 1998.

PILETTI, Nelson. **Sociologia da educação**. São Paulo: Editora Ática, 2000.

QUINTEIRO, Tania. **Um Toque de Clássicos**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

SILVA, Aracy L. GRUPIONI, Luís D. B. (orgs). **A temática indígena na escola**: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. 4 ed. São Paulo: Global, Brasília: MEC/MARI, UNESCO, 2004.

4º SEMESTRE

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

Disciplina: Hidrografia

Código: NAD09

CH Teórica: 20

CH Prática: 16

CH PIE: 4

CH Total: 40

Núcleo de Formação: NAD

Período: 3º

Disciplinas Pré-requisito:

Ementa:

Distribuição da água na Terra. O ciclo hidrológico. Águas continentais e oceânicas. Águas subterrâneas. Manejo integrado de Bacias hidrográficas. Recursos hídricos na atualidade. Política e Gerenciamento dos Recursos Hídricos. Os recursos hídricos e suas formas de abordagens no ambiente escolar.

Referências Bibliográficas Básicas

CECH, Rich. **Recursos Hídricos - História, Desenvolvimento, Política e Gestão**. Editora LTC. 3ª ed. 448 p. 2013.

MACHADO, Pedro José de Oliveira; TORRES, Felipe Tamiozzo Pereira.

Introdução à Hidrogeografia. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

TUCCI, Carlos Eduardo. Morelli. **Hidrologia - Ciência e Aplicação**. UFRGS. Porto Alegre – RS. 4ª ed. 943 p. 2013.

Referências Bibliográficas Complementares

CASARIN, Fátima. **Água - o Ouro Azul - Uso e Abusos Dos Recursos Hídricos** - Col. Desafios do Século XXI. Garamond. 1ª ed. Rio de Janeiro – RJ. 116 p. 2011.

POLETO, Cristiano. **Bacias Hidrográficas e Recursos Hídricos**. Interciência. 1ª ed. 252 p. 2014.

SCIAVETTI, Alexandre; CAMARGO, Antônio. F. M. Conceitos de Bacias

Hidrográficas: teorias e aplicações. [Recurso digital]. Editus. Ilhéus – BA. 281 p. 2002.

TUCCI, Carlos Eduardo. Morelli. JUNIOR, Benedito Pinto Ferreira Braga (Orgs). **Clima e recursos Hídricos no Brasil**. ABRH. Volume 09. Brasília. 348 p. 2003.
TUNDISI, José Galizia. **Água no século XXI: enfrentando a escassez**. RIMA. São Carlos. 1º ed. 247 p. 2003.
TUNDISI, José Galizia; TUNDISI, Takako Matsumura. **Recursos Hídricos No Século XXI**. Oficina de Textos. 1ª ed. São Paulo – SP. 328 p. 2011.

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Geomorfologia			Código: NAD10
CH Teórica: 60	CH Prática: 10	CH PIE: 10	CH Total: 80
Núcleo de Formação: NAD			Período: 4º
Disciplinas Pré-requisito: NAD04 – NAD07			
Ementa:			
A natureza da Geomorfologia. Teorias Geomorfológicas. Geomorfologia climática e estrutural. Processos exógenos de elaboração do relevo: pedogênese e morfogênese. Processos e formas de relevo. Processos e formas cársticas. Mapeamento geomorfológico. Intervenções antrópicas: uso, ocupação e apropriação do relevo. Geomorfologia e meio ambiente na sala de aula.			
Referências Bibliográficas Básicas			
FLORENZANO, Teresa Gallotti (Org.). Geomorfologia: conceitos e tecnologias atuais . São Paulo: Oficina de Textos. 320 p. 2008.			
GUERRA, Antônio José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista. Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos . 5ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 472 p. 2003.			
TORRES, Fillipe Tamiozzo Pereira; MARQUES NETO, Roberto; MENESES, Sebastião de Oliveira. Introdução à geomorfologia . São Paulo: Cengage Learning. 336 p. 2013.			
Referências Bibliográficas Complementares			
BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Geociências (Ed.). Manual Técnico de Geomorfologia . 2ª edição. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. 182 p. (Manuais Técnicos em Geociências).			
MEDEIROS, Paulo Cesar. Geomorfologia: fundamentos e métodos para o estudo do relevo . Editora Intersaberes. 1ª ed. 396 p. 2016.			
GUERRA, Antônio Teixeira; GUERRA, Antônio José Teixeira. Dicionário Geológico-Geomorfológico . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 648 p. 2011.			
GUERRA, Antônio J. Teixeira. Geomorfologia do Brasil . 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 388p. 2003.			
GUERRA, Antônio J. Teixeira. Erosão e conservação do solo: conceitos, temas e aplicações . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 340 p. 2005.			

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: O espaço geográfico mundial			Código: NAD11
CH Teórica: 34	CH Prática:	CH PIE: 6	CH Total: 40
Núcleo de Formação: NAD			Período: 4º
Disciplinas Pré-requisito: NEFG02			

Ementa:
O espaço mundial no decorrer da história: guerras e disputas territoriais; Organização do espaço mundial diante da globalização; Divisão Internacional do trabalho; Potências mundiais e conflitos;
Referências Bibliográficas Básicas
HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A nova des-ordem Mundial . São Paulo: Editora da UNESP, 2006. IANNI, Octavio. A sociedade global . 9° ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira. 2001. SANTOS, Milton. Por uma outra globalização . 16° ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.
Referências Bibliográficas Complementares
ANDRADE, Manuel Correia de. Imperialismo e Fragmentação do espaço . 3° ed. São Paulo: Contexto, 1991. FURTADO, Celso. Transformação e crise na economia mundial . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007. HARVEY, David. Condição pós-moderna . 16° ed. São Paulo: Loyola, 2007. HOBSBAWM, Eric. A era dos extremos: o breve século XX, 1914 - 1991 . São Paulo: Companhia das Letras, 2008. SANTOS, Milton. Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional . 5° ed. São Paulo: EDUSP, 2008. _____. Economia espacial . 2°ed. São Paulo:EDUSP, 2003.

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Metodologia de Ensino de Geografia I			Código: NAD12
CH Teórica: 40	CH Prática: 30	CH PIE: 10	CH Total: 80
Núcleo de Formação: NAD			Período: 4°
Disciplinas Pré-requisito: NAD02			
Ementa:			
Ensino da Geografia e desenvolvimento cognitivo. Conceitos e usos de recursos didáticos nas aulas de Geografia no Ensino Fundamental. Metodologias, estratégias e instrumentação para o ensino de Geografia no Ensino Fundamental. Interação entre a Geografia e os temas transversais no Ensino Fundamental. Ludicidade e inovação no ensino e aprendizagem da Geografia no Ensino Fundamental. Plano de ensino e de aula. Projetos inter e transdisciplinares no Ensino Fundamental. O livro didático e práticas laboratoriais para o ensino de Geografia no Ensino Fundamental. A produção de material didático para o ensino de Geografia no Ensino Fundamental.			
Referências Bibliográficas Básicas			
FANTIN, Maria Eneida; TAUSCHEK, Neusa Maria; NEVES, Diogo Labiak. Metodologia do ensino de geografia . Curitiba: Intersaberes, 2013. FILIZOLA, Roberto; KOZEL, Salete. Teoria e prática do ensino de geografia: Memórias da terra . São Paulo: FTD, 2010. PONTUSCHKA, Nídia Nacib; PAGANELLI, Tomoko Iyda; CACETE, Núria Hanglei. Para ensinar e aprender Geografia . São Paulo: Cortez, 2007.			
Referências Bibliográficas Complementares			
BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais . Secretaria de Educação			

Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Geografia / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.
 BUITONI, Marísia Margarida Santiago (coord.). **Geografia: ensino fundamental**. v. 22, coleção explorando o ensino. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de educação básica, 2010.
 CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimento**. 18° ed. Campinas: Papirus, 2016.
 _____. **O ensino de geografia na escola**. Campinas: Papirus, 2015.
 TORRES, Eloiza Cristiane. **Truques e trechos: materiais didáticos para o ensino de geografia**. Pará de Minas: VirtualBooks, 2014 (pdf).

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Cartografia Temática			Código: NAD13
CH Teórica: 40	CH Prática: 30	CH PIE: 10	CH Total: 80
Núcleo de Formação: NAD			Período: 4°
Disciplinas Pré-requisito: NEFG06 – NAD05			
Ementa:			
Pesquisa, análise e tratamento da informação. Representação cartográfica com temas significativos para o estudo da Terra e as características das variáveis. Dados qualitativos, quantitativos, estáticos e dinâmicos. Formas de representação: pontual, linear e zonal. Propriedades perceptivas das variáveis gráficas: execução, leitura e interpretação. Mapas temáticos no ensino da Geografia.			
Referências Bibliográficas Básicas			
FITZ, Paulo. Roberto. Cartografia Básica . São Paulo: Oficina de textos. 144 p. 2008.			
MARTINELLI, Marcello. Mapas de Geografia e Cartografia Temática . Editora Contexto. 5ª ed. – São Paulo. 112 p. 2003.			
MARTINELLI, Marcello. Cartografia Temática: Caderno de Mapas . Editora Edusp. 2ª ed. – São Paulo. 184 p. 2016.			
Referências Bibliográficas Complementares			
ALMEIDA, R.D. (Org.). Cartografia escolar . São Paulo: Contexto, 224 p. 2007.			
ALMEIDA, R.D. Novos Rumos da Cartografia Escolar: Currículo, linguagem e tecnologia . São Paulo, Ed. Contexto, 224 p. 2011.			
ALMEIDA, R.D. Do desenho ao mapa: iniciação cartográfica na escola . Coleção Repensando o Ensino. Editora Contexto, São Paulo. 120 p. 2007.			
MARTINELLI, Marcello. Mapas, gráficos e redes: elabore você mesmo . -- Oficina de Textos, 1ª ed. - São Paulo: 120 p. 2014.			

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Políticas Públicas e legislação educacional			Código: NEFG14
CH Teórica: 80	CH Prática:	CH PIE:	CH Total: 80
Núcleo de Formação: NEFG			Período: 4°
Disciplinas Pré-requisito:			
Ementa:			
O papel do Estado e das políticas públicas de educação. A política e as tendências			

para a Educação Básica. Políticas de Educação Profissional. Políticas para a Educação de Jovens e Adultos. Centralização/descentralização da política educacional na reforma do Estado no Brasil: políticas de financiamento, de avaliação e de currículo. Plano Nacional de Educação-PNE. Políticas públicas para a educação e sua relação com direitos humanos, diversidade, saúde, meio ambiente e sujeitos passíveis de exclusão. Sistemas nacionais de avaliação da educação e de ingresso nas instituições públicas de ensino. Políticas para os profissionais da educação. Aspectos históricos da legislação educacional no Brasil. Ordenamento constitucional, legal e normativo da educação brasileira para a educação básica e suas modalidades. Leis e resoluções que regem a formação e a Carreira Docente. Implicações do ECA na educação brasileira. Legislação para a assistência ao estudante. Direitos referentes à educação inclusiva, educação indígena e de quilombolas, educação do campo, questões de gênero, sexuais, étnico-raciais e religiosas.

Referências Bibliográficas Básicas

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024** [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. (Série legislação ; n. 125)

MARQUES, Eugenia Portela de Siqueira. **Políticas Públicas Educacionais: Novos contextos e diferentes desafios para educação no Brasil**. Curitiba: CRV Ltda, 2014.

OLIVEIRA, Maria Eliza Nogueira. **Gestão Escolar e Políticas Públicas Educacionais**. Curitiba: Appris, 2013.

Referências Bibliográficas Complementares

BRASIL. Presidência da República. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 5 jun. 2017.

DUARTE, Adriana e OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Políticas públicas e educação**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

MARQUES, Eugenia Portela de Siqueira; MACHADO, Vera de Mattos. **Políticas públicas educacionais para a formação inicial e continuada de professores no Brasil**. Curitiba: CRV Ltda, 2014.

MARTINS, Ricardo Chaves de Rezende. **O Poder Legislativo e as Políticas Públicas Educacionais**. Brasília: Edições Câmara, 2012.

SANTOS, Jocélio Teles dos (Org.). **O impacto das cotas nas universidades brasileiras (2004-2012)**. Salvador: CEAO, 2013.

VIEITEZ, Candido Giraldez; BARONE, Rosa Elisa Mirra. (org.). **Educação e políticas públicas: tópicos para o debate**. Araraquara-SP: Junqueira e Marin, 2017.

5° SEMESTRE			
PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Geomorfologia Fluvial			Código: NAD14
CH Teórica: 60	CH Prática: 12	CH PIE: 8	CH Total: 80
Núcleo de Formação: NAD			Período: 5°
Disciplinas Pré-requisito: NAD09 – NAD10			

Ementa:
Morfologia fluvial. Tipologia de canais fluviais. Evolução de canais fluviais. Dinâmica do escoamento fluvial. Leitos aluviais e sedimentos. Perfis de rios. Ciclos erosivos. Erosão localizada de leitos aluviais e de margem. Sistemas de Drenagem. Dinâmica das deformações do leito. Inter-relações das atividades antrópicas no ambiente fluvial.
Referências Bibliográficas Básicas
CHRISTOFOLETTI, Antônio. Geomorfologia Fluvial . Edgard Blucher. São Paulo. 313 p. 1981. CHRISTOFOLETTI, Antônio. – Geomorfologia . São Paulo: Edgard Blucher, 1980. STEVANUX, José Cândido; LATRUBESSE, Edgardo Manuel. Geomorfologia Fluvial . Oficina de Textos 1ª ed. 336 p. 2017.
Referências Bibliográficas Complementares
BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Geociências (Ed.). Manual Técnico de Geomorfologia . 2ª edição. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. 182 p. (Manuais Técnicos em Geociências). ESPINDOLA, Evaldo. L. G. Bacia Hidrográfica - Diversas abordagens em pesquisa . Editora RIMA. São Carlos – SP. 412 p. 2004. GUERRA, Antônio. José. Teixeira; CUNHA, Sandra. Batista. da (Orgs) – Geomorfologia e Meio Ambiente . Bertrand Brasil. 9º ed. 394 p. 2010. Paiva, Eloiza Maria Cauduro Dias de; Paiva, João Batista Dias de. Hidrologia Aplicada à Gestão de Pequenas Bacias Hidrográficas . Editora ABRH. 1ª ed. 628 p. 2003.

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Planejamento e gestão do Território			Código: NAD15
CH Teórica: 36	CH Prática:	CH PIE: 4	CH Total: 40
Núcleo de Formação: NAD			Período: 5º
Disciplinas Pré-requisito:			
Ementa:			
Conceito de Território: territorialização, (des)territorialização e (re)territorialização; Planejamento, gestão e ordenamento do território; O papel do Estado como gestor do território;			
Referências Bibliográficas Básicas			
BECKER, Bertha K.; SANTOS, Milton (orgs.). Território, Territórios – Ensaio sobre o ordenamento territorial . 3º ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. HAESBAERT, Rogério. O mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. STEINBERGER, Marília (org.). Território, estado e políticas públicas espaciais . Brasília: Libri editorial, 2013.			
Referências Bibliográficas Complementares			
ALMEIDA, Flávio Gomes; SOARES, Luiz Antônio Alves (org.). Ordenamento Territorial: Coletânea de textos com diferentes abordagens no contexto brasileiro . Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2009. ORTEGA, Antonio Cesar (org.). Território, Políticas Públicas e estratégias de desenvolvimento . 2º ed. Campinas: Alínea, 2016. RONDÔNIA. Zoneamento Sócioeconômico ecológico do estado de Rondônia:			

planejamento para o desenvolvimento sustentável e proteção ambiental. Porto Velho: SEDAM, 2010.

SAQUET, Marcos Aurélio (org.). **Estudos territoriais na ciência geográfica**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

_____. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SILVA, Ricardo Gilson da Costa. Agentes, processos e conflitos na gestão territorial no estado de Rondônia (Brasil). In: **Polis**, v. 15, n. 45, Santiago, dez. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-65682016000300016>, Acesso em: 20 de jul. 2017.

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: O espaço geográfico do Brasil			Código: NAD16
CH Teórica: 72	CH Prática:	CH PIE: 8	CH Total: 80
Núcleo de Formação: NAD			Período: 5°
7 Disciplinas Pré-requisito: NEFG07 – NAD11			
Ementa:			
Formação do território brasileiro; Dinâmicas socioeconômicas do Brasil: População, Agricultura, Indústria, infraestrutura e Comércio; Regiões do Brasil; Espaço Brasileiro e globalização.			
Referências Bibliográficas Básicas			
FURTADO, C. Formação econômica do Brasil . Rio de Janeiro: Companhia das Letras: 2007.			
ROSS, Jurandy L. Sanches (org.). Geografia do Brasil . 6° ed. São Paulo: EDUSP, 2011.			
SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI . 11° ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.			
Referências Bibliográficas Complementares			
ANDRADE, Manuel Correia. A questão do território no Brasil . 2° ed. São Paulo: HUCITEC, 2004.			
BILHÃO, Isabel (org.). Visões do Brasil: realidades e perspectivas . Caxias do Sul: EDUCS, 2002.			
CASTRO, Iná Elias de; CORREA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo Cesar da Costa (org.). Brasil: questões atuais da reorganização do território . 2°ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.			
REOLON, Cleverson Alexander. Produção industrial e comando do capital no Brasil: uma análise espacial . São Paulo: Cultura acadêmica, 2013.			

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento			Código: NAD17
CH Teórica: 40	CH Prática: 32	CH PIE: 8	CH Total: 80
Núcleo de Formação: NAD			Período: 5°
Disciplinas Pré-requisito: NEFG06 – NAD05 – NAD13			
Ementa:			
Conceitos Básicos de um SIG (Principais componentes, estrutura de dados raster			

e vetorial). Modelos digitais de elevação do terreno. Princípios das ondas eletromagnéticas. Assinaturas espectrais. Pré-processamento e processamento digital de imagens orbitais. Principais sensores utilizados em estudos ambientais. Aplicações ambientais de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto. Geoprocessamento como recurso didático às temáticas geográficas.

Referências Bibliográficas Básicas

FLORENZANO, Teresa Gallotti. **Iniciação em Sensoriamento Remoto**. Oficina de Textos. 3ª ed. São Paulo – SP. 128 p. 2013.
FITZ, P. R. **Geoprocessamento sem complicações**. Oficina de Textos. 1ª ed. São Paulo – SP. 160 p. 2008.
NOVO, Evelyn. M. I. M. **Sensoriamento Remoto - Princípios e Aplicações**. Blucher. 4ª ed. São Paulo – SP. 388 p. 2011.

Referências Bibliográficas Complementares

CARVALHO, Vânia Salomon G. de. **O Sensoriamento Remoto no Ensino Básico da Geografia, Definindo Novas Estratégias**. APED. 1ª ed. Rio de Janeiro – RJ. 227 p. 2012.
MEIRELLES, M. S. P; CAMARA, G; ALMEIDA, C. M. **Geomática: Modelos e Aplicações Ambientais**. Brasília: Embrapa. 594 p. 2007.
LIU, W. T. H. **Aplicações de Sensoriamento Remoto**. [Formato digital] Campo Grande: Uniderp. 2ª ed. São Paulo – SP. 900 p. 2015.
Maguire, David J et al. **Sistemas e Ciência da Informação Geográfica**. Bookman. 3ª ed. Porto Alegre – RS. 540 p. 2012.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

Disciplina: Metodologia de Ensino de Geografia II **Código:** NAD18

CH Teórica: 40 **CH Prática:** 32 **CH PIE:** 8 **CH Total:** 80

Núcleo de Formação: NAD **Período:** 5º

Disciplinas Pré-requisito: NAD02 – NAD12

Ementa:

Ensino da Geografia e desenvolvimento cognitivo. Conceitos e usos de recursos didáticos nas aulas de Geografia no Ensino Médio. Metodologias, estratégias e instrumentação para o ensino de Geografia no Ensino Médio. Interação entre a Geografia e os temas transversais no Ensino Médio. Ludicidade e inovação no ensino e aprendizagem da Geografia no Ensino Médio. Plano de ensino e de aula. Projetos inter e transdisciplinares no Ensino Médio. O livro didático e práticas laboratoriais para o ensino de Geografia no Ensino Médio. A produção de material didático para o ensino de Geografia no Ensino Médio.

Referências Bibliográficas Básicas

CAVALCANTI, Lana de Souza (org.). **Temas da geografia na escola básica**. Campinas: Papyrus, 2014.
KIMURA, Shoko. **Geografia no ensino básico: questões e propostas**. 2º ed. São Paulo: Contexto, 2011.
PASSINI, Elza Yassuko (org.) **Prática de ensino de geografia e estágio supervisionado**. São Paulo: Contexto, 2007.

Referências Bibliográficas Complementares

CALLAI, Helena Copetti. **A formação do profissional de geografia: o professor**. Ijuí: UNIJUÍ, 2013.
CARLOS, Ana Fani A. (org.). **A geografia na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1999.

CASTELLAR, Sonia (org.). **Educação geográfica: teorias e práticas docentes**. v.5, São Paulo: Contexto, 2005.
NEVES, Karina Fernanda Travagim Viturino. **Os trabalhos de campo no ensino de geografia: reflexões sobre a prática docente na educação básica**. Ilhéus: Editus, 2010.
SILVA, Augusto Cesar Pinheiro da; et. al. **Educação geográfica em foco**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Gestão Escolar			Código: NEFG15
CH Teórica: 20	CH Prática: 16	CH PIE: 4	CH Total: 40
Núcleo de Formação: NEFG			Período: 5°
Disciplinas Pré-requisito:			
Ementa:			
Gestão Escolar: concepções e fundamentos. Gestão Participativa e Democrática. Os órgãos colegiados da escola. Dimensões da autonomia: administrativa, jurídica, financeira e pedagógica. O financiamento, o orçamento e a prestação de contas na escola pública. Projeto Político Pedagógico: finalidades educacionais, culturais, política e social, formação profissional, e humanística. Planejamento, organização, execução, monitoramento e avaliação do processo educativo e seus resultados. Sistemas nacionais de monitoramento e de avaliação da educação básica: IDEB, Saeb, ENEM, censo escolar. Gestão de pessoas, liderança e os princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.			
Referências Bibliográficas Básicas			
LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos . 20. ed. São Paulo: Loyola, 2005. LUCK, Heloisa et al. Concepções e processos democráticos de gestão educacional . Petrópolis: Vozes, 2006. SANTOS, Clóvis Roberto dos. A Gestão Educacional e Escolar para a Modernidade . São Paulo: Cengage, 2013.			
Referências Bibliográficas Complementares			
BASSALO, Lucélia (Coord.). Conselhos Escolares: uma experiência de democratização da educação e de enfrentamento do analfabetismo escolar na Amazônia . Projeto de Extensão. Belém: Unama, 2007. MARTINS, José do Prado. Gestão educacional: uma abordagem crítica do processo administrativo em educação . 3. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2007. OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro (org.). Gestão educacional: novos olhares, novas abordagens . Petrópolis: Vozes, 2005. OLIVEIRA, Dalila Andrade (org.). Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos . 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. VASCONCELLOS, Celso dos S. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula . 12. ed. São Paulo: Libertad, 2009.			

6° SEMESTRE			
PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Pedologia			Código: NAD19
CH Teórica: 40	CH Prática: 8	CH PIE: 12	CH Total: 60
Núcleo de Formação: NAD			Período: 6°
Disciplinas Pré-requisito: NAD04 – NAD07			
Ementa:			
Rochas e minerais. Fatores de formação de solos. Processos Pedogenéticos Composição geral do solo. Conceitos e composição do solo. Perfil de solo: horizontes e camadas. Mineralogia de solos. Propriedades físicas e químicas dos solos. Classificação dos solos. Manejo e conservação dos solos.			
Referências Bibliográficas Básicas			
KER, J. C.; CURI, N.; SCHAEFER, C. E. G. R.; VIDAL-TORRADO, P. Pedologia – Fundamentos . Sociedade Brasileira de Ciência do Solo. Viçosa, MG, RJ. 2012.			
LEPSCH, I. F. Formação e Conservação dos Solos . 2ª ed. Oficina de Textos. São Paulo, 2010.			
LEPSCH, I. F. Dezenove lições de pedologia . Oficina de Textos. São Paulo. 2011			
Referências Bibliográficas Complementares			
BRADY, N. Natureza e Propriedades dos Solos . 7.ed. Rio de Janeiro, RJ. Freitas Bastos, 1989.			
BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F. Conservação do solo . 9ª ed. São Paulo: Ícone, 2014. 355p.			
EMBRAPA. Sistema Brasileiro de Classificação de Solos . EMBRAPA. Rio de Janeiro, RJ. 2013. 353 p.			
PRIMAVESI, A. M. Manejo ecológico do solo . 9. ed. São Paulo: Nobel. 2002. 549 p.			
SANTOS, R.D.; SANTOS, H. G.; KER, J. C.; DOS ANJOS, L. H.; SHIMIZU, S. H. Manual de Descrição e Coleta de Solo no Campo . Sociedade Brasileira de Ciência do Solo. Viçosa, MG. 2015, 102p.			

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Recursos naturais e Meio ambiente			Código: NAD20
CH Teórica: 34	CH Prática:	CH PIE: 6	CH Total: 40
Núcleo de Formação: NAD			Período: 6°
Disciplinas Pré-requisito:			
Ementa:			
Recursos energéticos e matriz energética do Brasil. Disponibilidade de fontes e avaliação do potencial de geração de energia. Usinas hidroelétricas, termoeletricas e nucleares. Energia solar. Energia eólica. Energia fóssil. Energia de biomassa. Impactos ambientais decorrentes da geração, transmissão, disponibilidade e oferta de energia. Principais características das teorias do desenvolvimento econômico. Desenvolvimento e degradação ambiental. O desenvolvimento autossustentado e a economia nos países em desenvolvimento. Educação Ambiental.			
Referências Bibliográficas Básicas			
FADIGAS, E. A. A.; REIS, L. B.; CARVALHO, C. E. Energia, Recursos Naturais e			

a Prática do Desenvolvimento Sustentável. Barueri: Manole, 2005.
GOLDEMBERG, J. Energia, Meio Ambiente & Desenvolvimento. São Paulo: Editora da USP, 2008.
HINRICHS, R. A.; KLEINBACH, M. Energia e meio ambiente. São Paulo: Thomson, 2003.

Referências Bibliográficas Complementares

BRANCO, S. M. Energia e meio ambiente. São Paulo: Moderna, 2004.
MAY, P. H. Economia do Meio Ambiente: teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
REIS, L. B.; CUNHA, E. C. N. Energia Elétrica e Sustentabilidade: Aspectos Tecnológicos, Socioambientais e Legais. Barueri: Manole, 2006.
REIS, L. B.; SILVEIRA, S. Energia Elétrica para o Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: Editora da USP, 2001.
SINNOTT, E.; NASH, J.; La TORRE, A. Recursos naturais na América Latina. São Paulo: *Campus*, 2010.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

Disciplina: Geopolítica

Código: NAD21

CH Teórica: 68

CH Prática:

CH PIE: 12

CH Total: 80

Núcleo de Formação: NAD

Período: 6º

Disciplinas Pré-requisito: NAD11 – NAD15

Ementa:

Poder, Território e Política: A influência do capital no território; A Geopolítica mundial: Conflitos atuais; Governança Global e organizações internacionais; Imperialismo.

Referências Bibliográficas Básicas

COSTA, Wanderley Messias da. Geografia política e geopolítica: Discurso sobre o território e o poder. 2º ed. São Paulo: EDUSP, 2013.
HARVEY, David. O novo Imperialismo. São Paulo: Loyola, 2004.
VESENTINI, José William. Novas Geopolíticas. São Paulo: Contexto, 2000.

Referências Bibliográficas Complementares

CASTRO, Iná Elias de. Geografia e política: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
BECKER, Bertha K. Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio. 2º ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A nova des-ordem Mundial. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.
HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2006.
MONIÉ, Frédéric; BINSZTOK, Jacob (orgs.). Geografia e geopolítica do petróleo. Rio de Janeiro: Mauad, 2012.
RAFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993. 2008.

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Estatística			Código: NEFG16
CH Teórica: 30	CH Prática: 20	CH PIE: 10	CH Total: 60
Núcleo de Formação: NEFG			Período: 6°
Disciplinas Pré-requisito:			
Ementa:			
Geografia, método científico e quantificação, Amostragem, Mensuração e descrição estatística, Estatística espacial, Correlação e regressão linear simples, Similaridade e classificação, Algumas técnicas selecionadas de quantificação.			
Referências Bibliográficas Básicas			
BUSSAB, W. O., MORETTIN, P. A. Estatística Básica . São Paulo: Saraiva, 2008. FONSECA, J. S. da, MARTINS, G. de A., TOLEDO, G. L. Estatística aplicada . Atlas, 1995. CRESPON, Antônio Arnot. Estatística Fácil . São Paulo: Saraiva, 2001. GELSON IZZI. Fundamentos da Matemática Elementar: Combinatória, Binômio, Probabilidade . São Paulo: Atual, 2006.			
Referências Bibliográficas Complementares			
BEIGUELMAN, B. Curso prático de Bioestatística . 5. ed. Ribeirão Preto: Funpec, 2002. MARTINS, Gilberto de Andrade, Estatística Geral e Aplicada , 2 ed. São Paulo: Atlas S.A., 2002 VIEIRA, Sônia; HOFFMAN, Rodolfo. Elementos de Estatística . 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1990 BUSSAB, Wilton de O. & MORETTIN, Pedro A. Estatística Básica . 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2004. MEYER, Paul L. Probabilidades: Aplicações à Estatística . 2. ed. Rio de Janeiro: LLTC, 2006. LIPSCHULTZ, Seymour. Probabilidade . São Paulo: McGraw Hill do Brasil, 1990.			

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Educação Especial na Perspectiva Inclusiva			Código: NEFG17
CH Teórica: 20	CH Prática: 20	CH PIE:	CH Total: 40
Núcleo de Formação: NEFG			Período: 6°
Disciplinas Pré-requisito:			
Ementa:			
Evolução histórica da Educação especial e Inclusiva. Documentos internacionais e legislação brasileira. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Conceituação de inclusão escolar. Princípios e fundamentos da educação escolar na perspectiva da educação inclusiva. Aspectos necessários à inclusão escolar. Público alvo da educação especial: deficiências, Transtornos globais e específicos de desenvolvimento, altas habilidades e superdotação. Currículo, estratégias e práticas pedagógicas de atendimento educacional especializado e em sala de aula inclusiva. Acessibilidade e tecnologias assistivas. Atendimento educacional especializado-AEE..			
Referências Bibliográficas Básicas			
BUENO, José Geraldo Silveira. Educação especial brasileira: questões			

conceituais e de atualidade. São Paulo: EDUC, 2011.
FREITAS, Soraia Napoleão. **Tendências contemporâneas de inclusão**. Santa Maria-RS: UFSM, 2008.
MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Editora Moderna, 2004.

Referências Bibliográficas Complementares

FARRELL, Michael. **Dificuldades de aprendizagem moderadas, graves e profundas**: guia do professor. Tradução: Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artmed, 2008.
KADE, Adrovane; FAÇANHA, Agebson (Org.). **Acessibilidade e tecnologia assistiva : pensando na inclusão sociodigital de PNEs**. Bento Gonçalves-RS: IFRG, 2013.
ESTEBAN, Maria Teresa (org.). **Avaliação**: uma prática em busca de novos sentidos. 3.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
LIMA, Priscila Augusta. **Educação inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006.
MACHADO, Adriana Marcondes, **Educação especial em debate**. São Paulo: Casa do psicólogo, 1997.
PACHECO, José. [et al.]. **Caminhos para a inclusão**: um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Avaliação Educacional			Código: NEFG18
CH Teórica: 40	CH Prática: 40	CH PIE:	CH Total: 80
Núcleo de Formação: NEFG			Período: 6º
Disciplinas Pré-requisito:			
Ementa:			
Fundamentos histórico-teórico-metodológicos da avaliação educacional. Avaliação, regulação, mediação e excelência. A relação entre planejamento, práticas pedagógicas e avaliação. Problemas e perspectivas na avaliação da aprendizagem. Avaliação da aprendizagem: diagnóstica, formativa, processual e somativa. Aprendizagem discente e elaboração de instrumentos de avaliação. Políticas educacionais internacionais e avaliação (PISA, OCDE etc.); Políticas educacionais nacionais e avaliação: avaliação institucional; avaliação das condições de ensino; avaliação de rendimento (ENADE, ENEM, SAEB, SAERO, Provinha Brasil...); Avaliação dos indicadores de rendimentos (IDEB).			
Referências Bibliográficas Básicas			
HOFFMANN, Jussara Maria Lech. Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista . 44. ed. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2014. _____. Avaliação mediadora : uma prática em construção da pré-escola à universidade. 33. ed. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2014. LUCKESI, Cipriano C. Avaliação da Aprendizagem Escolar : estudos e proposições. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.			
Referências Bibliográficas Complementares			
AQUINO, J.G. (org.) Erro e fracasso na escola, alternativas teóricas e práticas .			

São Paulo, Summus, 2001.
ROMÃO, J. Eustáquio. **Avaliação Dialógica: desafios e perspectivas.** São Paulo: Cortez, 2003.
MORETTO, Vasco Pedro. **Prova: um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas.** 9. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.
PERRENOUD, Philippe. **As Competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação.** Porto alegre: Artmed, 2002.
SANTOS, Clóvis Roberto dos (Org.). **Avaliação educacional: um olhar reflexivo sobre a sua prática.** São Paulo: Avercamp, 2005.

7° SEMESTRE			
PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Organização do espaço amazônico			Código: NAD22
CH Teórica: 34	CH Prática:	CH PIE: 6	CH Total: 40
Núcleo de Formação: NAD			Período: 7°
Disciplinas Pré-requisito: NAD15 – NAD16 – NAD21			
Ementa:			
Formação histórica, econômica e social; (Re)organização do território amazônico: a heterogeneidade da região; A Amazônia no contexto nacional e internacional; Processos de colonização na Amazônia; Amazônia e sustentabilidade; Fronteira Amazônica e urbanização; Geopolítica na Amazônia e o poder do capital: relação local-global na Amazônia; O poder público e as intervenções na Amazônia;			
Referências Bibliográficas Básicas			
BECKER, Bertha K. Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio. 2° ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.			
GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Amazônia, Amazônias. São Paulo: Contexto, 2001.			
VIEIRA, Ima Célia Guimarães (org.). As amazônias de Bertha K. Becker: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica. v.1, Rio de Janeiro: Garamond, 2015.			
Referências Bibliográficas Complementares			
CARDOSO, Fernando Henrique.; MÜLLER, Geraldo. Amazônia: expansão do capitalismo [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: < https://goo.gl/oYWvg6 >.			
FLEISCHFRESSER, Vanessa. Amazônia, estado e sociedade. Campinas: Armazém do Ipê, 2006.			
MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. 2°ed. São Paulo: Contexto, 2014.			
SILVA, Adnilson de Almeida; SILVA, Maria das Graças S. Nascimento; SILVA, Ricardo Gilson da Costa. Colonização, Território e Meio ambiente em Rondônia: Reflexões geográficas. Curitiba: SK editora, 2012.			
SILVA, Ricardo Gilson da Costa. Amazônia globalizada: da fronteira agrícola ao território do agronegócio – o exemplo de Rondônia. Confins [Online], v. 23, 2015. Disponível em: < http://confins.revues.org/9949 >			
VIEIRA, Ima Célia Guimarães (org.). As amazônias de Bertha K. Becker: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica. v.2 e 3, Rio de Janeiro: Garamond, 2015.			

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Geografia da População			Código: NAD23
CH Teórica: 34	CH Prática:	CH PIE: 6	CH Total: 40
Núcleo de Formação: NAD			Período: 7°
Disciplinas Pré-requisito: NEFG01 – NEFG11			
Ementa:			
Bases teóricas e conceituais da Geografia da População; Teorias demográficas; Estrutura, crescimento e distribuição da população. Elementos da dinâmica populacional: mortalidade, natalidade e crescimento vegetativo. Migrações e distribuição da população mundial e no Brasil.			
Referências Bibliográficas Básicas			
DAMIANI, Amélia Luisa. População e Geografia . São Paulo: Contexto, 2011. ARAUJO, Wiviany Matozo de; TAVEIRA, Bruna Daniela de Araujo; FOGAÇA, Thiago Kich. Geografia da população . Curitiba: Intersaberes, 2016. MATOS, R.; SOARES, W. (orgs). Desigualdades, redes e espacialidades emergentes no Brasil . Rio de Janeiro: Garamond, 2010.			
Referências Bibliográficas Complementares			
GALINDO, George Rodrigo Bandeira (org.). Migrações, deslocamentos e direitos humanos . Brasília: IBDC, 2015. SPOSITO, Eliseu S.; BOMTEMPO, Denise C.; SOUSA, Adriano A. (Orgs.). Geografia e migração: movimentos, territórios e territorialidades . São Paulo: Expressão Popular, 2010. 304p. TEIXEIRA, Paulo Eduardo; BRAGA, Antonio Mendes da Costa; BAENINGER, Rosana (org.). Migrações: implicações passadas, presentes e futuras . Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. TORRES, Haroldo da Gama; COSTA, Heloísa Soares de Moura (orgs). População e Meio Ambiente: debates e desafios . São Paulo: Senac, 2006.			

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Geografia da indústria, transportes e redes			Código: NAD24
CH Teórica: 36	CH Prática:	CH PIE: 4	CH Total: 40
Núcleo de Formação: NAD			Período: 7°
Disciplinas Pré-requisito: NAD08			
Ementa:			
A industrialização mundial e do Brasil; Organização produtiva; Industrialização e organização espacial; Produção, circulação e o consumo: a importância das redes. Sistema de transporte e redes: Meio técnico-científico-informacional.			
Referências Bibliográficas Básicas			
CARLOS, Ana Fani A. Espaço e Indústria . São Paulo: Contexto, 1988. HARVEY, David. Condição pós-moderna . 16° ed. São Paulo: Loyola, 2007. SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço . São Paulo: EDUSP, 4° ed., 7° reimp. 2012.			
Referências Bibliográficas Complementares			
CASTELLS, Manuel de. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura - A			

Sociedade em Rede, v.1. (Tradução: Roneide Venâncio Majer, com a colaboração de Klauss Brandini Gerhardt). Rio de Janeiro: PAZ E TERRA, 1999.
RAGO, L. M.; MOREIRA, E. F. P. **O que é Taylorismo**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
SANTOS; SILVEIRA. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Record, 2001.
SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa Omega, 1976.

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Biogeografia			Código: NAD25
CH Teórica: 52	CH Prática:	CH PIE: 8	CH Total: 60
Núcleo de Formação: NAD			Período: 7°
Disciplinas Pré-requisito: NAD04 – NAD07 – NAD09			
Ementa:			
Histórico Geral e Introdução à Biogeografia; Conceituação e divisão da Biogeografia; Os grandes biociclos da Terra, Origem, evolução, meios de expansão e barreiras para a vida na Terra. Padrões de distribuição geográfica das espécies. O papel dos fatores ambientais (luz, temperatura, água, outros) na distribuição dos seres vivos As grandes formações biológicas do Brasil e do mundo. Formações vegetacionais do Brasil e do Mundo. Paleobiogeografia e Biogeografia de ilhas. Manejo e conservação dos biomas.			
Referências Bibliográficas Básicas			
BROWN, J; LOMOLINO, M. K. Biogeografia . Ribeirão Preto. SP: FUNPEC. 2ª ed. 691 p. 2006.			
COX, C. Barry. MOORE, Peter D. Biogeografia - Uma Abordagem Ecológica e Evolucionária . Editora LTC. 7ª ed. 410 p. 2009.			
FIGUEIRÓ, Adriano. Biogeografia: dinâmicas e transformações da natureza . Oficina de Textos. 1ª ed. 400 p. 2015.			
Referências Bibliográficas Complementares			
AB'SABER, Aziz Nacib. Ecosistemas do Brasil . Metalivros. 1ª ed. São Paulo – São Paulo. 300 p. 2006.			
BRASIL. Manual técnico de vegetação brasileira . Rio de Janeiro: IBGE. 2ª ed. 271 p. 2012.			
CHRISTOPHERSON B, Robert W. Geossistemas: Uma introdução à geografia física . Bookman. 7ª ed. Porto Alegre – RS. 752 p. 2012.			
ROMARIZ, Dora de A. Biogeografia - Temas e Conceitos . Scortecci. 1ª ed. São Paulo – SP. 200 p. 2008.			
TROPMAIR, Helmut. Biogeografia e Meio Ambiente . Technical Books. Rio de Janeiro – RJ. 9ª ed. 252 p. 2012.			

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: TIC aplicada ao ensino de Geografia			Código: NAD26
CH Teórica: 20	CH Prática: 14	CH PIE: 6	CH Total: 40
Núcleo de Formação: NAD			Período: 7°

Disciplinas Pré-requisito: NAD02
Ementa:
Educação e Sociedade da Informação. Potencialidades e limites do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Políticas Públicas sobre TICs. Ferramentas de aprendizagem midiática e tecnológicas. Cibercultura, infoexclusão e Letramento Digital. Tecnologias, acessibilidade e inclusão social. Uso pedagógico da internet.
Referências Bibliográficas Básicas
DEMO, Pedro. “Novas” tecnologias, pressões e oportunidades. Ed. Atlas, 2009. LÉVY, Pierre. Cibercultura. Tradução Carlos Irineu da Costa. Editora 34, 1999. MORAN, J. M., MASETTO, M. T., & BEHRENS, M. A. Novas tecnologias e mediação pedagógica. ed. 21ª, Campinas: Papirus, 2013.
Referências Bibliográficas Complementares
ALLAN, L. Escola.com: como as novas tecnologias estão transformando a educação na prática. Barueri: Figurati, 2015 FREITAS, Adriano Vargas; LEITE, Lígia Silva. Com giz e laptop: da concepção a integração de políticas públicas de informática. Ed. Wak, 2011. LÉVY, Pierre. As Tecnologias da Inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Tradução Carlos Irineu da Costa. Editora 34, 1998. PORTO, Tania ME. Redes em construção: meios de comunicação e práticas educativas. Araraquara: JM, 2003. TAKAHASHI, Tadao. Sociedade da informação no Brasil: livro verde. Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), 2000. VALENTE, José Armando. Aprendizagem na era das tecnologias digitais. Ed. Cortez. São Paulo, 2007.

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Educação Ambiental			Código: NEFG19
CH Teórica: 20	CH Prática: 15	CH PIE: 5	CH Total: 40
Núcleo de Formação: NEFG			Período: 7°
Disciplinas Pré-requisito:			
Ementa:			
Evolução epistemológica da Educação Ambiental e sua história. Inter-relação sociedade e a natureza. Educação Ambiental e ação transformadora. Educação no processo de gestão ambiental. Formas de atividades em Educação Ambiental. Organização, orientação, elaboração e apresentação de Projetos em Educação Ambiental.			
Referências Bibliográficas Básicas			
CARVALHO, I. C. De M. Educação Ambiental: a Formação do Sujeito Ecológico. Cortez. 1ª ed. São Paulo - SP, 2004. DIAS, GENEVALDO FREIRE. Educação ambiental - Princípios e Práticas. GAIA EDITORA. São Paulo – SP. 9ª ed. 551 p. 2010. REIGOTA, MARCOS. O que é Educação Ambiental. Brasiliense. 2ª edição. São Paulo – SP. 107 p. 2009.			
Referências Bibliográficas Complementares			
DIAS, GENEVALDO FREIRE. Dinâmicas e instrumentação para educação			

ambiental. GAIA EDITORA. São Paulo – SP. 1ª ed. 216 p. 2010.
DIAS, GENEBALDO FREIRE. Atividades interdisciplinares de educação ambiental. Global editora. 12ª ed. São Paulo – SP. 223 p. 2012.
LOUREIRO, CARLOS FREDERICO B. Sociedade e Meio Ambiente - a Educação Ambiental Em Debate. Cortez. 7ª ed. 187 p. 2012.
PEDRINI, ALEXANDRE de GUSMÃO; SAITO, CARLOS HIROO. Paradigmas Metodológicos Em Educação Ambiental. Vozes. 1ª ed. 280 p. 2014.
PINOTTI, RAFAEL. Educação Ambiental Para o Século XXI - No Brasil e No Mundo. Edgard Blucher. 2ª ed. São Paulo – SP. 263 p. 2016.
SATO, MICHELE; CARVALHO, ISABEL CRISTINA de MOURA. Educação Ambiental - Pesquisa e Desafios. Penso. 1ª ed. 232 p. 2005.

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Metodologias de Ensino para a Educação Profissional e Tecnológica			Código: NEFG20
CH Teórica: 20	CH Prática: 20	CH PIE:	CH Total: 40
Núcleo de Formação: NEFG			Período: 7º
Disciplinas Pré-requisito:			
Ementa:			
Fundamentos teórico-metodológicos da Educação Profissional. Princípios e Legislação da Educação Profissional. Currículo, diversidade e formação humana, profissional e tecnológica. Cidadania e Educação para o trabalho. Dimensões do processo didático e prática pedagógica. Competências relacionadas ao mundo do trabalho. Metodologias de ensino e aprendizagem para a educação profissional. Articulação entre educação de jovens e adultos e educação profissional. Inclusão, direitos humanos e atendimento à diversidade na educação profissional.			
Referências Bibliográficas Básicas			
CAMARGO, Célia Reis . Experiências Inovadoras de Educação Profissional. São Paulo: UNESP, 2002. DELPHINO, Fátima Beatriz de Benedictis. A Educação Profissional: contraponto Entre as políticas educacionais e o contexto do mundo produtivo. São Paulo: Ícone, 2017. SANTOS, J. Educação profissional & práticas de avaliação. São Paulo: Editora Senac, 2010.			
Referências Bibliográficas Complementares			
BRASIL: Educação profissional: referenciais curriculares nacionais da Educação Profissional de nível técnico – introdução. MEC. Brasília, 2000. DEFFUNE, Deisi; DEPRESBITERIS, Léa. Competências, Habilidades e Currículos de Educação Profissional. São Paulo: Senac, 2006. SANTOS, Jurandir. Educação profissional e práticas de avaliação. São Paulo: Senac, 2010.			

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Direitos Humanos e Educação para a Diversidade			Código: NEFG21
CH Teórica: 35	CH Prática:	CH PIE: 5	CH Total: 40
Núcleo de Formação: NEFG			Período: 7°
Disciplinas Pré-requisito:			
Ementa:			
Evolução dos Direitos Humanos, seus fundamentos e sua natureza integradora e protetiva dos direitos do homem, com ênfase para o respeito à dignidade da pessoa humana, para a liberdade de expressão e para a igualdade entre todos os indivíduos. Identidade, diferença e diversidade sociocultural. Aspectos culturais e educacionais dos indivíduos que formam a população regional (negros, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, entre outros), quer sejam de cultura dominante, quer não. O mito da democracia e a implantação de políticas afirmativas relacionadas à inclusão de minorias na educação e na sociedade. Os direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. A importância da escola como espaço democrático de inclusão educacional e transformação social na mais ampla acepção das palavras.			
Referências Bibliográficas Básicas			
DIMENSTEIN, Gilberto. O cidadão de papel: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil. 24. ed. São Paulo: Ática, 2013.			
GOMES, Angela Maria de Castro. Direitos e cidadania: memória, política e cultura. Rio de Janeiro: FGV, 2007.			
CARDOSO, Mauricio; CERENCIO, Priscilla. Direitos humanos: diferentes cenários, novas perspectivas. São Paulo: Editora Brasil, 2012.			
Referências Bibliográficas Complementares			
GENTLE, Ivanilda Matias; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; GUIMARÃES, Valéria Maria (Orgs.). Gênero, diversidade sexual e educação: conceituação e práticas de direito e políticas públicas. João Pessoa: UFPB, 2008.			
HUNT, Lynn. A invenção dos direitos humanos: uma história. Curitiba: A página, 2012.			
MARINHO, Genilson. Educar em direitos humanos para cidadania no ensino fundamental. São Paulo: Cortez, 2012.			
SCHWARCZ, Lílian Moritz. Cidadania, um projeto em construção: minorias, justiça e direito. São Paulo: Claro Enigma, 2012.			
SILVA, Ana Beatriz Barbosa. Bullying: mentes perigosas nas escolas. Rio de Janeiro: Fontanar, 2010.			

8° SEMESTRE			
PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Regionalização do espaço mundial			Código: NAD27
CH Teórica: 68	CH Prática:	CH PIE: 12	CH Total: 80
Núcleo de Formação: NAD			Período: 8°
Disciplinas Pré-requisito: NAD11 – NAD21			
Ementa:			
Conceito de Região e Regionalização; Blocos econômicos mundiais e			

globalização; Regionalização mundial; Crise econômica e capitalismo no mundo.

Referências Bibliográficas Básicas

HAESBAERT, Rogério. **Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MACHADO, José Luiz. **Blocos econômicos no panorama mundial: análise geográfica e econômica**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

Referências Bibliográficas Complementares

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização espacial**. 7º ed. São Paulo: Ática, 2003.

HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A nova des-ordem Mundial**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

BECKER, Bertha K.; EGLER, Claudio A. G. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. 4º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MORAIS JUNIOR, Devani; SOUZA, Rodrigo Freitas de. **Comércio Internacional – Blocos econômicos**. São Paulo: IBPEX, 2005.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. 16º ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

_____. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 5º ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

Disciplina: Geografia de Rondônia

Código: NAD28

CH Teórica: 40

CH Prática: 28

CH PIE: 12

CH Total: 80

Núcleo de Formação: NAD

Período: 8º

Disciplinas Pré-requisito: NAD15 – NAD16 – NAD22

Ementa:

História de Rondônia. Evolução Político – Administrativa de Rondônia. Aspectos socioeconômicos do Estado de Rondônia. Aspectos físicos (Geologia, Geomorfologia, Pedologia, Clima, Vegetação) do Estado de Rondônia.

Referências Bibliográficas Básicas

ALMEIDA SILVA, ADNILSON de; NASCIMENTO SILVA, MARIA das GRAÇAS SILVA & SILVA, RICARDO GILSON da COSTA. (orgs.). **Colonização, Território e Meio Ambiente em Rondônia: Reflexões geográficas**. Curitiba: SK Editora; Porto Velho: PPGR/UNIR, 2012.

PALITOT, ALEXANDER ALLEN NINA. **Rondônia uma história**. Editora Imediata. 1ª ed. Porto Velho – RO. 129 p. 2016.

THÉRY, Hervé. **Rondônia: mutações de um território federal na Amazônia brasileira**. SK Editora. 1ª ed. Curitiba – PR. 303 p. 2012.

Referências Bibliográficas Complementares

ADAMY, AMILCAR. **Geodiversidade do estado de Rondônia / Organização Amilcar Adamy**. – Porto Velho: CPRM. 337 p. 2010.

SCANDOLARA, JAIME. **Geologia e Recursos Minerais do Estado de Rondônia: texto explicativo e mapa geológico do Estado de Rondônia escala 1.1.000.000** / organizado por Jaime Scandolara – Brasília: CPRM, 1999.

FEARNSIDE, PHILIP MARTIN. **A ocupação humana de Rondônia: impactos,**

limites e planejamento. [Recurso Digital]. Brasília: Assessoria Editorial e Divulgação Científica. 76p. 1989.
MEDERIOS, EDILSON LUCAS de. A história da evolução sócio-política de Rondônia. Rondoforms Editora e Gráfica Ltda. 1ª ed. Porto Velho – RO. 274 p. 2004.
RONDÔNIA. Atlas Geoambiental de Rondônia. SEDAM. Porto Velho. Vol 2. 2002.

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Geografia Urbana			Código: NAD29
CH Teórica: 52	CH Prática:	CH PIE: 8	CH Total: 60
Núcleo de Formação: NAD			Período: 8º
Disciplinas Pré-requisito: NAD06 – NAD08 – NAD24			
Ementa:			
Processos históricos de urbanização; Concepções teóricas sobre o urbano; Expansão urbana e transformações socioespaciais; Redes urbanas; Urbanização brasileira; Problemas urbanos; A cidade e a organização espacial: relação centro-periferia e urbano-rural;			
Referências Bibliográficas Básicas			
CORREA, Roberto Lobato. O espaço urbano. São Paulo: Ática, 1989. _____. A rede urbana. São Paulo: Ática, 1989. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Capitalismo e urbanização. São Paulo: Contexto, 1988.			
Referências Bibliográficas Complementares			
CARLOS, Ana Fani A. A cidade: o homem e a cidade, a cidade e o cidadão, de quem é o solo urbano? 4º ed. São Paulo: Contexto, 1999. _____. O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004. CRUZ, Bruno de Oliveira; et. al (org.). Economia regional e urbana: Teoria e métodos com ênfase no Brasil. Brasília: IPEA, 2011. GARBOSSA, Renata Adriana; SILVA, Rodolfo dos Santos. O processo de produção do espaço urbano: impactos e desafios de uma nova urbanização. Curitiba: Intersaberes, 2016. SANTOS, Milton. O espaço dividido. 2ºed. São Paulo: EDUSP, 2004 _____. O espaço do cidadão. 7º ed. São Paulo: EDUSP, 2014.			

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Sociedade e Cultura			Código: NEFG22
CH Teórica: 32	CH Prática:	CH PIE: 8	CH Total: 40
Núcleo de Formação: NEFG			Período: 8º
Disciplinas Pré-requisito: NEFG01 – NEFG11 – NAD23			
Ementa:			
Sociedades tradicionais, complexas e problemas ambientais. As mudanças socioculturais: da revolução industrial à tecnológica do século XXI. Modernidade e pós-modernidade; Diversidade, Sexualidade, gênero e poder. Sociedade e cultura			

brasileiras: cultura afro-brasileira e indígena.

Referências Bibliográficas Básicas

BAUMAN, Z. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2014.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

Referências Bibliográficas Complementares

CARDOSO, Fernando Henrique. **Pensadores que inventaram o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

PAIS, José Machado. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1996.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

Disciplina: Metodologias do Ensino EAD

Código: NEFG23

CH Teórica: 20

CH Prática: 20

CH PIE:

CH Total: 40

Núcleo de Formação: NEFG

Período: 8º

Disciplinas Pré-requisito:

Ementa:

Fundamentos históricos, filosóficos e legais da Educação a Distância (EaD). Modelos Educacionais em EaD. Organização de sistemas de EaD: processo de comunicação, processo de tutoria, avaliação, processo de gestão e produção de material didático. Sujeitos da prática pedagógica no contexto da EaD. Planejamento, Regulação, mediação e avaliação da aprendizagem. Metodologias, estratégias didáticas e práticas Pedagógicas EaD. Recursos tecnológicos e AVA para EaD. Linguagem, Diversidade e Multiculturalidade na EaD.

Referências Bibliográficas Básicas

BELLONI, Maria Luiza. **O que é mídia-educação**. Campinas: Autores Associados, 2009.

CORTELAZZO, Iolanda Bueno de Camargo. **Prática pedagógica, aprendizagem e avaliação em educação a distância**. São Paulo: Xibpex, 2010.

DIAS, Rosilâna Aparecida. **Ensino à distância**. 3. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.

Referências Bibliográficas Complementares

BASTOS, Beth (Org.). Educação à distância. Programa Nacional de Formação Continuada. **MEC**. Brasília, 2008.

LITTO, Frederic M.; FORMIGA, Marcos (Org.). **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

MAIA, Carmem. MATTAR, João. **ABEC da EAD: a educação a distância hoje**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

PAPERT, Seymour. **A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

SILVA, Robson Santos da. **Objetos de aprendizagem para educação a distância: recursos educacionais abertos para ambientes virtuais de aprendizagem**. São Paulo: Novatec, 2011.

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Metodologias de Ensino EJA			Código: NEFG24
CH Teórica: 20	CH Prática: 20	CH PIE:	CH Total: 40
Núcleo de Formação: NEFG			Período: 8°
Disciplinas Pré-requisito:			
Ementa:			
A EJA na história da educação brasileira. A prática escolar e a construção da cidadania na EJA. Pressupostos de ensino e aprendizagem em EJA. Diretrizes Curriculares Nacionais para EJA. Metodologias de ensino e aprendizagem. Materiais didáticos para educação de jovens e adultos na área de Geografia. Desenvolvimento integral de sujeitos. Importância econômica, política, cultural e social da EJA.			
Referências Bibliográficas Básicas			
FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido . 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2015. SOUZA, Ana Claudia Ribeiro de; TRAJANO, Euzeni Araújo (org.). Saberes e experiências em educação profissional e de jovens e adultos: a construção do conhecimento no PROEJA Amazonas . Manaus: Valer, 2010. VÓVIO, Claudia. Viver, aprender: educação de jovens e adultos (livro 1) . São Paulo: ação educativa, 1998.			
Referências Bibliográficas Complementares			
BRASIL. Presidência da República. Lei de diretrizes e bases da educação nacional n.º 9.394/96 . Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm >. Acesso em: 13 jun. 2017. BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. MEC . Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/resolucao_01_2000.pdf >. Acesso em: 13 jun. 2017. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa . 52. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2015. SILVA, Natalina Neves da. Juventude negra na EJA: o direito à diferença . Belo Horizonte: Mazza, 2010.			

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: LIBRAS			Código: NEFG25
CH Teórica: 30	CH Prática: 30	CH PIE:	CH Total: 60
Núcleo de Formação: NEFG			Período: 8°
Disciplinas Pré-requisito:			
Ementa:			
Introdução: os aspectos clínicos, educacionais e sócios antropológicos da surdez. Legislação em Libras. A Língua de Sinais Brasileira - Libras: características básicas da fonologia. Noções básicas de léxico, de morfologia e de sintaxe com apoio de recursos metodológicos audiovisuais; Noções de variação. Praticar Libras: a expressão fácil e corporal no ensino e execução da Libras.			
Referências Bibliográficas Básicas			

LILO-MARTIN, D. Estudos de aquisição de línguas de sinais: passado, presente e futuro. In: QUADROS, R. M.; VASCONCELLOS, M. L. B. (Org.). **Questões teóricas das pesquisas em línguas de sinais**. Petrópolis, RJ: ED. Arara Azul, 2008, p. 199-218.

QUADROS, R. M. de. **Educação de surdos**: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. **Língua de sinais brasileira**: estudos lingüísticos. ArtMed: Porto Alegre, 2004.

Referências Bibliográficas Complementares

ARANTES, V. A. (Org.). **Educação de surdos**: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2007.

BOTELHO, P. **Linguagem e letramento na educação dos surdos**: ideologias e praticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

BRITO, L. F. **Por uma gramática de língua de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. (Ed.). **Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira**. v. 1 e 2. São Paulo: EDUSP, 2004

COUTINHO, Denise. **LIBRAS e Língua Portuguesa**: Semelhanças e diferenças. Arpoador, João Pessoa , 2000.

PERLIN, G. T. T. Identidades surdas. In: SKLIAR, C. (Org.). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

Fonte: IFRO – *Campus* Cacoal. Legenda: NEFG = Núcleo de estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional; NAD = núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos;

1.6.7 Disciplinas Optativas

Para que o discente conclua sua formação no curso de Licenciatura em Geografia no Instituto Federal de Rondônia – *Campus* Cacoal, ele terá que cursar duas disciplinas optativas, uma no 6º semestre, com carga horária de 40 horas; e outra no 7º semestre, com carga horária de até 60 horas.

A inclusão de disciplinas optativas no curso, faz-se necessário como forma de proporcionar diversificação curricular e a flexibilização, permitindo ao discente que busque o conhecimento através de seu interesse. Diante disso, as disciplinas optativas possíveis para o curso de Licenciatura em Geografia estão representadas através do quadro 17, ficando a Coordenação do Curso responsável por apresentar e orientar os acadêmicos sobre as disciplinas que poderão ser ofertadas como optativas e/ou outras que serão ofertadas em cada período, conforme a possibilidade de cada semestre letivo.

Quadro 17 Disciplinas Optativas para o curso de Licenciatura em Geografia

Período	Disciplina	Códigos	Créditos	CH Teórica	CH Prática	(Hora-Aula) CH Total	(Hora-Rel*) CH Total
Optativa	Ecologia	NEFG26	2	40	-	40	33
	Inglês Instrumental	NEFG27	2	40	-	40	33
	Espanhol Instrumental	NEFG28	2	40	-	40	33
	Políticas Agrícolas e Desenvolvimento Regional	NEFG29	2	40	-	40	33
	Ética, Sociedade e Cultura	NEFG30	2	40	-	40	33
	Meio Ambiente e Sustentabilidade	NEFG31	2	40	-	40	33
	Sociologia Rural	NEFG32	2	40	-	40	33
	Topografia	NEFG33	3	30	30	60	50
	Legislação Agrária e Ambiental	NEFG34	3	60	-	60	50
	Cooperativismo e Associativismo	NEFG35	3	60	-	60	50
	Economia Aplicada ao Agronegócio	NEFG36	3	60	-	60	50

Fonte: IFRO – *Campus Cacoal*.

1.6.8 Ementário das disciplinas optativas

PLANO DE DISCIPLINA	
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA	
Disciplina: Ecologia	Código: NEFG26
CH Teórica: 40	CH Prática:
	CH Total: 40
Núcleo de Formação: NEFG	Período: Optativa
Disciplinas Pré-requisito:	
Ementa:	
<p>Conceituação de ecologia, organismos e meio ambiente. Estrutura, função e diversidade dos ecossistemas. Interação entre espécies. Extinção, conservação e sucessão ecológica de espécies animais. Aspectos gerais de saneamento do meio, poluição do ambiente e métodos de controle de poluição. Abastecimento e tratamento de água. Tratamento de esgotos e dejetos animais em locais não servidos pela rede pública. Relação entre meio ambiente, ecologia e as atividades da pecuária e do processamento dos produtos de origem animal. Impactos ambientais, desenvolvimento econômico e ecologia global.</p>	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>ODUM, E.P., Ecologia. 6ª edição, Editora FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN, Rio de Janeiro. 2001.</p> <p>RICKLEFS, R.E. 1996. A economia da natureza. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 470 p.</p> <p>TOWNSEND, C.R., BEGON, M., HARPER, J.L. Fundamentos em ecologia. Porto Alegre: Artmed Editora. 2009.</p>	

Referências Bibliográficas Complementares

- ALTIERI, M. **Agroecologia: A dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 120p.
- AQUINO, A. M.; ASSIS, R.L. **Agroecologia: Princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. EMBRAPA, 2005. 517p.
- GLIESSMAN, S. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 4 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 658p.
- PENTEADO, S.R. (Ed.). **Adubação na agricultura ecológica: cálculo e recomendação numa abordagem simplificada**. Campinas: Via Orgânica, 2007. 168p
- PENTEADO, S.R. (Ed.). **Adubos verdes e produção de biomassa: melhoria e recuperação dos solos**. Campinas: Via Orgânica, 2007. 170p.
- _____. **Manual prático de agricultura orgânica**. 2. ed. Campinas: Via Orgânica, 2007. 209p.
- SCOTTO, G. et al. **Desenvolvimento sustentável**. Vozes, 2007. 107p.
- VENZON, M.; PAULA JUNIOR, T.J.; PALLINI, A. **Controle alternativo de pragas e doenças na agricultura orgânica**. Viçosa: UFV/EPAMIG, 2010. 232p.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

Disciplina: Inglês Instrumental

Código: NEFG27

CH Teórica: 40

CH Prática:

CH Total: 40

Núcleo de Formação: NEFG

Período: Optativa

Disciplinas Pré-requisito:

Ementa:

Desenvolvimento das habilidades de compreensão oral e escrita e das funções comunicativas com atividades de prática de comunicação em situações contextualizadas. Desenvolvimento das estruturas necessárias à leitura e compreensão de textos técnicos da área de interesse dos alunos (negócios). Introdução às habilidades de compreensão e produção oral e escrita por meio de funções sociais e estruturas básicas da língua (Simple Present Tense, Frequency adverbs). Introdução de vocabulário básico de forma contextualizada (Numbers and hours). Expressões utilizadas nas diferentes situações de uso da língua (Simple questions and answers forms, polite questions and responses, telling the time) e estudo dos aspectos culturais (greetings, socializing, introducing people).

Referências Bibliográficas Básicas

AMOS, Eduardo; PRESCHER, ELizabeth. **The Richmond Simplified Grammar of English**. Richmond: Publishing, 2009. 4th Edition.

MURPHY, R. **Essential Grammar in Use**. Cambridge University Press: 2012, 4th Edition

VINEY, P. **Survival English: International communication for professional people**. Oxford: Macmillan, 2004.

Referências Bibliográficas Complementares

DUCKWORTH, M. **Essential Business Grammar & Practice Elementary to Pre-Intermediate**. Oxford, 2007.

HALLIDAY, M. A. K; MATTHIESSEN, C. M. I. M. **An Introduction to Functional Grammar**. 3.ed. London: Arnold, 2004.

OXFORD. **Dicionário escolar para Estudantes Brasileiros**. Oxford: OUP, 2005.

SOUZA, Adriana Grade Fiori (et al). **Leitura em língua inglesa: uma abordagem instrumental**. 2. ed. São Paulo: Disal, 2005.
SWEENEY, S. **English for Business Communication**. Cambridge University Press, 2003

PLANO DE DISCIPLINA		
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA		
Disciplina: Espanhol Instrumental		Código: NEFG28
CH Teórica: 40	CH Prática:	CH Total: 40
Núcleo de Formação: NEFG		Período: Optativa
Disciplinas Pré-requisito:		
Ementa:		
Leitura e interpretação de texto em língua espanhola visando à identificação dos tipos de textos com temas voltados ao curso (Agronegócio), bem como os estudos dos aspectos gramaticais, como: Estruturas linguísticas, fonéticas (fonemas x grafema), falsos cognatos, produção oral, acentuação, verbos de comunicação, vocabulário (itens lexicais), apreensão da estrutura geral do texto, identificação da função comunicativa dos diferentes tipos de textos, busca de informação específica e tradução.		
Referências Bibliográficas Básicas		
GONZÁLEZ HERMOSO, A et al. Gramática de español lengua extranjera . Madrid: Edelsa, 1996. JACOBI, C. et al. Gramática en contexto . Madrid: Edelsa, 2011. MILANI, E. M. Gramática de espanhol para brasileiros . 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.		
Referências Bibliográficas Complementares		
BELTRÁN, B. A; ROTHER, K. El español por profesiones: secretariado . SGEL. Madrid. 1999. GONZALEZ HERMOSO, A. Conjugar es fácil en español de España y América . 2 ed. Madrid: Edelsa, 1997. MARTINS, I. R. Espanhol: série Brasil: ensino médio . São Paulo: Ática, 2010. V. Único. VALES. J. C., MELÉNDEZ. B. B. Dichos y Frases hechas Madrid: . Libsa, 2002. VALES. J. C., MELÉNDEZ. B. B. Jergas, Argot y Modismos . Madrid: Libsa, 2002.		

PLANO DE DISCIPLINA		
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA		
Disciplina: Políticas agrícolas e Desenvolvimento Regional		Código: NEFG29
CH Teórica: 40	CH Prática:	CH Total: 40
Núcleo de Formação: NEFG		Período: Optativa
Disciplinas Pré-requisito:		
Ementa:		
Política agrícola para o meio rural: política agrícola e política agrária. Instrumentos de política agrícola: preços mínimos, controle da oferta; estoques reguladores; subsídios, impostos, preços máximos; evolução da política agrícola no Brasil. Conjuntura do agronegócio. Política de reforma agrária na sociedade brasileira e		

sua herança histórica. O ciclo de desenvolvimento brasileiro, as características do modelo agrário exportador e o processo de industrialização brasileira. Teorias do desenvolvimento e do subdesenvolvimento.

Referências Bibliográficas Básicas

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
SOUZA, Neli de Jesus de. **Desenvolvimento regional**. São Paulo: Atlas, 2009.
DUARTE, Fábio; ULTRAMARI, Clovis. **Desenvolvimento local e regional**. 2. ed. Porto Alegre: IBPEX. 2011.

Referências Bibliográficas Complementares

BATALHA, Mario Otávio. (Coord.). **Gestão Agroindustrial**. GEPAI Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. 5. ed. São Paulo: atlas, 2012. v. 1.
BATALHA, Mario Otávio. (Coord.). **Gestão Agroindustrial**. GEPAI Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. 5. ed. São Paulo: atlas, 2012. v. 2.
STÉDILE, J. P. C. (Org.). **A questão agrária no Brasil**. O debate tradicional: 1500-1960. V. 1. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
ALMEIDA, Jalcione. **A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

Disciplina: Ética, Sociedade e Cultura

Código: NEFG30

CH Teórica: 40

CH Prática:

CH Total: 40

Núcleo de Formação: NEFG

Período: Optativa

Disciplinas Pré-requisito:

Ementa:

Natureza e Cultura. Paradigmas da relação Homem/Natureza. Estado e Cidadania. Ética, Sociedade e Sustentabilidade.

Referências Bibliográficas Básicas

BAUMAN, Zygmunt. **Ética pós-moderna**. São Paulo: Paulus, 1997.
CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 1997.
DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2007

Referências Bibliográficas Complementares

EAGLETON, Terry. **A Idéia de Cultura**. São Paulo: UNESP, 2005.
SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2006.
LIMA, Luiz Costa. **Teoria da cultura de massa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
BAUMAN, Zygmunt. **A Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

Disciplina: Meio Ambiente e Sustentabilidade

Código: NEFG31

CH Teórica: 40

CH Prática:

CH Total: 40

Núcleo de Formação: NEFG

Período: Optativa

Disciplinas Pré-requisito:

Ementa:

Princípios de Ecologia Geral. Meio Ambiente e Recursos Naturais. Desenvolvimento Sustentável: Perspectivas histórica e teórica. Principais doutrinas e teorias econômicas do estudo do meio ambiente. Conceitos e classificação dos Recursos Naturais. Meio Ambiente e poluição. Utilização responsável de insumos e recursos naturais. Utilização de subprodutos na produção. Certificação ambiental. Métodos e modelos de valoração ambiental. Instrumentos de política ambiental: teoria e aplicações no mundo. Meio ambiente e comércio internacional. Tendências da questão ambiental no Brasil e no mundo.

Referências Bibliográficas Básicas

ALMEIDA, J. (Org.). **Reconstruindo a Agricultura:** ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento sustentável. 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
AQUINO, A.M.A.; ASSIS, R.L. **Agroecologia:** princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável . Brasília, DF : Embrapa Informação Tecnológica, 2005, 517 p.
SEIFFER, M.E. **Sistema de Gestão Ambiental (ISO 14001).** São Paulo: 4.ed., rev. e atual. Atlas, 2011. 239 p.

Referências Bibliográficas Complementares

BATALHA, Mario Otávio. (Coord.). **Gestão Agroindustrial.** GEPAI Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. 5. ed. São Paulo: atlas, 2012. v. 1.
BATALHA, Mário Otávio (Coord.). **Gestão agroindustrial:** GEPAI Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009. v. 2.
DIAS, R. **Gestão ambiental:** responsabilidade social e sustentabilidade. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
GIANSANTI, Roberto. **O desafio do desenvolvimento sustentável.** 6. ed. São Paulo: Atual, 2011.
NUVOLARI, Ariovaldo (Coord.). **Esgoto sanitário:** coleta, transporte, tratamento e reúso agrícola. 2. ed. São Paulo: Blucher, c2011.
BEGON, M.; TOWNSEND, Colin R.; HARPER, John L. **Ecologia:** de indivíduos a ecossistemas. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
RICKLEFS, Robert E. **A economia da natureza.** 6. ed. Rio de janeiro, Guanabara Koogan, 2010.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

Disciplina: Sociologia Rural **Código:**NEFG32

CH Teórica: 40 **CH Prática:** **CH Total:** 40

Núcleo de Formação: NEFG **Período:** Optativa

Disciplinas Pré-requisito:

Ementa:

Contexto histórico do surgimento da sociologia. As correntes teóricas do pensamento sociológico. A questão agrária e agrícola no Brasil. Concentração fundiária no Brasil. Agroindústria, pequena produção e agricultura familiar. Movimentos sociais no campo. Desenvolvimento, Modernização e Dualismo. Fundamentos da Extensão Rural. Mudança social. Metodologia da Extensão Rural. Comunicação e Mudança Social. Difusão de Inovações e Desenvolvimento de Comunidades Rurais.

Referências Bibliográficas Básicas

FORACHI, M.; MARTINS, J. S. **Sociologia e Sociedade: leituras de introdução à Sociologia.** Rio de Janeiro: LTC, 2002.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

SILVA, E. A.; ALMEIDA, R. A. (Orgs.). **Território e Territorialidades em Mato Grosso do Sul.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

Referências Bibliográficas Complementares

BROSE, M. (Org.). **Participação na extensão Rural: experiências inovadoras de desenvolvimento local.** Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004.

QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M.G.O.; OLIVEIRA, M. G. **Um toque de clássicos: Marx, Durheim e Weber.** 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

STÉDILE, J. P. C. (Org.). **A questão agrária no Brasil.** história e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2005. v. 4.

STÉDILE, J. P. C. (Org.). **A questão agrária no Brasil.** o debate tradicional: 1500-1960. São Paulo: Expressão Popular, 2005. v. 1.

STÉDILE, J. P. C. (Org.). **A questão agrária no Brasil.** situação e perspectivas da Reforma Agrária na Déc. de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013. v. 8.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

Disciplina: Topografia

Código: NEFG33

CH Teórica: 30

CH Prática: 30

CH Total: 60

Núcleo de Formação: NEFG

Período: Optativa

Disciplinas Pré-requisito:

Ementa:

Introdução à topografia. Equipamentos topográficos. Localização na superfície terrestre. Escalas. Grandezas lineares e angulares no levantamento topográfico. Tipos de erros. Planimetria: aplicação e tipos de levantamentos topográficos planimétricos. Altimetria: nivelamento trigonométrico, nivelamento geométrico simples e composto, noções básicas de plantio em nível e terraceamento. Goniometria: rumos e azimutes. Taqueometria. Desenho topográfico. Sistematização de terras.

Referências Bibliográficas Básicas

CASACA, J.M.; MATOS, J.L. DIAS, J.M.B. **Topografia geral.** 4 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007. 216p.

COMASTRI, J.A. **Topografia: Planimetria.** 2 ed. Viçosa: UFV, 1992.

COMASTRI, J.A.; TULER, J.C. **Topografia: Altimetria.** Viçosa: UFV, 1999. 200p.

CORDINI, J. **Topografia contemporânea.** Florianópolis: UFSC, 2007. 321p.

McCORMAC, J.C. **Topografia.** 5 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007. 408p.

SARAIVA, S.; TULER, M. **Fundamentos de Topografia.** 1. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2014. 304 p.

Referências Bibliográficas Complementares

BORGES, A.C. **Exercícios de topografia.** 3. ed. São Paulo, Edgard Blucher, 2001. 192p.

BORGES, A.C. **Topografia. Vol. 2.** São Paulo, Edgard Blucher, 1992. 232p.

CARDÃO, C. **Topografia.** Belo Horizonte. Edições Engenharia e Arquitetura. 1985. 373p.

ERBA, D.A. (Org.) et al. **Topografia para estudantes de arquitetura, engenharia**

e geologia. São Leopoldo: Unisinos, 2005. 220p.
ESPARTEL, L. **Curso de topografia**. Porto Alegre. Editora Globo. 1978. 655p.
SOFTWARE. **DataGeosis Office**. Software de Topografia e Geo

PLANO DE DISCIPLINA		
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA		
Disciplina: Legislação agrária e ambiental		Código: NEFG34
CH Teórica: 60	CH Prática:	CH Total: 60
Núcleo de Formação: NEFG		Período: Optativa
Disciplinas Pré-requisito:		
Ementa:		
Conceitos básicos da legislação agrária e ambiental, Estatuto da Terra, Estatuto do trabalhador rural, Direito ambiental e seus princípios informadores, meio ambiente natural e artificial; Sistema Nacional do Meio Ambiente; Formas de proteção da flora, fauna e recursos hídricos; Responsabilidade; Biotecnologia, Licenciamento.		
Referências Bibliográficas Básicas		
Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Norma ISO 14001 , 2004. CARVALHO, C. G. Legislação Ambiental Brasileira . Leme-SP: Editora de Direito, 1999, volumes 1 e 2. FIORILLO, C. A. P.; RODRIGUES, M. A. Manual de direito ambiental e legislação aplicável . São Paulo: Max Limonad, 1999.		
Referências Bibliográficas Complementares		
MACHADO, P. A. L. Direito Ambiental Brasileiro . São Paulo: Malheiros, 2002. REIS, M. J. L. Gerenciamento ambiental: um novo desafio para a sua competitividade . São Paulo: Quality Mark, 1998. Apostila do curso de Avaliação de Impacto Ambiental . Programa de Educação Continuada a Distância. Portal Educação e Sites Associados, 2007. 113p. CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. Resoluções CONAMA : 1984 à 1991.4ª Ed. Brasília: IBAMA, 1992. 245p.		

PLANO DE DISCIPLINA		
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA		
Disciplina: Cooperativismo e Associativismo		Código: NEFG35
CH Teórica: 60	CH Prática:	CH Total: 60
Núcleo de Formação: NEFG		Período: Optativa
Disciplinas Pré-requisito:		
Ementa:		
Associativismo X Cooperativismo – histórico e importância. Estrutura e funcionamento das organizações do meio rural: cooperativas, sindicatos e associações. A cooperação /associativismo. Sindicatos rurais: trabalhadores e empregadores. Condomínio rural. Cooperativas: funções, objetivos e ramos cooperativos. Órgãos sociais: assembleia geral, conselho administrativo e conselho fiscal. Cooperativas comerciais.		
Referências Bibliográficas Básicas		
OLIVEIRA, D. P. R. Manual de gestão das cooperativas: uma abordagem prática . São Paulo: Atlas, 2012. MARTINS, S. P. Cooperativas de trabalho . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014.		

NERI, L. C. **Cooperativismo**: desde as origens ao projeto de lei de reforma do sistema cooperativo brasileiro. Curitiba: Juruá, 2009.

Referências Bibliográficas Complementares

BRAGA, M. J.; REIS, B. S. **Agronegócio cooperativo**: reestruturação e estratégias. 2002.

SPERRY, S.; CARVALHO JUNIOR, C. H. T.; MERCOIRET, J. **Ações coletivas praticadas pelos produtores rurais**. Brasília: EMBRAPA, 2003.

DORNELAS, J. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento econômico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012. ZUIN, L. F. S.; QUEIROZ, T. R. **Agronegócios**: gestão e inovação. São Paulo: Saraivas, 2006.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

Disciplina: Economia aplicada ao Agronegócio

Código: NEFG36

CH Teórica: 60

CH Prática:

CH Total: 60

Núcleo de Formação: NEFG

Período: Optativa

Disciplinas Pré-requisito:

Ementa:

Funcionamento dos mercados: demanda, oferta, preços e equilíbrio. Determinantes da demanda e da oferta de produtos agropecuários. Elasticidades e suas aplicações. Excedente do consumidor e do produtor, eficiência de mercado e políticas governamentais de controle de preços. Controle de preços de produtos agropecuários e políticas de estoques reguladores. Teoria do consumidor: restrição orçamentária, teoria ordinal da utilidade, maximização do consumidor, demanda do consumidor. Teoria da produção: tecnologia e função de produção, custos, maximização do lucro, minimização do custo, oferta da firma. Estruturas de mercado: concorrência perfeita, concorrência imperfeita, oligopólio e monopólio. Organização industrial no agronegócio. Mercados de commodities. A importância do planejamento para as organizações. Conceito de planejamento estratégico. Desafios para a estratégia. Propósitos da organização. Análise do ambiente interno. Análise do ambiente externo. Gestão estratégica. Formulação da estratégia.

Referências Bibliográficas Básicas

MANKIW, N. G. **Introdução a Economia**. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

PINDYCK, R.; RUBINFELD, D. **Microeconomia**. 7. ed. Prentice Hal, 2010.

STIGLITZ, J.; WALSH, C. **Introdução à microeconomia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

Referências Bibliográficas Complementares

ARBAGE, A. P. **Fundamentos de Economia Rural**. 2. ed. Chapecó Argos, 2012.

BACHA, C. J. C. **Economia e política agrícola no Brasil**. 2. ed., São Paulo: Atlas, 2004.

GASTALDI, J. Petrelli. **Elementos de economia política**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

FEIJÓ, R. L. **Economia agrícola e desenvolvimento rural**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

MENDES, J. T. G.; PADILHA JUNIOR, J. B. **Agronegócio**: uma abordagem econômica. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

1.6.9. Estratégias de Desenvolvimento de Atividades Não Presenciais ou Semipresenciais

A Portaria Nº 4059 de 10 de dezembro de 2004 do MEC, trouxe a prerrogativa que permite por lei, que 20% do curso de graduação sejam ministrados na modalidade semipresencial. Sob essa prerrogativa, o curso de Licenciatura em Geografia, poderá ter até 20% da carga horária semipresencial, devendo estas atividades estarem previstas no(s) plano(s) de disciplina, bem como registradas no diário de classe e ficará a cargo da Coordenação do Curso essa operacionalização, que poderá ser usado em uma disciplina inteira desde que não ultrapasse os 20% ou partes de diversas disciplinas.

1.7. Metodologia

A Licenciatura em Geografia tem como objetivo a formação de profissionais docentes capacitados ao exercício do magistério da ciência geográfica, e além disso, exercer seu papel como estimulador, em seus discentes, da criticidade do mundo em que vivem, relacionando os processos globais com as dinâmicas locais, bem como entendendo as transformações naturais e do meio ambiente. Para tornar-se este profissional, o discente do curso de Licenciatura em Geografia deverá obter conhecimentos específicos de geografia, além das demais áreas afins, como: Filosofia, Sociologia, História, Pedagogia e etc. No entanto, somente o conhecimento específico não é suficiente, pois o professor necessita de um conhecimento específico da docência, sendo necessário a aprendizagem de conteúdos pedagógicos, que complementarão a formação do professor de geografia.

Acompanhando essa proposta, as metodologias visam ao rigor, à solidez e à integração dos conhecimentos teóricos e práticos, voltados para a formação do profissional docente e do cidadão. O objetivo é levar os discentes a **aprender a aprender** que engloba **aprender a ser, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a conhecer** (UNESCO, 2010), garantindo a formação de profissionais com autonomia e discernimento para assegurar a integralidade da atenção e a qualidade e humanização do atendimento prestado ao indivíduo e à coletividade, obtendo a capacidade de ensinar com qualidade seus futuros alunos, formando novos cidadãos críticos e conscientes sobre as dinâmicas socioespaciais do nosso planeta.

A construção de um projeto apoiado em relações democráticas previstas na concepção do curso fica garantida nas metodologias participativas e integradoras, tais como trabalhos em grupos e aulas dialogadas.

As pesquisas e os seminários levam a formação de profissionais que possam também produzir novos conhecimentos, aliando a teoria à prática por meio da observação e da análise da realidade educacional brasileira. A concepção do curso contempla o indivíduo na condição pós-moderna, ou seja, em uma sociedade fluída e globalizada, envidando a formação do conhecimento, aprendendo a lidar com o avanço da ciência, da tecnologia de forma integral e a olhar para o novo homem de forma holística.

Essa visão da educação, que tem por objetivo despertar a consciência do ser humano e sua relação com o mundo que o cerceia, é contemplada por intermédio das metodologias que favoreçam não apenas o saber, mas o saber pensar e o intervir.

No IFRO, caberá a cada professor a seleção de metodologias e instrumentos de ensino que, condizentes com a sua área, busquem atender aos objetivos propostos pelo componente curricular, de forma a desenvolver as competências e habilidades esperadas para o egresso.

No seu fazer pedagógico, o professor deverá estar mais preocupado em formar competências, habilidades e disposições de conduta do que com a quantidade de informações.

Ao escolher as estratégias de ensino, sugere-se que elas sejam as mais diversificadas possíveis, sendo que o planejamento acadêmico deve assegurar, em termos de carga horária e de planos de estudos, o envolvimento do aluno em atividades, individuais e em equipe, que incluam, entre outros:

- aulas expositivas/dialogadas;
- aulas práticas experimentais em laboratório ou em campo;
- leitura e discussão de textos;
- pesquisas;
- estudos e trabalhos em grupo;
- exercícios de interpretação de textos;
- dinâmicas de grupo;
- seminários temáticos;

- debates;
- elaboração de projeto de pesquisa;
- pesquisa teórica/bibliográfica;
- análise da legislação;
- visitas técnicas em instituições conveniadas e outras;
- estudos de caso;
- aulas não presenciais (ANPs);
- Desenvolvimento dos Projetos Integradores e Extensão.

1.7.1. Concepção do Curso e Abordagens Pedagógicas

O Projeto Pedagógico do Curso visa proporcionar uma sólida formação com o propósito de formar um profissional generalista que valorize a interdisciplinaridade, que tenha autonomia no pensar e decidir e que seja capaz de atender as necessidades regionais e nacionais no âmbito de suas competências profissionais.

O curso de Licenciatura em Geografia propõe a formação de profissionais docentes que estejam aptos e qualificados para atuar na prática do magistério, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e atentos às dinâmicas socioespaciais. Assim, a relação entre professor-aluno deverá dar-se de forma aberta, relacionando os conteúdos específicos da geografia com as demais áreas e com a pedagogia, resultando em um novo profissional capacitado para a docência e com ampla visão de mundo.

A formação desse profissional visa atender uma importante demanda da região, visto que o único curso presencial em Geografia está localizado no município de Porto Velho, aproximadamente 500km de Cacoal, resultando em baixa quantidade de professores dessa área no município e em toda sua microrregião, sendo que grande parte dos professores que lecionam essa disciplina nas escolas, tem formação em outras áreas. Dessa forma, em conformidade com o Plano Nacional de Educação (PNE), o IFRO acredita que “o Brasil só será verdadeiramente independente quando todos os seus cidadãos tiverem acesso a uma Educação de qualidade”. Assim o sendo, o IFRO contribui para o movimento Todos pela Educação, citado no texto do PNE, procurando sanar as necessidades de formação profissional no âmbito de sua região de abrangência.

Portanto, o curso a ser ofertado pelo IFRO – *Campus Cacoal*, tem como concepção a formação qualificada de profissionais licenciados em Geografia, atendendo uma demanda da região e contribuindo para que no futuro, esses profissionais possam fazer a diferença no mercado de trabalho, contribuindo para a melhoria da qualidade na educação.

1.7.2. Transversalidade no Currículo

Para falar de transversalidade no currículo é importante antes falar de temas transversais com perspectiva para aqueles que nortearam as discussões nas Diretrizes Curriculares Nacionais. A Ética, o Meio Ambiente, a Pluralidade Cultural, os Direitos Humanos, a Saúde, a Orientação Sexual, a Diversidade, o Trabalho e o Consumo são alguns dos temas que devem ser incorporados ao currículo de um curso.

Nem todos os temas acima mencionados puderam ser incorporados de forma transversal nas disciplinas do curso em questão. Neste caso, o Núcleo Docente Estruturante optou por incluir os temas mais urgentes entre os conteúdos de algumas disciplinas chaves, a exemplo de Educação Ambiental com uma disciplina específica, além de outras que abordam esse tema; Direitos Humanos e Diversidade também com uma disciplina específica; Pluralidade Cultural na disciplina de Antropologia; e O Trabalho e o Consumo na disciplina de Geografia Econômica.

Os demais temas de importância social, cultural e humanística deverão permear o currículo deste curso por intermédio da participação dos discentes em seminários, cursos, minicursos, debates, palestra, projetos de pesquisa e extensão e em outros eventos que poderão ser aproveitados para integrar as 200 horas de atividades complementares a serem integralizadas ao longo do curso.

Os temas transversais tratados ao longo do curso, depois de receberem o devido e necessário tratamento pedagógico, servirão como apoio na formação de um egresso que, além dos saberes específicos, também seja capaz de desenvolver competências e habilidades humanísticas, sociais, culturais e ambientais.

1.7.3. Prática Como Componente Curricular

No Curso de Licenciatura em Geografia, a prática como componente curricular é condição primordial para a formação do egresso tendo em vista as especificidades previstas nos objetivos deste projeto.

Além das horas de prática como instrumento de testagem, de fixação de conteúdos e de avaliação previstas na maioria das disciplinas, a matriz curricular contempla disciplinas destinadas quase que exclusivamente para o desenvolvimento de habilidades práticas por parte do egresso.

Ademais, o projeto pedagógico do curso prevê a possibilidade de o aluno desenvolver projetos integradores como exercício de prática e, a partir do final do 4º semestre, 160 horas de estágio curricular obrigatório no Ensino Fundamental e 240 horas de estágio curricular obrigatório no Ensino Médio como elemento de consolidação da prática.

1.7.4. Estratégias de Acompanhamento Pedagógico

As estratégias de acompanhamento pedagógico ao aluno deverão ocorrer desde o início e não poderão se restringir a um simples diagnóstico sem que haja a aplicação imediata de instrumentos de nivelamento quando for detectado qualquer desnível de um discente em relação à turma e de uma turma em relação ao curso.

Quando não forem aplicados instrumentos de diagnóstico, todos os professores e o coordenador do curso deverão ser antenas capazes de detectar e de encaminhar os alunos a um atendimento especializado quando esses portarem algum desnível que mereça atenção individualizada.

O docente é a primeira instância do acompanhamento pedagógico. Além de orientar o aluno com relação aos conteúdos de sua disciplina, também poderá influenciá-lo ensinando-o técnicas e métodos diversos para aprender.

O coordenador do curso é a segunda instância e, se não resolver os casos que julgar fora de sua competência, deverá encaminhá-los aos Núcleos Especializados, a exemplo do NAPNE que mantém uma equipe multidisciplinar capaz de dar o acompanhamento pedagógico ao discente.

1.7.5. Flexibilização Curricular

A matriz curricular do Curso de Licenciatura em Geografia foi constituída de forma a priorizar a integração entre ciência, tecnologia e formação profissional. Assim sendo, os conteúdos poderão articular-se e ser desenvolvidos por meio de disciplinas e de projetos integradores. A flexibilização curricular deve ser entendida de forma ampla e irrestrita, haja vista que ela pode ser dar de várias maneiras.

No âmbito deste curso a flexibilização deverá se dar da seguinte forma:

a) Por meio da integralização de 200 horas de atividades complementares Acadêmico-Científico-Cultural, que poderão agregar novos e necessários conhecimentos ao aluno;

b) Por intermédio mobilidade acadêmica na mais ampla acepção da palavra nos termos do Regulamento da Organização Acadêmica (Artigos 71 a 76).

1.7.6. Estratégias de Desenvolvimento de Atividades Não Presenciais ou Semipresenciais

A Portaria Nº 4059 de 10 de dezembro de 2004 do MEC, trouxe a prerrogativa que permite por lei, que 20% do curso de graduação sejam ministrados na modalidade semipresencial. Sob essa prerrogativa, o curso de Licenciatura em Geografia, poderá ter até 20% da carga horária semipresencial, devendo estas atividades estarem previstas no(s) plano(s) de disciplina, bem como registradas no diário de classe e ficará a cargo da Coordenação do Curso essa operacionalização, que poderá ser usado em uma disciplina inteira desde que não ultrapasse os 20% ou partes de diversas disciplinas.

1.7.7. Certificação de Conclusão de Curso e Certificação Intermediária

Após o cumprimento integral da matriz curricular que compõe o curso, será conferido ao egresso o Diploma de Licenciado em Geografia, a ser registrado conforme o Regulamento de Certificados e Diplomas do IFRO.

Só serão concedidos os diplomas de habilitação aos alunos que concluírem todas as disciplinas e práticas profissionais previstas para o curso, incluindo-se estágios, atividades complementares e trabalhos de conclusão de curso, dentro do período de integralização previsto, conforme legislação vigente.

O NDE decidiu por não ter neste projeto a certificação intermediária, pois a distribuição das disciplinas na matriz curricular não possibilita este tipo ação.

1.7.8. Critérios de Aproveitamento de Estudos e de Certificação de Conhecimentos

O aproveitamento de estudos dever-se-á nos termos do Regulamento da Organização Acadêmica (IFRO, 2016):

Art. 119. Aproveitamento de estudos é a prática de reconhecimento e aceitação de estudos concluídos em uma ou mais disciplinas, com resultado suficiente para promoção atestada por instituições de ensino reconhecidas legalmente, e poderá ocorrer de forma:

I - Parcial, quando os estudos realizados na instituição de origem não contemplarem, no mínimo, 75% dos conteúdos ou da carga horária da disciplina no projeto pedagógico do curso de destino.

II - Total, quando os estudos realizados na instituição de origem contemplarem, no mínimo, 75% dos conteúdos e da carga horária da disciplina no projeto pedagógico do curso de destino.

§ 1º. O aproveitamento de estudos, quando requerido pelo aluno e deferido pelo IFRO, leva à dispensa da necessidade de cursar aquelas disciplinas ou conteúdos cujos estudos foram aproveitados.

§ 2º. O aproveitamento parcial de estudos requer complementação.

Art. 120. O aproveitamento de disciplinas concluídas com êxito, para fins de complementação de estudos, só poderá ser requerido dentro do prazo de integralização do curso ao qual se refere.

Art. 121. Em qualquer caso de aproveitamento, deverá constar na ficha individual do aluno beneficiado o local em que houve a conclusão das disciplinas e a nota obtida, bem como a menção de que se trata de disciplinas com aproveitamento de estudos realizados em outra instituição.

Art. 122. Estudos realizados em disciplinas com nomenclatura diferente daquelas para as quais se requer o aproveitamento podem ser aceitos, desde que se respeitem os princípios relativos a conteúdos e carga horária de equivalência definidos neste Regulamento.

Art. 123. Podem ser aproveitados conteúdos de duas ou mais disciplinas em uma ou de uma disciplina em duas ou mais, desde que haja a devida equivalência prevista nos termos do artigo anterior.

Art. 124. Não pode haver aproveitamento para atividades acadêmicas específicas, tais como trabalho de conclusão de curso, estágio supervisionado e atividades complementares.

Art. 125. Os registros no histórico acadêmico serão processados da seguinte forma:

§ 1º. A nomenclatura e carga horária a serem registradas serão as relativas à disciplina equivalente no IFRO, conforme Projeto Pedagógico do Curso em questão.

§ 2º. Na hipótese de duas ou mais disciplinas da instituição de origem serem utilizadas em conjunto para o aproveitamento de estudos de uma única disciplina no IFRO, deverá ser registrada a maior nota entre as disciplinas aproveitadas.

§ 3º. Se necessário, o conceito final e/ou nota final de cada disciplina cursada na instituição de origem deverá ser convertido para o sistema próprio de avaliação vigente no IFRO. Quando se tratar de conceitos estes serão convertidos em notas tomando-se como parâmetros os termos médios.

§ 4º. No aproveitamento de estudos, as faltas computadas pela instituição de origem não serão registradas no histórico acadêmico.

Art. 126. Para a disciplina cujo estudo foi aproveitado, deverá constar no histórico acadêmico a sigla "AE", correspondendo à observação "Aproveitamento de Estudo".

Parágrafo único. Na observação do histórico acadêmico deverá constar: "Aproveitamento de estudos cursados na Instituição xxxx, conforme processo nºxx/20xx". (processo correspondente à solicitação do aluno e deliberação da Direção de Ensino).

Art. 127. No caso de aproveitamento parcial, o professor responsável pela disciplina deverá atribuir atividade complementar nos termos deste regulamento.

A certificação do conhecimento deverá ser feita também com base no que fora previamente consignado no Regulamento da Organização Acadêmica (IFRO, 2016) conforme o que se segue:

Art. 134. Entende-se por Certificação de Conhecimentos, a validação de conhecimentos adquiridos por meio de experiências previamente vivenciadas em diferentes instituições, inclusive no trabalho, a fim de alcançar a dispensa de disciplina(s) integrante(s) da matriz curricular do curso.

Art. 135. A Certificação de Conhecimentos será regida na forma da lei e por regulamentação própria no âmbito do IFRO.

1.8. Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio é uma experiência centrada no desenvolvimento de competências profissionais e representa uma etapa de construção de conhecimentos e de cidadania. Considerado parte indissociável da formação docente, é um instrumento de integração entre teoria, prática, formação profissional e humana; que envolve etapas múltiplas, diferenciadas e sistemicamente conectadas e representa um importante passo na formação de pessoas preparadas para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

De acordo com a Lei nº 11.788, Art. 1º,

O Estágio Curricular é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

O estágio é uma ação que integra o itinerário formativo do licenciando, propiciando o aprendizado de competências próprias de atividade profissional e a contextualização curricular, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento acadêmico para a vida cidadã e para o trabalho.

1.9 Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas

No Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, o Estágio Curricular obrigatório será realizado em escolas da rede oficial de ensino, preferencialmente em escolas públicas do ensino básico; ou em espaços educativos, mediante convênios institucionais. É uma ação regulamentada e com a carga horária de 400 (quatrocentas) horas, planejada e operacionalizada através de uma ação conjunta entre os professores da área pedagógica e os professores de geografia, a fim de garantir uma formação completa ao futuro professor de geografia.

1.10 Estágio supervisionado – relação entre licenciados, docentes e supervisores da rede de escolas da educação básica

1.10.1. Supervisão e Orientação do Estágio Supervisionado

Os orientadores de estágio deverão ser servidores docentes pertencentes ao quadro de servidores permanentes do IFRO – *Campus* Cacoal graduados em Geografia ou áreas correlatas. Cabe ao orientador de estágio o acompanhamento direto das atividades em execução pelo estagiário e a manutenção de contatos frequentes com o profissional supervisor, para a avaliação do Estágio Supervisionado.

No local do Estágio Supervisionado, o estagiário deverá ter o acompanhamento de um profissional como supervisor, formado em Geografia ou em áreas correlatas, o qual será indicado pela escola/instituição.

1.10.2. Avaliação do Estágio Supervisionado

O parecer final do Estágio Supervisionado será dado pelo orientador de estágio após avaliar o “Relatório Final de Estágio”. Este relatório deverá conter a descrição das atividades realizadas pelo estagiário e o parecer assinado do profissional supervisor da concedente do estágio.

1.10.3. Orientador de Estágio

São atribuições do Orientador de estágio:

- Orientar e acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos dos alunos durante o Estágio;
- Manter contato constante com o supervisor de estágio no local do estágio;
- Indicar bibliografias e outras fontes de consultas;
- Avaliar os relatórios entregues pelos alunos e pela empresa, apresentando parecer à Coordenação de Estágio;

1.10.4. Supervisor

São atribuições do Supervisor:

- Apresentar o aluno estagiário à empresa e a empresa ao aluno;
- Orientar, acompanhar e organizar as atividades práticas do estagiário na empresa;

- Oferecer os meios necessários à realização de seus trabalhos com excelência;
- Manter contato constante com a Instituição;
- Encaminhar a Avaliação de Estágio no prazo estabelecido

1.10.5. Estagiário

São atribuições do Estagiário:

- Procurar estágio, quando não for ofertado pelo IFRO;
- Observar e cumprir os tramites de estágio orientados pelo CIEEC.
- Zelar pelo nome do Curso de Licenciatura em Geografia;
- Elaborar os Relatórios de Estágio;
- Cumprir os prazos de entrega dos Relatórios de Estágio.
- Providenciar documentação exigida, em cumprimento às exigências legais do IFRO, para a realização do estágio;
- Elaborar o plano de estágio apresentando-o pontualmente ao professor orientador;
- Comunicar ao orientador todo acontecimento relevante ao bom andamento do estágio;
- Comparecer pontualmente aos encontros previstos com o professor orientador para análise dos trabalhos e/ou discussão de eventuais dificuldades;
- Observar e cumprir as normas encaminhadas pelas coordenações de cursos e pelo Departamento de Extensão do IFRO;

1.10.6. Documento de Avaliação

Para que seja feita a avaliação do Estágio Supervisionado, o aluno deverá entregar ao professor Orientador todos os documentos exigidos pelo Departamento de Extensão, intermediado pelo CIEEC.

1.11 Estágio Curricular Supervisionado – relação teoria e prática

Como forma de possibilitar a relação entre a teoria estudada no decorrer do curso e a prática, o Estágio no Curso de Licenciatura em Geografia envolverá três grandes dimensões: Observação, Participação e Regência, organizadas e

operacionalizadas conforme as ementas dispostas, após a conclusão do 4º semestre.

O período de observação, preparatório para o de regência, consiste em uma avaliação participativa em que o formando irá integrar-se ao cotidiano da escola para que possa familiarizar-se com o processo pedagógico real; com atenção à infraestrutura do local de estágio, ao projeto político-pedagógico da instituição e concedente e às atividades didáticas dos professores e alunos observados.

A participação é a segunda etapa do estágio o qual deverá ser dedicado outros 25% da carga horária do Estágio para as atividades de participação.

Envolvem todas as atividades em que o estagiário se coloca como um colaborador no desenvolvimento das ações dos professores como: planejamento de aulas; elaboração de projetos; execução de desenvolvimento educacional; execução do projeto institucionais já adotados pelas escolas, como o Mais Educação, o reforço escolar e outras formas de desenvolvimento; comemoração a datas históricas ou folclóricas e desenvolvimento de festas escolares.

A regência compreende atividades específicas de sala de aula em que o estagiário poderá aplicar habilidades próprias da profissão docente em Geografia sob orientação do professor orientador e supervisionado pelo professor supervisor do estágio.

Para a realização de todas as etapas do estágio o aluno deverá cumprir as determinações da Lei 11.788/08, do Regulamento de Estágio dos Cursos de Graduação instituído no IFRO, da Resolução N° 79/CONSUP/IFRO/2016, de 27 de dezembro de 2016 e dos Manuais e Projetos aprovados pelo Colegiado do Curso.

As formas de acompanhamento pedagógico desta prática estão orientadas nos Manuais e Projetos aprovados pelo Colegiado do Curso, respeitadas as orientações da Pró-Reitoria de Ensino.

1.12 Estágio Não Obrigatório

Este Estágio não obrigatório pode ser feito desde o 1º período do curso, é opcional e realizado em áreas que possibilitem o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho, em áreas correlatas à Geografia. O aluno deve manter a matrícula e a frequência na instituição.

O Estágio não Obrigatório não tem carga horária mínima definida e deverá ser realizado nas áreas afins ao curso de forma a promover a integração à profissão escolhida.

A procura deste estágio é feita pelo próprio aluno. Todo processo de encaminhamento, registro e controle de estágio é intermediado pela Coordenação de Integração Empresa, Escola e Comunidade (CIEEC).

O aluno necessita elaborar os Relatórios de Estágio e cumprir os prazos de entrega destes relatórios. O estágio não obrigatório em área afim do curso consta como atividades complementares para o aluno.

1.13. Atividades Complementares

As atividades complementares integram o currículo do curso de Licenciatura em Geografia, correspondendo a 200 horas. Estas atividades possuem caráter acadêmico, técnico, científico, artístico, cultural, esportivo e de inserção comunitária e obedecem ao regulamento das atividades complementares aprovado pelo Conselho Superior.

Tais atividades têm como objetivo a formação de um profissional com conhecimento mais amplo, não restringindo apenas aos conhecimentos diretamente ligados à sua opção de curso.

Em função do caráter de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, atividades como iniciação científica, monitoria, participação em eventos, congressos, simpósios e visitas técnicas poderão ser contabilizadas como atividades complementares. Podem ainda ser desenvolvidas por meio de atividades práticas de campo e o reconhecimento das práticas profissionais vivenciadas no trabalho, conforme Resolução nº 87/CONSUP/IFRO de 30 de dezembro de 2016, que regulamenta as atividades complementares no IFRO.

Estas atividades devem ser cumpridas pelo aluno no período em que o mesmo estiver cursando as disciplinas da matriz curricular do curso, sendo um componente obrigatório para a conclusão do mesmo. As atividades deverão ser contabilizadas mediante a solicitação do aluno por meio de requerimento à Coordenação do Curso de Licenciatura em Geografia, instância para a qual pedirá a validação das atividades realizadas com os devidos documentos comprobatórios. Cada documento apresentado somente será contabilizado uma única vez e deverão

ser registradas no histórico escolar do discente pela Coordenação de Registros Acadêmicos.

Serão consideradas como atividades dessa natureza as seguintes ações na área do curso ou áreas afins:

- ✓ Participação em conferências e palestras relacionadas à área de formação;
- ✓ Participação de cursos ou minicursos;
- ✓ A realização de cursos em língua estrangeira;
- ✓ Intercâmbios institucionais nacionais e internacionais;
- ✓ Participação em Encontro Estudantil;
- ✓ Participação nos programas de iniciação científica;
- ✓ Realização de monitoria;
- ✓ Realização de estágio extracurricular ou voluntário;
- ✓ Publicações de trabalhos em meio impresso ou eletrônico especializado na área de formação;
- ✓ Participação em visita-técnica;
- ✓ Realização de atividade de extensão na área do curso ou afim de assistência à comunidade;
- ✓ Participação em congressos ou seminários;
- ✓ Exposição de trabalhos;
- ✓ Participação em grupos ou núcleos de estudo e pesquisa;
- ✓ Participação como membro representante de discentes nas instâncias da Instituição ou de entidades estudantis;
- ✓ Participação como ouvintes em defesa de TCC;
- ✓ Participação na organização de eventos científico-tecnológicos e culturais;
- ✓ Disciplinas de outra matriz curricular de outros cursos de graduação cursadas em outras instituições de ensino superior ou em outro curso da mesma instituição.

1.14. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC – compreende a análise e, se possível, resolução de um problema técnico ou tecnológico de interesse da área de

formação do aluno, e será desenvolvido sobre um tema específico, não necessariamente inédito, envolvendo no mínimo as seguintes atividades básicas que definem suas etapas: elaboração de um projeto de pesquisa; aplicação do projeto; sistematização e apresentação dos resultados da pesquisa por meio de um artigo científico sob orientação do seu professor/orientador.

De acordo com a legislação vigente no IFRO, o TCC promove o desenvolvimento da capacidade de identificação de temáticas, formulação de problemas, elaboração de projeto de pesquisa, sendo que este deverá ser apresentado e aprovado por banca de qualificação até o final do 6º semestre. Sua execução deve promover a utilização de métodos e técnicas, aplicação de procedimentos traçados, controle de planejamento, avaliação e apresentação de resultados, sendo realizado com rigor técnico-científico, por meio do qual o aluno demonstre domínio do conteúdo abordado e reflexão crítica sobre os resultados.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é obrigatório e individual e tem conforme legislação do IFRO, os seguintes objetivos:

- ✓ promover a aplicação, de forma integrada, dos conhecimentos construídos no transcorrer do curso;
- ✓ desenvolver a capacidade de planejamento e a disciplina para identificar, analisar, discutir e propor soluções para problemas relativos aos campos de formação;
- ✓ despertar e/ou ampliar o interesse pela pesquisa científica;
- ✓ ampliar a construção do conhecimento, com especificidade e método, gerando produtos especializados, neste caso um artigo científico.

O TCC enquanto componente curricular obrigatório, compõe o Núcleo de Estudos Integrados na Matriz Curricular do curso de Licenciatura em Geografia e é operacionalizado através de uma carga horária total de 80 horas.

Sob orientação de um professor, o TCC será realizado de forma a integrar o conhecimento adquirido no conjunto de componentes apresentados no decorrer do curso. Os alunos deverão elaborar um projeto de pesquisa que deverá ser apresentado e aprovado por banca de qualificação até o final do 6º semestre, enfocando de forma objetiva, aspectos inerentes ao curso em questão. O desenvolvimento deste trabalho deve possibilitar ao aluno a integração entre teoria e

prática, verificando a capacidade de síntese das vivências do aprendizado adquiridas durante o curso.

O trabalho de conclusão de curso deve contemplar a aplicação de conteúdos específicos na investigação e solução de problemas que possa envolver inovação tecnológica, com aplicação das habilidades e competências inerentes à área de formação do aluno.

O TCC é um requisito curricular necessário à obtenção do título de Licenciatura em Geografia e o professor orientador deverá estar lotado no Departamento de Apoio ao Ensino. A avaliação final do TCC deve consistir da redação de um artigo científico e de uma defesa pública. Uma banca examinadora, designada pelo professor orientador e o tendo como presidente, deverá avaliar o projeto e a apresentação oral do mesmo, atribuindo uma nota entre 0 (zero) e 100 (cem). A ata de defesa do projeto deve ser obrigatoriamente preenchida pela banca examinadora e entregue ao Coordenador do Curso. Após as considerações realizadas pela banca examinadora, o aluno deve encaminhar a Coordenação do Curso 02 (duas) cópias impressas juntamente com a mídia digital, contendo o artigo científico, em prazo não superior a 30 dias.

O material entregue deve estar devidamente identificado com as seguintes informações: nome completo do aluno, matrícula do aluno, semestre de conclusão, data da apresentação pública, nome completo do(s) orientador(es) e da banca examinadora.

1.14.1. O Trabalho

Na prática, a montagem do trabalho parte da reflexão do problema levantado em sua proposta. O seu desenvolvimento requer um estudo minucioso e sistemático, com a finalidade de descobrir fatos novos ou princípios relacionados a um campo de conhecimento. Tais fatos e princípios serão selecionados, analisados e reelaborados de acordo com seu nível de entendimento.

A pesquisa exige operacionalidade e método de trabalho. Para tanto é necessário:

- Tema específico: Deve-se levar em conta a atualidade e relevância do tema, o conhecimento do pesquisador a respeito, sua preferência e aptidão pessoal para lidar com o assunto escolhido, apresentado na proposta de trabalho proposto.

- Revisão de literatura: Deve ser feito um levantamento da literatura já publicada sobre o assunto na área de interesse da pesquisa, a qual servirá de referencial para a elaboração do trabalho proposto.
- Justificativa: Aprofundamento da justificativa apresentada em um pré-projeto.
- Determinação dos objetivos geral e específicos: Embora haja flexibilidade, deverão ser seguidos os objetivos definidos na proposta do trabalho, podendo especificar outros sem mudança de foco.
- Metodologia: Deverão ser seguidos os procedimentos metodológicos definidos na proposta do trabalho, permitindo-se a sua flexibilidade.
- Redação do trabalho científico: O pesquisador passa à elaboração do texto, que exige a análise, síntese, reflexão e aplicação do que se leu e pesquisou. Cria-se um texto com embasamento teórico resultante de leituras preliminares, expondo fatos, emitindo parecer pessoal, relacionando conceitos e ideias de diversos autores, de forma esquematizada e estruturada.
- Apresentação do trabalho: O trabalho deverá ser redigido segundo os “Princípios da Metodologia” e Norma para apresentação de Trabalhos Acadêmicos Científicos do IFRO e ABNT, visando à padronização, à estruturação do trabalho e à apresentação gráfica do texto.
- Cronograma de execução do trabalho de pesquisa: Deve-se observar atentamente o cronograma apresentado na proposta do trabalho.

1.14.2. A Defesa do Trabalho

O orientador deverá definir, de acordo com o calendário acadêmico, a data prevista para a defesa do trabalho, sugerir a Banca Examinadora, bem como garantir a entrega de uma cópia do TCC para cada membro da banca, com no mínimo 30 dias de antecedência. A apresentação de defesa deve ser pública e a data prevista ser divulgada com, no mínimo de uma semana de antecedência da data a ser realizada.

Cada aluno terá entre 15 e 30 minutos para explicar seu trabalho. Após a apresentação, o presidente da Banca Examinadora dará a palavra a cada um dos membros, que poderá fazer quaisquer perguntas pertinentes ao trabalho executado.

Após esta arguição, a banca reunir-se-á em particular para decidir a aprovação ou não do trabalho e a nota a ser atribuída ao aluno.

No caso de o trabalho ser aprovado com ressalvas, as considerações deverão ser providenciadas, revisadas pelo professor orientador e a versão final entregue no prazo previsto no calendário. O orientador será responsável pela verificação do cumprimento destas exigências.

1.14.3. A Divulgação do Trabalho

Quanto ao trabalho, não podem existir restrições de propriedades, segredos ou quaisquer impedimentos ao seu amplo uso e divulgação. Todas as divulgações (publicações) devem explicitar o nome do IFRO, do Curso e do(s) Orientador(es).

1.15. Apoio ao Discente

O apoio ao discente é prestado de diversas formas e por variados segmentos no âmbito do IFRO, de acordo com a necessidade de cada aluno.

O aluno conta com o atendimento da Coordenação de Registros Acadêmicos no que compete a ela e também com o apoio irrestrito do coordenador do curso que está a sua disposição em horários prefixados em murais e disponíveis no site da IES.

Além do atendimento direto e geral, o aluno também conta com atendimentos especializados. O Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) é o principal órgão de atendimento e de apoio ao acadêmico no tocante as suas dificuldades de adaptação e de aprendizagem.

No âmbito dos cursos, há o Plano de Diagnóstico e Nivelamento que visa a diagnosticar os alunos com déficit de aprendizagem e, por meio de ações, nivelá-los segundo critérios descritos em regulamento próprio.

Para os alunos que precisam ser ouvidos nas suas dúvidas, reclamações e sugestões há ainda a Ouvidoria que tem atendimento presencial e pelos sistemas de comunicação eletrônica. A Ouvidoria é segmento importante no atendimento e apoio ao discente e está regulamentada em documento próprio.

1.16. Ações Decorrentes do Processo Avaliativo do Curso

A avaliação do Curso deverá favorecer ao aperfeiçoamento da qualidade da educação superior e a consolidação de práticas pedagógicas que venham a

reafirmar a identidade acadêmica e institucional, particularmente o aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES — Lei 1.086 de 14 de abril de 2004) propõe a integração da Avaliação Institucional e a Avaliação do Projeto do Curso com vistas à formação de profissionais-cidadãos, responsáveis e com capacidade para atuar em função de transformações sociais, além de ser previsto no PDI do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.

A Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso é realizada de acordo com os princípios estabelecidos e as categorias indicadas no documento “Instrumento de avaliação de cursos de graduação do Ministério da Educação”.

De acordo com esse contexto propõem-se três categorias de análise que subsidiarão a avaliação do projeto do curso:

- A organização didático-pedagógica proposta e implementada pela Instituição bem como os resultados e efeitos produzidos junto aos alunos;
- O perfil do corpo docente, corpo discente e corpo técnico, e a gestão acadêmica e administrativa praticada pela Instituição, tendo em vista os princípios definidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI);
- As instalações físicas que comportam as ações pedagógicas previstas nos Projetos de Curso e sua coerência com propostas elencadas no PDI e PPI.

Essa avaliação deverá obedecer às orientações para avaliação de cursos, apresentada pela DDE/PROEN.

A estruturação avaliativa do curso compreende o especificado no Projeto e Regulamento da CPA e contempla os aspectos da organização didático-pedagógica, da avaliação do corpo docente, discente e técnico-administrativo e das instalações físicas.

Na busca de seu reconhecimento como entidade educacional comprometida com sua missão e suas políticas institucionais, o IFRO preocupado em melhorar os serviços oferecidos à comunidade aplica, constantemente, instrumentos avaliativos a fim de detectar as falhas para fazer as correções imediatas e necessárias.

A identificação dos pontos fortes e fracos do IFRO permite a construção de metas que possibilitem uma constante revisão dos procedimentos para a persecução de seus objetivos e alcance de suas políticas institucionais.

O processo avaliativo é democrático e garante a participação de todos os segmentos envolvidos como forma da construção de uma identidade coletiva. Em específico, os instrumentos avaliativos destinados aos discentes são organizados de forma a contemplar aspectos didático-pedagógicos do curso e de cada segmento institucional que lhe sirva de suporte, além, é claro, da avaliação individualizada de cada membro do corpo docente e uma auto avaliação proposta para cada acadêmico.

A avaliação do curso é encaminhada à Coordenação de Curso pela CPA para que possa propor as medidas necessárias de adequação junto às instâncias superiores.

O acompanhamento e avaliação do Projeto Pedagógico do Curso resultam, principalmente, de um trabalho integrado entre o Colegiado de Curso, o Núcleo Docente Estruturante, a Comissão Própria de Avaliação e os demais segmentos do IFRO que, de posse dos resultados, desenvolvem ações de construção e reconstrução do curso e de seu Projeto Pedagógico visando a criação de uma atmosfera propícia ao desenvolvimento social do saber historicamente construído.

São considerados relevantes para o processo de avaliação do curso e de seu Projeto Pedagógico os indicadores oriundos de dados originados das demandas da sociedade, do mercado de trabalho, das avaliações do curso pelo INEP, do ENADE, do Programa de Autoavaliação Institucional do IFRO e dos resultados das atividades de pesquisa e extensão.

O processo de autoavaliação do PPC foi implantado de acordo com as seguintes diretrizes: constitui uma atividade sistemática que deve ter reflexo imediato na prática curricular; deve estar em sintonia com o Projeto de Autoavaliação Institucional e, por último, deve envolver a participação dos professores, dos alunos e do corpo técnico-administrativo envolvido com o curso.

Cabe a CPA e a Coordenação do Curso operacionalizar o processo de autoavaliação junto aos professores, com o apoio do NDE. Deve haver, ao final do processo, a produção de relatórios conclusivos, a análise desses relatórios conclusivos pela CPA, pela Coordenação do Curso e pelo NDE.

Os resultados das análises do processo devem ser levados ao conhecimento da comunidade acadêmica por meio de comunicação institucional, resguardados os casos que envolverem a necessidade de sigilo ético. O processo de avaliação é uma forma de prestação de contas à sociedade das atividades desenvolvidas pela Instituição, a qual atua comprometida com a responsabilidade social e com o desenvolvimento sustentável da região.

1.16.1. Atendimento Extraclasse

O atendimento extraclasse aos alunos é realizado pelo coordenador de curso e pelos professores com jornada semanal específica para atendimento extraclasse ao discente, conforme legislação vigente no IFRO; assim como pelos serviços especializados de atendimento ao discente. Esse atendimento é feito personalizado e individualmente. O aluno, sem prévio agendamento, faz valer seus direitos tirando dúvidas e apresentando sugestões. Os docentes atendem os alunos que participam dos projetos de iniciação científica, das monitorias, projetos de pesquisa, extensão, dos trabalhos de conclusão de curso, dos estágios supervisionados.

1.16.2. Atendimento Psicopedagógico

O corpo discente deste e de outros cursos mantidos pelo IFRO conta com o Serviço oferecido pelo Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE). O NAPNE tem por objetivo assessorar e acompanhar os alunos em suas ações, atividades e comportamentos.

O NAPNE promove e executa programas visando à melhoria das condições psicológicas e de desempenho acadêmico do alunado. Além do mais, o NAPNE desenvolve ações em conjunto com as coordenações de curso, Coordenação de Ensino e Coordenação de Assistência/Apoio ao Educando com o propósito de diagnosticar os problemas e de, conseqüentemente, apresentar soluções para eles.

1.16.3. Estratégias de Nivelamento

Os cursos e atividades de nivelamento têm por objetivo revisar conteúdos necessários ao desempenho acadêmico do aluno; oportunizar o estudo de aspectos determinantes para o cotidiano da sala de aula; integrar o estudante na comunidade acadêmica e fazê-lo refletir sobre o que representa a nova vida acadêmica.

Como forma de atender a esses objetivos, o IFRO – *Campus Cacoal*, pode oferecer, através de projeto, nivelamento compatível com as prioridades identificadas no curso e também levando em conta as necessidades identificadas pela coordenação. Além dos acima enumerados, outras disciplinas e conteúdos podem ser apresentados para nivelamento dos alunos ingressantes no IFRO. Sempre que for identificados deficiências na formação do aluno, a Coordenação juntamente com o colegiado do curso poderá sugerir ações como cursos de extensão para suprir essas necessidades.

1.16.4. Estratégias de Interdisciplinaridade

A proposta de formação interdisciplinar supõe e se operacionaliza em procedimentos teóricos e metodológicos que implicam na integração de conteúdos e atividades das diferentes disciplinas que compõem a matriz curricular do curso.

Isso permitirá conceber o conhecimento como unidade na formação, superando as divisões entre as mesmas, entre teoria e prática, entre ensino e pesquisa, considerando-as, a partir da contribuição das ciências, diferentes leituras de que o processo de aprendizagem não se limita aos conteúdos propostos.

A matriz curricular deve ser organizada, então, em razão de um plano de etapas de formação intelectual. Uma estratégia para isso pode ser a elaboração de projetos de ensino com o fim de articular disciplinas umas com as outras, em razão de afinidades de conteúdos e pontos de continuidade. A proposição deve ocorrer em dois sentidos:

- Horizontal: envolvendo disciplinas diferentes em um mesmo período;
- Vertical: envolvendo disciplinas em sequência de períodos.

O estabelecimento de cadeias de conexões horizontais e verticais entre disciplinas incentiva o apoio recíproco entre docentes, dinamiza a aprendizagem e remove a impressão de que as matérias são estanques entre si.

Uma das formas de se programar a prática interdisciplinar é através do que se denomina problematização dos conhecimentos em contato com a realidade por intermédio de um estudo dialógico, tendo em vista que problematizar, tomando como referencial a realidade do acadêmico, significa permitir que o mesmo possa refletir sobre si mesmo enquanto ser pensante.

A implantação de projetos que visem ações interdisciplinares, multidisciplinares e transdisciplinares constitui meta importante no processo de ensino e de aprendizagem dos cursos de graduação oferecidos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.

As ações interdisciplinares deverão ser regulamentadas em programas próprios, os quais, além de normas, objetivos e metas, deverão apresentar princípios didáticos e metodológicos do ser e do fazer interdisciplinar.

Os projetos integradores estão dispostos em todos os semestres do curso e merecem atenção especial, pois trata-se de uma estratégia de interdisciplinaridade por constituir uma prática de ensino que vem se consolidando em diversas instituições e dando origem a produções e resultados bastante interessantes.

Essas unidades curriculares diferenciadas têm como objetivos principais:

- Integrar os conhecimentos adquiridos no curso, até o ponto onde o projeto é desenvolvido;
- Conciliar teoria, prática, estimulando consciência e compreensão de maior amplitude nos estudos;
- Desenvolver metodologia de pesquisa, extensão e apresentação de trabalhos;
- Incentivar o espírito empreendedor e de liderança;
- Promover maior interação entre os docentes, alunos e comunidade.

Os projetos deverão seguir uma metodologia para seu desenvolvimento operacional e uma série de parâmetros a ser descritos em detalhes no “Manual do Projeto Integrador”. Esse instrumento que será amplamente divulgado entre os docentes do curso deverá ser elaborado pelos docentes e aprovado no colegiado do curso, podendo ser modificado a partir das experiências vivenciadas a cada semestre.

A avaliação dos projetos deverá considerar o cumprimento dos requisitos mínimos a ser definidos no Manual de Projeto Integrador e deve existir um cronograma que culmina com a defesa dos projetos ao final do semestre.

Os projetos integradores constituem ferramenta essencial na formação de alunos pesquisadores, à medida que os professores os podem conciliar com as oportunidades de apoio a esse tipo de desenvolvimento, o que contribui também para o aperfeiçoamento permanente dos docentes em pesquisa aplicada.

A coordenação de Curso, com o auxílio de todos os docentes ajudarão a orientar as pesquisas e elaborar a sequência das aulas. É essencial o relacionamento constante dos componentes curriculares com o projeto integrador e suas temáticas, ao longo de todos os semestres onde ele se faz presente.

1.16.5. Curricularização da Extensão

O Plano Nacional de Educação - Lei nº 13.005/2014, assegura na Meta 12, Estratégia 12.7, que: “no mínimo 10% total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”.

Desse modo, entende-se por extensão, o processo educativo, cultural, social, científico e tecnológico que promove a interação entre as instituições, os segmentos sociais e o mundo do trabalho com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, visando o desenvolvimento socioeconômico sustentável local e regional (CONIF/FORPROEXT: Extensão Tecnológica – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, 2013).

Em atendimento a referida estratégia, o Curso de Licenciatura em Geografia irá ofertar e operacionalizar a curricularização da extensão ao longo do curso, atribuindo uma carga horária específica às disciplinas que irão desenvolvê-la, seja de forma individual ou em parceria, devendo a dinamização da mesma estar prevista no planejamento individual dos docentes. A distribuição da carga horária para cada item curricular semestral está distribuída conforme o disposto na matriz curricular do curso (Quadro 15).

A prática metodológica será definida através de reunião junto ao NDE do curso, a ser realizada previamente em todos os semestres com seus respectivos docentes. Através dessa reunião serão apresentadas as propostas de projetos dos professores que ministrarão as disciplinas, ficando a cargo dos mesmos a definição de um ou mais projetos semestrais, desde que atenda a carga horária definida na matriz curricular (Quadro 15).

As disciplinas que farão parte dos Projetos Integradores e Extensão se destinam a fazer a síntese dos conhecimentos adquiridos no decorrer do curso. Os trabalhos serão conduzidos pelos professores das disciplinas, ficando esses

responsáveis pela orientação, sendo que, a prática será desenvolvida e aplicada pelos discentes, como parte integrante dos componentes curriculares, de acordo com os temas na área de Geografia e de interesse dos alunos, sempre levando em consideração a busca de soluções ou contribuições para atender a comunidade interna e externa, promovendo o desenvolvimento de atividades de Extensão.

Outros professores (que não ministram alguma disciplina no respectivo semestre) ou técnicos administrativos em educação poderão contribuir com o desenvolvimento do projeto de extensão no papel de co-orientador, respeitando que a prática deverá ser desenvolvida pelos discentes em forma coletiva.

A carga horária das atividades de extensão, com fins de Curricularização, está prevista e apurada dentro do conjunto de componentes curriculares conforme Quadro 15, exceto, a fim de se evitar redundância, estágio, trabalho de conclusão de curso e atividades acadêmico-científico-culturais.

Em relação a forma de avaliação dos discentes na prática dos Projetos Integradores em Extensão, esta ficará a cargo dos docentes das disciplinas em cada semestre e constará em seu respectivo plano de ensino.

Com a conclusão do desenvolvimento de cada Projeto, a integralização curricular das atividades de extensão deve ser cumprida por meio de atividades coletivas entre os acadêmicos e ser registrada em ficha própria, preenchida e assinada pelo coordenador do curso, com anuência do chefe do Departamento de Extensão. Além disso, propõe-se a realização de um seminário para apresentar os resultados obtidos nas práticas desenvolvidas.

1.16.6. Estímulos às Atividades Acadêmicas

A missão do IFRO alicerça-se no desenvolvimento da atividade educacional formativa, desenvolvendo e preparando profissionais, cidadãos livres e conscientes, que busquem projetos de vida, participativos, responsáveis, críticos e criativos, construindo e aplicando o conhecimento para o aprimoramento contínuo da sociedade em que vivem e de futuras gerações.

O Instituto Federal de Rondônia oferece educação superior, visando à formação de sujeitos empreendedores e comprometidos com o autoconhecimento e com a transformação social, cultural, política e econômica do Estado de Rondônia e da Região. Assim, a Instituição tem a responsabilidade social de preparar

profissionais éticos e competentes capazes de contribuir para o desenvolvimento regional, o bem-estar e a qualidade de vida de seus cidadãos. Consoante com a sua missão, o IFRO proporciona muitos estímulos aos discentes para a realização de atividades acadêmicas e participação em eventos complementares.

Por assim o ser, o IFRO incentiva a participação do estudante em viagens de estudos; em atividades de extensão; monitoria; pesquisa; discussões temáticas; estudos complementares; participação em seminários, encontros, simpósios, conferências e congressos, internos e externos; participação em estudos de casos; projetos de extensão; em publicação de produção científica em instrumentos próprios e em outros periódicos nacionais e internacionais devidamente registrados nos órgãos de indexação e, finalmente, em visitas programadas e outras atividades acadêmicas e culturais. Além disso, o IFRO apoia a divulgação de trabalhos de autoria dos seus alunos.

O aluno recebe incentivo institucional efetivo, tanto no que diz respeito ao desenvolvimento de sua trajetória acadêmica, quanto no que concerne às ações que o estimulam a permanência na Instituição em programas de formação continuada e de pós-graduação *lato e stricto sensu*.

1.17 Atividades de Tutoria

A modalidade semipresencial objetiva criar o hábito de utilização de tecnologias de comunicação remota no Ensino Superior presencial bem como expandir os espaços educacionais, integrando e flexibilizando momentos presenciais e a distância a fim de introduzir uma cultura de educação *on-line*.

Com a Portaria Nº 4059 de 10 de dezembro de 2004 do MEC, o curso de Licenciatura em Geografia poderá ter até 20% da carga horária na modalidade semipresencial, desde que previstas no (s) plano (s) de disciplina e registradas no diário de classe, após ciência e autorização da Coordenação do Curso quanto a operacionalização.

As ações de tutoria, referentes a modalidade semipresencial, deverão estar expressas no plano de curso do professor e amplamente divulgada para os acadêmicos do curso de licenciatura em Geografia do IFRO.

1.18. Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no Processo Ensino-Aprendizagem

O IFRO dispõe de um conjunto de recursos de informática disponíveis para a comunidade acadêmica. Os equipamentos estão localizados, principalmente, nas instalações administrativas, biblioteca, laboratórios de informática, laboratórios específicos, salas de professores, salas de coordenação, sala do NDE. Disponibiliza 2 laboratórios de informática equipados com 20 computadores cada um, todos ligados à internet. Além disso, incorpora de maneira crescente os avanços tecnológicos às atividades acadêmicas. Diversas dependências comuns da IES disponibilizam serviço de wireless aos estudantes. A IES incentiva o corpo docente a incorporar novas tecnologias ao processo ensino-aprendizagem, promovendo inovações no âmbito dos cursos.

As tecnologias de informação e comunicação implantadas no processo de ensino-aprendizagem e previstas no Projeto Pedagógico do Curso incluem, especialmente, o uso da imagem e a informática como elementos principais. É estimulado o uso, entre os professores, de ferramentas informatizadas que permitam o acesso dos alunos aos textos e outros materiais didáticos em mídias eletrônicas. As aulas com slides por meio de projetor multimídia ou de aparelhos de televisão possibilitam ao docente utilizar imagens com boa qualidade, além de enriquecer os conteúdos abordados com a apresentação de esquemas, animações, mapas, entre outros. Os docentes utilizam também as linguagens dos modernos meios de comunicação, TV/DVD e da música/som e outros. A integração de dados, imagens e sons; a universalização e o rápido acesso à informação; e a possibilidade de comunicação autêntica reduz as barreiras de espaço e de tempo e criam um contexto mais propício à aprendizagem.

Nos microcomputadores e softwares disponibilizados pela Instituição para o curso, são utilizados(as):

a) A internet, como ferramenta de busca e consulta para trabalhos acadêmicos e em projetos de aprendizagem. Sua utilização permite superar as barreiras físicas e o acesso limitado aos recursos de informação existentes. Os docentes propõem pesquisas e atividades para os alunos. Os alunos utilizam as ferramentas de busca (como Periódicos Capes, Google, Google Acadêmico, Yahoo,

enciclopédia online, demais banco de dados e outros) para elaborar e apresentar um produto seu, estruturado e elaborado a partir dos materiais encontrados;

b) A comunicação por e-mail, já consagrada institucionalmente. Por meio de mensagens, alunos e professores trocam informações sobre trabalhos e provas e enviam arquivos e correções uns para os outros;

c) Os pacotes de aplicativos, que incluem processador de textos, planilha eletrônica, apresentação de slides e gerenciador de bancos de dados, são, frequentemente, utilizados pelos docentes, na instituição, para preparar aulas e elaborar provas, e pelos alunos, nos laboratórios de informática e na biblioteca, como extensão da sala de aula. O processador de textos facilita ao aluno novas formas de apropriação da escrita, onde o reescrever é parte do escrever. As planilhas permitem lidar com dados numéricos em diversos componentes curriculares. Além de cálculos numéricos, financeiros e estatísticos, as planilhas também possuem recursos de geração de gráficos, que podem ser usados para a percepção dos valores nelas embutidos quanto para sua exportação e uso em processadores de texto, slides ou blogs;

d) Os jogos e simulações, propiciando vivências significativas, cruzando dados para pesquisas e fornecendo material para discussões e levantamento de hipóteses;

e) Nivelamento em disciplinas básicas, cursos de extensão e integralização de carga-horária, on-line, por meio do ambiente virtual de aprendizagem (AVA), utilizando o *Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment* (MOODLE);

f) Demais ferramentas, de acordo com o previsto nos planos de ensino.

1.19. Procedimentos de Avaliação dos Processos de Ensino-aprendizagem do Curso

A proposta pedagógica do curso prevê uma avaliação contínua e cumulativa, assumindo, de forma integrada no processo ensino-aprendizagem, as funções diagnóstica, formativa e somativa, que devem ser utilizadas como princípios para a tomada de consciência das dificuldades, conquistas e possibilidades e que funcione como instrumento colaborador na verificação da aprendizagem, levando em consideração o predomínio dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos

resultados obtidos ao longo do processo da aprendizagem sobre eventuais provas finais, conforme previsão na LDB 9.394/96.

Nessa perspectiva propõe-se que, além da prova individual com questões dissertativas, o professor possa considerar outras formas de avaliação como:

- Autoavaliação (o aluno observa e descreve seu desenvolvimento e dificuldades);
- Instrumentos avaliativos de diferentes formatos (desafiadores, cumulativos, com avaliação aleatória);
- Mapas conceituais (organização pictórica dos conceitos, exemplos e conexões percebidos pelos (as) alunos sobre um determinado assunto);
- Trabalhos em grupo;
- Atividades de culminância (projetos, monografias, seminários, exposições, feira de ciências, coletâneas de trabalhos).

Nesse sentido a avaliação tem de ser considerada em suas múltiplas dimensões, ou seja:

- Diagnóstica: na medida em que caracteriza o desenvolvimento do aluno no processo de ensino-aprendizagem;
- Processual: quando reconhece que a aprendizagem não acontece pela simples fórmula informar-saber;
- Formativa: na medida em que o aluno tem consciência da atividade que desenvolve, dos objetivos da aprendizagem, podendo participar na regulação da atividade de forma consciente, segundo estratégias meta-cognitivas. Pode expressar seus erros, limitações, expressar o que não sabe, para poder construir alternativas na busca dos conteúdos;
- Somativa: expressa o resultado referente ao desempenho do aluno no bimestre/semestre através de menções ou notas.

Para a avaliação do desempenho deverão ser utilizados, em cada componente curricular, dois ou mais instrumentos de avaliação, elaborados pelo professor. Os demais critérios de avaliação da aprendizagem estão definidos no Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia e no Regimento Interno do *Campus* Cacoal, que atenderão, dentre outros, aos princípios relativos a notas e frequência.

Independentemente dos demais resultados obtidos, são considerados reprovados na disciplina, os alunos que não obtiverem frequência mínima igual a 75% (setenta e cinco por cento) nas aulas e demais atividades programadas.

As provas ou atividades de avaliação escolar, regulamentadas no ROA-Graduação, visam à avaliação progressiva do aproveitamento do aluno e deverão ter previsão expressa nos planos de ensino de cada disciplina.

A cada verificação de aproveitamento bimestral e/ou semestral é atribuída uma nota, expressa em grau numérico de zero (0,0) a cem (100,0).

Atendida, em qualquer caso, à frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) às aulas e demais atividades escolares, é aprovado o aluno que obtiver nota de aproveitamento não inferior a 60 (sessenta), correspondente à média das notas dos exercícios escolares realizados durante o semestre letivo em consonância com o que está escrito no Regulamento da Organização Acadêmica.

1.20. Número de Vagas

Serão ofertadas 40 vagas anuais, totalizando 160 até 2021, que integraliza a primeira turma de formandos, conforme tabela 6 a seguir:

Tabela 6 - Previsão de vagas a serem oferecidas em quatro anos.

Ano	Total Anual
2018	40
2019	40
2020	40
2021	40
Total Geral	160

Fonte: IFRO – *Campus Cacoal* (2017)

1.21 Interação com as redes públicas de ensino

O curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Rondônia – *Campus Cacoal*, tem como uma de suas funções, preparar os acadêmicos para atuarem como professores de geografia na educação básica. Dessa forma, deverá ter interação com a rede pública de ensino, principalmente no município de Cacoal, através de parcerias com projetos integradores e curricularização da extensão, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), estágios obrigatórios, dentre outras atividades que promovam a interação da instituição com as escolas da rede pública.

1.22 Atividades práticas de ensino para licenciatura

Para que o discente possa concluir sua formação e tornar-se um professor capacitado a exercer a docência, algumas atividades práticas inerentes ao cargo de professor são necessárias de serem desenvolvidas. Nesse contexto, o curso de Licenciatura em Geografia terá além de componentes curriculares específicos para a cursos de Licenciatura, atividades práticas como o Estágio obrigatório, que é composto por: observação, participação e regência; além de outras atividades, como os projetos integradores e curricularização da extensão que serão desenvolvidos em todos os semestres do curso.

1.23. Participação obrigatória dos discentes no acompanhamento e na avaliação do PPC

O aluno tem participação e representação efetiva na condução do curso. Em se tratando de representação, o corpo discente, seguindo as orientações deste projeto pedagógico, deverá eleger anualmente, entre o seus pares, um representante com direito a voz e voto para o Colegiado do Curso.

De igual modo, o aluno é amplamente estimulado a participar das avaliações institucionais e do curso elaboradas e promovidas anualmente pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e chamado a contribuir com sugestões de melhoria, quando convocados para as reuniões do Colegiado ou de outras Comissões formadas para este fim.

DIMENSÃO 2 - CORPO DOCENTE

2.1. Atuação do Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante é responsável por elaborar o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia do IFRO *Campus* Cacoal, de modo a atuar no acompanhamento do curso durante os processos de concepção, consolidação, avaliação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso - PPC, assim como dita a Resolução CONAES nº 01, de 18 de junho de 2010.

O NDE é composto pela equipe de professores. Suas competências estão definidas no Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos de Graduação. Possui regulamento próprio aprovado pelo Colegiado do Curso, onde disciplina as

atribuições e funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Licenciatura em Geografia do IFRO *Campus* Cacoal.

O NDE é o órgão consultivo, formado por um conjunto de professores com a mais elevada formação e titulação, designados pelo Colegiado de Curso, que conforme a Resolução CONAES nº 01, de 18 de junho de 2010, a composição do NDE segue os seguintes critérios:

I - ser constituído por no mínimo 5 professores pertencentes ao corpo docente do curso;

II - ter pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programa de pós-graduação *stricto sensu*;

III - ter todos os membros em regime de trabalho em tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 30% em tempo integral;

IV - assegurar estratégias de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso.

Nesse sentido, atendendo a Resolução CONAES nº 01, de 18 de junho de 2010, são atribuições do NDE:

I – reelaborar o PPC, definindo sua concepção e fundamentos;

II – atualizar periodicamente o PPC;

III – conduzir os trabalhos de reestruturação curricular para submissão ao Colegiado de Curso, ao qual caberá deliberar sobre a proposta em primeira instância;

IV – contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;

V – zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes do PPC;

VI – indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

VII – zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação de Geografia;

VIII – aprovar a ata da reunião.

O Núcleo Docente Estruturante tem como Presidente o Coordenador do Curso, e suas decisões serão tomadas por maioria simples de votos, considerados

os presentes na reunião, cabendo ao Presidente, no caso de empate o voto de qualidade.

2.1.1. Composição do Núcleo Docente Estruturante

Conforme portaria nº 196 de 29 de Agosto de 2017, a Direção geral do *Campus Cacoal*, instituiu a composição do Núcleo Docente Estruturante do curso de Licenciatura de Geografia, com os membros abaixo relacionados no quadro 18:

Quadro 18 - Núcleo docente estruturante do curso.

Nº	NOME	FORMAÇÃO BÁSICA	TITULAÇÃO	ÁREA
1	Tiago Roberto Silva Santos	Licenciatura em Geografia	Mestre	Geografia
http://lattes.cnpq.br/9929225231941406				
2	Ayrton Schupp Pinheiro Oliveira	Licenciatura em Geografia	Licenciado	Geografia
http://lattes.cnpq.br/6230739132944395				
3	Sirley Leite Freitas	Graduada em Pedagogia	Mestre	Educação
http://lattes.cnpq.br/6797974865436032				
4	Clodoaldo Cristiano Reis	Licenciatura em Filosofia	Mestre	Educação
http://lattes.cnpq.br/3909234001506770				
5	Juliano Cristhian Silva	Administração de Empresas	Mestre	Educação
http://lattes.cnpq.br/3496211980778375				
6	Andreia dos Santos Oliveira	Graduação em Letras/Português	Mestre	Educação
http://lattes.cnpq.br/4520225185356002				
7	Luciano Edison da Silva	Graduação em Ciências Sociais	Especialista	História e Humanidade
http://lattes.cnpq.br/4941396946231360				
8	Gilson Divino Araújo da Silva	Licenciatura em História	Especialista	Didática do Ensino Superior
http://lattes.cnpq.br/6640513765148084				

Fonte: IFRO – *Campus Cacoal*

2.2. Atuação do Coordenador do Curso

Trabalha em articulação com os demais setores de apoio para atendimento às necessidades do estudante e do próprio curso. Será realizada por um profissional com elevado grau de formação, experiência profissional e acadêmica, e disponibilidade de tempo para as atividades de avaliação, acompanhamento, instrução e apoio relacionados ao curso. Suas competências estão previstas no

Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos de Graduação e no Regimento Interno do *Campus*.

O Coordenador do Curso deve cuidar exclusivamente da gestão acadêmica do curso, nos termos do Regimento Interno. Isto implica dizer que as funções administrativo-institucionais devem ficar a cargo de outros gerentes, o diretor do instituto e os administradores do *campus*, conforme a estrutura regimental da instituição de ensino. O próprio MEC instituiu alguns indicadores para o perfil e funções do coordenador de curso, destacando os seguintes:

- A participação do Coordenador do Curso nos órgãos colegiados acadêmicos do Instituto;
 - Experiência profissional acadêmica;
 - Experiência profissional não-acadêmica (relacionada ao curso);
 - Área de Graduação (pertinência com o curso);
 - Titulação – Dr./Me/Especialização (pertinência com a área do curso);
 - Regime de trabalho na Instituição.

2.2.1. Identificação do Coordenador do Curso

A coordenação do curso ficará a cargo do Professor Tiago Roberto Silva Santos.

2.2.2. Titulação e Formação do Coordenador do Curso

Quadro 19 – Titulação do coordenador do curso.

ANO DE INÍCIO E INTEGRALIZAÇÃO	NÍVEL	NOME DO CURSO	INSTITUIÇÃO
2015-2017	Mestrado	Geografia	Universidade Federal de Rondônia
2011 – 2013	Especialização	Didática do Ensino Superior	Faculdade de Ciências Biomédicas de Cacoal - FACIMED
2007-2011	Graduação	Licenciatura em Geografia	Universidade Estadual de Londrina

Fonte: IFRO – *Campus* Cacoal

O *curriculum* Lattes completo do coordenador do curso está disponível nos arquivos da Instituição para a devida averiguação e comprovação dos dados apresentados neste título.

2.3. Experiência Profissional do Coordenador do Curso e Atuação no IFRO.

No quadro 20, abaixo, está demonstrada a experiência do provável coordenador do curso para fins de comprovação de sua real atuação profissional na educação básica e tempo de atuação no âmbito do Instituto Federal de Rondônia.

Quadro 20 – Experiência Profissional do Coordenador do Curso.

TEMPO DE EXPERIÊNCIA NO IFRO	TEMPO DE EXPERIÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA OU PROFISSIONAL	TEMPO DE EXPERIÊNCIA NO NÍVEL SUPERIOR
2 anos e 10 meses	7 anos	1 semestre

Fonte: IFRO – *Campus Cacoal*

2.4. Regime de Trabalho do Coordenador do Curso

O coordenador do curso desenvolve suas funções em regime integral de trabalho, com regime de 40 horas semanais e com dedicação exclusiva.

2.5. Titulação do Corpo Docente

Quadro 21 – Titulação do corpo docente.

DOCENTE	GRADUAÇÃO	IES	ANO	MAIOR TITULAÇÃO	IES	ANO
Tiago Roberto Silva Santos	Geografia	UEL	2011	Mestre	UNIR	2017
Ayrton Schupp Pinheiro Oliveira	Geografia	UNIR				
Sirley Leite Freitas	Pedagoga	UNIR	2004	Mestre	UNIR	2015
Angelita Aparecida Coutinho Picazevicz	Engenharia Agrônômica	UNIR	2009	Doutora	UFAC	2017
Edslei Rodrigues de Almeida	Ciências Biológicas	UNEMAT	2000	Mestre	PUC MINAS	2012
Juliano Alves de Deus	Física	UNIR	2006	Doutor	UnB	2013
Davys Sleman de Negreiros	Ciências Sociais	UFSCAR	1999	Mestre	UFSCAR	2002
Adilson Miranda de Almeida	Matemática	UNIR	1995	Mestre	PUC MINAS	2011
Sérgio Nunes de Jesus	Letras	UNEB	1997	Mestre	UNIR	2008
Clodoaldo Cristiano Reis	Filosofia	UNIR	2003	Mestre	UNIR	2015
Juliano Cristhian Silva	Administração de Empresas	UNESC	2002	Mestre	UNIR	2016
Andreia Maciel da Silva	Desenvolvimento Sistemas de Informações	UNESC	2005	Mestre	UNIR	2016
Andréia dos Santos Oliveira	Letras	UNESC	2004	Mestre	UNIR	2015

137

Luciano Edison da Silva	Ciências Sociais	UEM	2006	Especialista	UEM	2014
Michelle Ayres Abreu	Letras	UNESC	2007	Especialista	FACIMED	2015
Gilson Divino Araújo da Silva	História	UEG	2002	Especialista	FACIMED	2011
Joel Martins Braga Junior	Agronomia	UFPB	2006	Doutor	UFPB	2012
Maria Cristiana de Freitas da Costa	Engenharia Florestal	UFAC	2012	Mestra	UNIR	2017
Dheimy da Silva Novelli	Agronomia	UNIR	2009	Doutora	UFAC	2017

Fonte: IFRO – *Campus Cacoal*

O corpo docente do Curso de Licenciatura em Geografia é composto por 19 professores, sendo 4 doutores (21%), 11 mestres (57,9%), 3 especialistas (15,8%) e 1 graduado (5,3%).

2.5.1. Políticas de aperfeiçoamento, qualificação e atualização do corpo docente

Para a atualização do corpo docente serão tomadas medidas que possibilitem o aperfeiçoamento e qualificação dos professores, que englobam cursos de pós-graduação, cursos de capacitação na área de Geografia, formação pedagógica ou em áreas afins.

A possibilidade de aperfeiçoamento pode ocorrer também em função dos editais que são oferecidos pelo próprio Instituto, ou através de iniciativa do docente, o que conta com todo o apoio da Instituição.

2.6. Titulação do Corpo Docente – Percentual de Doutores

Como se pode observar no item anterior, 78,9% dos docentes do Curso têm titulação de Mestrado e Doutorado obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu* conforme as exigências legais, sendo 4 doutores (21%) e 11 mestres (57,9%).

Considerando as exigências contidas no art. 52, incisos II e III da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que define o perfil que deve ter o corpo docente para cursos de terceiro grau, qual seja, de que: “II – Um terço do corpo docente, pelo menos, com habilitação acadêmica de mestrado ou doutorado; III – Um terço do corpo docente em regime de tempo integral”, e considerando os Currículos Lattes do corpo docente atualmente lotado no IFRO *Campus Cacoal*, constata-se que a implantação do curso, do ponto de vista das exigências contidas

em Lei, é plenamente viável, visto que sua composição tem, em maioria, mestres e doutores.

2.7. Regime de Trabalho do Corpo Docente

Quadro 22 – Regime de trabalho do corpo docente.

DOCENTE	REGIME	NÚMERO EM HORAS
Tiago Roberto Silva Santos	Dedicação Exclusiva	40 horas
Ayrton Schupp Pinheiro Oliveira	Dedicação Exclusiva	40 horas
Sirley Leite Freitas	Dedicação Exclusiva	40 horas
Angelita Aparecida Coutinho Picazevicz	Dedicação Exclusiva	40 horas
Edslei Rodrigues de Almeida	Dedicação Exclusiva	40 horas
Juliano Alves de Deus	Dedicação Exclusiva	40 horas
Davys Sleman de Negreiros	Dedicação Exclusiva	40 horas
Adilson Miranda de Almeida	Dedicação Exclusiva	40 horas
Sérgio Nunes de Jesus	Dedicação Exclusiva	40 horas
Clodoaldo Cristiano Reis	Dedicação Exclusiva	40 horas
Juliano Christian Silva	Dedicação Exclusiva	40 horas
Andreia Maciel da Silva	Dedicação Exclusiva	40 horas
Andréia dos Santos Oliveira	Dedicação Exclusiva	40 horas
Luciano Edison da Silva	Dedicação Exclusiva	40 horas
Michelle Ayres Abreu	Dedicação Exclusiva	40 horas
Gilson Divino Araújo da Silva	Dedicação Exclusiva	40 horas
Joel Martins Braga Junior	Dedicação Exclusiva	40 horas
Maria Cristiana de Freitas da Costa	Dedicação Exclusiva	40 horas
Dheimy da Silva Novelli	Dedicação Exclusiva	40 horas

Fonte: IFRO – *Campus Cacoal*

O IFRO investe na composição de um corpo docente que possua, em sua maioria, dedicação exclusiva.

Todos os professores possuem regime de dedicação exclusiva.

2.8. Experiência Profissional, Educação básica ou Profissional e Magistério Superior do Corpo Docente

No que se refere à experiência profissional o IFRO, ao selecionar os professores para o seu quadro, assume, nos termos dos editais de processos seletivos e concursos, o compromisso de priorizar a aquisição de profissionais com experiência no magistério, com especial destaque para aqueles com ampla experiência na educação básica. Assim sendo, no quadro abaixo, estão enumerados os professores que vão atuar no curso e sua respectiva experiência na Educação Básica, como professor, em anos.

Quadro 23 – Tempo de exercício na docência e em outras atividades.

DOCENTE	EXPERIÊNCIA NA DOCÊNCIA E EM OUTRAS ATIVIDADES
Tiago Roberto Silva Santos	7 anos
Ayrton Schupp Pinheiro Oliveira	6 anos
Sirley Leite Freitas	21 anos
Angelita Aparecida Coutinho Picazevicz	7 anos
Edslei Rodrigues de Almeida	15 anos
Juliano Alves de Deus	7 anos
Davys Sleman de Negreiros	16 anos
Adilson Miranda de Almeida	25 anos
Sérgio Nunes de Jesus	19 anos
Clodoaldo Cristiano Reis	15 anos
Juliano Cristhian Silva	14 anos
Andreia Maciel da Silva	12 anos
Andréia dos Santos Oliveira	12 anos
Luciano Edison da Silva	10 anos
Michelle Ayres Abreu	8 anos
Gilson Divino Araújo da Silva	11 anos
Joel Martins Braga Junior	10 anos
Maria Cristiana de Freitas da Costa	7 anos
Dheimy da Silva Novelli	8 anos

Fonte: IFRO – *Campus Cacoal*

2.9. Funcionamento do Colegiado do Curso

O Colegiado de Curso de Graduação, no âmbito do Curso de Licenciatura em Geografia do *Campus Cacoal*, é um órgão consultivo e deliberativo com o fim de participar das decisões sobre assuntos acadêmicos do curso que representa, e é composto pelos seguintes membros:

- Coordenador do curso, como presidente;
- Todos os professores em atividade no curso;
- O representante discente, sendo um aluno regular do curso, escolhido,

dentre os líderes de turma interessados na representação, pelo critério da melhor nota no conjunto das disciplinas cumpridas no período letivo anterior ao da escolha ou no último ano do curso de nível médio, quando a escolha for feita antes do final do primeiro período letivo do curso atual.

Compete ao Colegiado do Curso, enquanto órgão ou instância deliberativa:

- ▶ Tomar conhecimento, analisar e deliberar sobre fatos relativos ao desenvolvimento de planos de ensino, às inter-relações durante as aulas e aos interesses e necessidades dos alunos e professores quanto ao processo de aplicação e estudo das disciplinas, e emitir parecer, sempre que necessário;

- ▶ Realizar diálogos interativos e democráticos para a compreensão das problemáticas educacionais e a apresentação de propostas de superação ou de aperfeiçoamento de processos, no âmbito de cada turma de alunos;
- ▶ Avaliar formativamente os rendimentos e frequência dos alunos relativos a períodos parciais e avaliações finais, conforme os casos submetidos a deliberação;
- ▶ Propor a reformulação ou a extinção do curso de graduação que ele representa, bem como opinar a respeito de propostas relativas ao caso;
- ▶ Indicar os membros que comporão o Núcleo Docente Estruturante do curso que representa, quando houver dissidência;
- ▶ Discutir e propor alternativas para a superação de problemáticas relativas a tudo o que consiste em interferência negativa nos processos de ensino e aprendizagem;
- ▶ Discutir e propor estratégias de aproveitamento de oportunidades surgidas no âmbito interno ou externo do curso, como forma de potencializar e/ou aperfeiçoar o ensino e a aprendizagem;
- ▶ Discutir e deliberar a respeito de situações excepcionais relativas a ingresso e transferência de alunos, bem como em relação a outros casos relativos a ensino e aprendizagem;
- ▶ Participar da elaboração ou reformulação do Regulamento dos Colegiados dos Cursos de Graduação oferecidos no IFRO;
- ▶ Estabelecer diálogos com os departamentos de pesquisa e de extensão e propor alternativas ou instruir medidas já aplicadas com o fim de favorecer ao desenvolvimento do curso;
- ▶ Emitir parecer a respeito de questões submetidas pela Direção-Geral, Diretoria de Ensino ou pelos próprios membros do Colegiado.

Tendo o Coordenador do curso como presidente, suas competências também estão previstas no Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos de Graduação.

2.10. Produção Científica, Cultural, Artística ou Tecnológica do Corpo Docente

O IFRO é uma instituição preocupada com o desenvolvimento científico, acadêmico, tecnológico, artístico e cultural de seus professores. Assim sendo, tudo o

que é produzido por eles recebe tratamento diferenciado. O IFRO desenvolve programas e assegura instrumentos e mecanismos de visibilidade e publicação dos trabalhos desenvolvidos por seus docentes.

Além de sua revista científica, a Instituição ainda dá incentivo para que os docentes lotados em seus cursos produzam e publiquem seus trabalhos de natureza científica, tecnológica, artística e cultural em revistas regionais, nacionais e internacionais, devidamente indexadas nos órgãos apropriados.

Em decorrência disso, O IFRO tem sempre um número satisfatório de professores com publicações dentro de espaço não superior a três anos, conforme se pode verificar abaixo:

Quadro 24 - Produção Científica, Cultural, Artística ou Tecnológica do Corpo Docente.

DOCENTE	Artigos publicados em periódicos científicos na área	Artigos publicados em periódicos científicos em outras áreas	Livros ou capítulos em livros publicados na área	Livros ou capítulos em livros publicados em outras áreas	Trabalhos publicados em anais (completos)	Trabalhos publicados em anais (resumos)	Traduções de livros, capítulos de livros ou artigos publicados	Propriedade intelectual depositada	Propriedade intelectual registrada	Projetos e/ou produções técnicas artísticas e culturais	Produção didático-pedagógica relevante, publicada ou não
Tiago Roberto Silva Santos	3	-	-	-	3	1	-	-	-	-	-
Ayrton Schupp Pinheiro Oliveira	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Sirley Leite Freitas	-	6	-	3	11	6	-	-	-	1	-
Angelita Aparecida Coutinho Picazevicz	-	1	-	-	-	4	-	-	-	4	-
Edslei Rodrigues de Almeida	-	6	-	1	4	30	-	-	-	24	-
Juliano Alves de Deus	-	6	-	-	-	25	-	-	-	10	-
Davys Sleman de Negreiros	-	61	1	3	3	4	-	-	-	4	2
Adilson Miranda de Almeida	-	3	-	-	-	3	-	-	-	4	-
Sérgio Nunes de Jesus	-	48	1	38	6	40	-	-	-	14	-
Clodoaldo Cristiano Reis	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-
Juliano Cristhian Silva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Andreia Maciel da Silva	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Andréia dos Santos Oliveira	-	4	-	1	2	3	-	-	-	4	-

Luciano Edison da Silva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Michelle Ayres Abreu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	-
Gilson Divino Araújo da Silva	-	2	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Joel Martins Braga Junior	-	14	-	-	-	60	-	-	-	1	-
Maria Cristiana de Freitas da Costa	-	-	-	-	-	5	-	-	-	5	-
Dheimy da Silva Novelli	-	3	-	-	-	1	-	-	-	1	-

Fonte: IFRO – *Campus Cacoal*

DIMENSÃO 3 – INFRAESTRUTURA

3.1. Gabinetes de Trabalho para Professores em Tempo Integral

O *Campus* dispõe de espaço para todos os professores que trabalham em regime de dedicação exclusiva, de 40h. A maior parte desses professores desenvolve outras atividades no *campus* e, por isso, tem salas que servem para o desenvolvimento das ações específicas dessa outra função e também para o atendimento ao discente.

Quadro 25 - Descrição de gabinetes para docentes.

ITENS	ESPECIFICAÇÃO EM NÚMEROS
Espaço físico em metros quadrados	23,54m ²
Mesa(s)	03
Cadeira(s)	15
Armário(s) e arquivo(s)	04
Computador(es)	03
Impressora(a)	01 Coletiva

Fonte: IFRO – *Campus Cacoal*

3.2. Espaço de Trabalho para Coordenação de Curso e Serviços Acadêmicos

O Curso de Licenciatura do IFRO *Campus Cacoal* possui um espaço equipado para a Coordenação de curso onde desenvolve suas ações administrativas, pedagógicas e de atendimento aos professores e alunos.

No decorrer da readequação dos cursos, será providenciado espaços com as especificações seguintes:

Quadro 26- Espaço de trabalho para a coordenação de curso e serviços acadêmicos.

ITENS	ESPECIFICAÇÃO EM NÚMEROS
Espaço físico em metros quadrados	34,26m ²
Mesa(s)	06
Cadeira(s)	18
Armário(s) e arquivo(s)	06
Computador(es)	06
Impressora(a)	01 Coletiva

Fonte: IFRO – *Campus Cacoal*

3.3. Sala de Professores

A estrutura definitiva do *Campus* contará com duas sala de professores, uma de convivência e outra para planejamento, ambas climatizadas e mobiliadas com mesas de trabalho, cadeiras e espaços destinados ao trabalho coletivo. A sala de convivência dos professores possui ainda geladeira e micro-ondas para melhor atendê-los.

Quadro 27 - Descrição da sala de professores de Convivência.

ITENS	ESPECIFICAÇÃO EM NÚMEROS
Espaço físico em metros quadrados:	63,39m ²
Mesa(s) coletiva(s):	06
Cadeira(s):	48
Armário(s) e arquivo(s):	08
Computador(es):	20
Impressora(a):	02
Mesa(s) e espaço(s) individual(is)	03
Aparelho de televisão:	01
Assento(s) estofado(s) para descanso:	06

Fonte: IFRO – *Campus Cacoal*

3.4. Salas de Aula

A Instituição disponibiliza aos seus acadêmicos salas de aula adequadas e confortáveis e climatizadas, com dimensões que variam de 56,0 a 59,8 m², construídas em alvenaria e concreto armado, com fechamento em vidros temperados, piso cerâmico antiderrapante, revestimento em massa corrida e pintura látex/acrílica. Há em cada sala um projetor multimídia.

Todas as salas de aula são mobiliadas com 40 carteiras individuais, com acabamento em plástico e braço de apoio em acabamento em fórmica, quadros brancos, climatizadas com ar condicionados Split, cortinas tipo persianas, mesa orgânica e televisor.

O IFRO conta com salas de aula padronizadas, com capacidade para 44 alunos e planejadas para oferecer as melhores condições de aprendizagem atendendo às disposições regulamentares quanto à dimensão, iluminação, ventilação (todas as salas são climatizadas), mobiliário e limpeza.

3.5. Acesso dos Alunos a Equipamentos de Informática

O IFRO coloca a serviço das necessidades acadêmicas dos seus alunos, 02 (dois) Laboratórios de Informática, especificados, onde todos os equipamentos são utilizados diariamente, das 7h30min às 22h30min, sob acompanhamento de um Técnico de Laboratório. Além do acessos nos Laboratórios de Informática, há internet *wireless* no perímetro do *Campus* no qual o acadêmico tem acesso via sistema *Eduroam*.

Além do mais, foi implantado um sistema especializado que possibilita ao aluno acompanhar sua situação acadêmica, pela Internet, permitindo-lhe acesso ao relatório de notas, resultados de avaliação, reserva de livros, (re)matrícula on-line, comprovante de matrícula e outros.

3.5.1. Plano de atualização tecnológica e manutenção de equipamentos

A escolha de laboratórios e as instalações especiais atendem às necessidades dos cursos atendidos, levando-se em conta o número de alunos e a relação custo-benefício.

A atualização dos laboratórios varia de acordo com as novas tecnologias, e a manutenção é feita por profissionais especializados. A operacionalização dos equipamentos é de responsabilidade dos docentes e técnicos do IFRO.

A atualização tecnológica e a manutenção de equipamentos correspondem às ações do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), do Plano de ação do *campus* e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação, que prevê a aquisição de equipamentos. Todavia, a atualização poderá ser desenvolvida também por meio de ações complementares pelos servidores do IFRO, enquanto a manutenção ficará a

cargo tanto de técnicos especializados quanto dos que manuseiam os equipamentos nos processos de formação acadêmica.

A manutenção dos laboratórios é realizada por manutenções preventivas e corretivas planejadas pela Coordenação de Curso. A atualização dos laboratórios é realizada a cada ano de acordo com as atividades docentes e discentes relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão segundo a dotação orçamentária do *Campus*.

3.6. Livros da Bibliografia Básica

A política da biblioteca do *campus* é adquirir toda a bibliografia básica das disciplinas constantes na matriz curricular dos cursos procurando atualizá-la periodicamente.

A bibliografia é sempre recomendada pelos docentes responsáveis pelas disciplinas, supervisionada pelo coordenador de curso e pelo Núcleo Docente Estruturante com a anuência do Colegiado do Curso.

O Núcleo Docente Estruturante do curso trabalha também no sentido de recomendar a atualização bibliográfica a fim de manter a qualidade e atualização dos conhecimentos do aluno.

No item do ementário deste projeto, estão enumeradas as obras da bibliografia básica que compõem o conjunto de referências exigidas para a formação do egresso do Curso de Licenciatura em Geografia.

3.7. Livros da Bibliografia Complementar

A bibliografia complementar indicada atende aos programas das disciplinas com o mínimo de exemplares por títulos segundo orientação dos regulamentos e instrumentos indicativos do INEP/MEC para cada disciplina.

Atua como um acervo complementar na formação dos alunos e é recomendada pelos docentes responsáveis pelas disciplinas, supervisionada pelo coordenador de curso e pelo Núcleo Docente Estruturante com a anuência do Colegiado do Curso.

No item do ementário deste projeto, estão enumeradas as obras da bibliografia complementar que compõem o conjunto de referências exigidas para a formação do egresso do Curso de Licenciatura em Geografia.

3.8. Periódicos Especializados

A biblioteca conta, em seu acervo, com periódicos, nacionais e internacionais, específicos para os cursos e outros de interesse geral da comunidade acadêmica. Para tanto são mantidas assinaturas correntes de periódicos, que podem ser ampliadas, de acordo com as indicações da comunidade acadêmica.

Além das assinaturas de periódicos, o *Campus* viabiliza acesso aos periódicos disponíveis livremente no site da capes e em outros bancos públicas e privadas, nacionais e internacionais.

Todos os cursos mantidos pelo *Campus* recebem periódicos em número necessário para atender a demanda da comunidade acadêmica.

3.9. Laboratórios Didáticos e Especializados: quantidade

O *Campus* Cacoal possui 7 (sete) laboratórios didáticos especializados para atender o curso de Licenciatura em Geografia, 1 (Um) Laboratório de Solos, 1 (Um) laboratório de Biologia (Microscopia), 1 (Um) Laboratório de Física e Matemática, 1 (Um) Laboratório de Química, 1 (Um) Laboratório de Topografia e 2 (Dois) Laboratório de Informática.

Todos os laboratórios presentes no *Campus*, tem por finalidade uma ação Multidisciplinar, sendo multiusuário para o desenvolvimento de atividade prática experimental para o curso de Licenciatura em Geografia.

Quadro 28 - Laboratórios Didáticos Especializados já existentes.

LABORATÓRIO(S)	OBJETIVOS	ÁREA
1. Laboratório de Solos	Desenvolve práticas de análises Físico-químicas de solo, visando a textura (granulometria), nutrientes (macronutrientes e micronutrientes) e outras características para serem aplicadas na área de Ciências da natureza.	76 m ²
2. Laboratório de Biologia	Estruturado para o conhecimentos básicos de biologia celular, preparando-o para identificar a estrutura e função dos componentes celulares, bem como o conjunto de processos vitais. Relacionados com a diversidade da vida, compreendendo sua organização e integração. Correlacionar a morfologia geral da célula e seus diferentes estados fisiológicos, caracterizar os fenômenos envolvidos na dinâmica de seu ciclo de vida e diferenciação em estrutura histológica e histofisiológica dos tecidos. Poderá ser utilizado para aprofundar conhecimentos relacionados à vida para os	56 m ²

	discentes do curso.	
3. Laboratório de Física e Matemática	Desenvolver experimento sistemas de controle e automação, contribuindo para o entendimento do funcionamento, utilização das tecnologias atuais. Servir suporte às atividades de pesquisa.	76 m ²
4. Laboratório de Química	Desenvolve práticas relacionadas ao ensino de Química e áreas correlatas, visando práticas laboratoriais para dar suporte aos discentes do curso quando necessário.	76 m ²
5. Laboratório de Topografia	Composto com instrumentos topográficos, para o conhecimento e aprimoramento quanto aos princípios básicos de cartografia e representações cartográficas, levantamentos planimétricos e aplicar os conceitos e as técnicas utilizadas na topografia.	56 m ²
6. Laboratório de Informática	Servir de apoio para os estudantes que necessitem de acesso à Internet e a softwares necessários para o desenvolvimento das atividades propostas pelas ementas do curso.	56 m ² cada – 118 m ² total

Fonte: IFRO – *Campus Cacoal*

O *Campus Cacoal* precisará investir na atualização dos equipamentos e softwares dos laboratórios já existentes, visando principalmente programas de SIG's que atendam as necessidades das disciplinas de Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento.

3.9.1. Plano de Atualização Tecnológica e Manutenção de Equipamentos

A escolha de laboratórios e as instalações especiais atendem às necessidades dos cursos atendidos, levando-se em conta o número de alunos e a relação custo-benefício.

A atualização dos laboratórios varia de acordo com as novas tecnologias, e a manutenção é feita por profissionais especializados. A operacionalização dos equipamentos é de responsabilidade dos docentes e técnicos do IFRO

A atualização tecnológica e a manutenção de equipamentos correspondem às ações do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), do Plano de ação do *campus* e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação, que prevê a aquisição de equipamentos. Todavia, a atualização poderá ser desenvolvida também por meio de ações complementares pelos servidores do IFRO, enquanto a manutenção ficará a cargo tanto de técnicos especializados quanto dos que manuseiam os equipamentos nos processos de formação acadêmica.

A manutenção dos laboratórios é realizada por manutenções preventivas e corretivas planejadas pela Coordenação de Curso. A atualização dos laboratórios é

realizada a cada ano de acordo com as atividades docentes e discentes relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão segundo a dotação orçamentária do *Campus*.

3.9.2. Infraestrutura de Laboratórios Específicos da Área de Formação

As atividades em laboratório são de fundamental importância para o processo de formação educacional. Os laboratórios são espaços pedagógicos fundamentais na construção das relações entre teoria e prática e deverá ser utilizado em todas as etapas de formação dos alunos. Os quadros a seguir apresentam a infraestrutura já existente nos laboratórios do IFRO – *Campus Cacoal*.

Quadro 29 – Infraestrutura dos laboratórios existentes

1.	Laboratório de Solos	76 m ²
Item	Especificação	Qnt.
1	Macro Centrífuga Sorológica: Centrífuga utilizada para separação de Fases com Diferentes densidades em substâncias líquidas, capacidade: 12 tubos 10 ou 15 mL os tubos a serem utilizados nas caçapas tem que ter no máximo 17,5 mm de diâmetro e 105 mm de comprimento, controle de velocidade até 5000 RPM, controle de tempo com timer mecânico de 0 a 30 min, trava de segurança na tampa, sistema de amortecimento, sistema de balanceamento, tensão 110 V. Dimensões: 310x340x265 mm. Peso: 16,5 Kg. Marca: Coleman. Modelo: 90-1	1
2	Moinho Analítico. Corpo em material resistente, câmara de moagem e faca, em aço inoxidável, chave acionadora tipo Push-Button, velocidade do motor sem carga 17000 RPM, pode trabalhar continuamente sem interrupção, serpentina para refrigeração, sistema de segurança não permite o motor girar com a tampa aberta, o volume efetivo da câmara de moagem é de 50 mL, Lâmpada indicadora de energizado, temperatura de trabalho é de 5° C acima da temperatura ambiente até 40°C, cabo de força com dupla isolamento e plugue de três pinos, dois fases e uma terra. Volume 50 mL; Volts: 220 V; Watts: 180 W; Diâmetro: 9x26 cm. Marca: Quimis. Modelo: Q298A21.	2
3	Colorímetro Digital. Comprimentos de Onda: 440 - 470 - 490 - 520 - 550 - 580 - 590 - 680 nm; Medição de 0 a 1,99 unidade de absorvância. De transmissão de 0 a 199 T, Dimensões 180 x 150 x 60 mm, peso 0,5 kg, aceita tinas standard de 1 cm de trajeto óptico assim como as tinas redondas de 16 mm de Ø. Marca: Biospectro; Modelo: CL 3003.	1

4	<p>Bureta Digital Dosagem Ajustável de 0,01 mL a 999,99 mL, com uma velocidade de 5 mL por segundo e sem necessidade de interromper o curso do pistão. Tubo de Sucção Telescópico, fexível, com comprimento de 210 a 310 mm, pode ser facilmente reajustado para diferentes tamanhos de frascos, utilizando microbaterias de 1,5 V de Fácil Troca. Acompanhado com 1 tubo de descarga, 1 adaptador de frasco 20/52 mm, 1 adaptador de frasco de 28/32 mm, 1 adaptador de frasco 40/45 mm e manual de instruções, 1 microbateria recarregável 1,5 V AAA, 01 tubo telescópio com entrada com 370 mm de comprimento, 1 tubo de descarga com porca de segurança, 1 tubo de descarga comprimento ajustável e 1 tubo de secagem. Marca: Optilab; Modelo: Continuous RS.</p>	1
5	<p>Espectrofotômetro Digital. Display de Cristal Líquido (LCD), comprimento de onda: 190 a 1100 nm, precisão ± 2 n, reprodutibilidade: 1 nmm precisão fotométrica: 0,5 T, $\pm 0,003$ A (0 - 0,5 A) e $\pm 0,007$ A (0,1 - 1,0 A), repetibilidade fotométrica: 0,3 T, Escala Fotométrica: 0 a 200 T, - 0,300 A 3,000 ABS (UV-Visível). Largura da banda espectral: 2 nm, estabilidade 100 T: 0,5 T/3 min, 0 T: 0,3 T/ 3 min. Estabilidade após o aquecimento $\pm 0,001$ A/30 minutos (comprimento de onda), sistema óptico : Gradil plano com elemento dispersor. 1200 L/mm, modo de operação: Transmittância (T): 0 a 100 T, Absorbância (A): 0 a 2 A, Leitura direta de Concentração (C): 0 a 999, interface serial: RS - 232, interface para impressora: interface paralela universal, monocromador: Tipos C e T/Feixe Simples/Graduação - 1200 L/mm, receptor: Fotodiodo de Silício, fonte de luz: Lâmpada de Tungstênio halógena e lâmpada de deutério D2, Temperatura de operação: 0 a 50°C, umidade de operação: máx - 70 RH, 220 V. Marca: Instrutherm UV 2000 A</p>	1
6	<p>Autoclave Vertical para Esterilização de Materiais e Utensílios diversos, câmara de esterilização em Aço Inox AISI 304, gabinete em chapa de aço c/ tratamento anti-corrosivo e acabamento em epóxi eletrostático, tampa em bronze fundido internamente estanhado e externamente polida com guarnição de vedação em Silicone, válvula de segurança e controle de pressão por meio de contra-peso regulável. Manipulos em baquelite isolante ao calor p/ fechamento da tampa, resistência tubular de imersão blindada com tubo de cobre cromado, manômetro com escala de pressão (0 3,0 a Kgf/cm²) e temperatura (100 a 143°C), painel com chave seletora de calor (min, med e max), lâmpada indicadora liga/desliga, cestos internos em aço inox AISI 304, registro de esfera para drenagem e limpeza da câmara de esterilização, sistema de abertura da tampa, por intermédio de pedal, capacidade 18 L - 220 V. Potência: 1500 W. Marca: Phoenix; Modelo: AV.</p>	1
7	<p>Bureta Digital Dosagem Ajustável de 0,01 mL a 999,99 mL, com uma velocidade de 5 mL por segundo e sem necessidade de interromper o curso do pistão. Tubo de Sucção Telescópico, fexível, com comprimento de 210 a 310 mm, pode ser facilmente reajustado para diferentes tamanhos de frascos, utilizando microbaterias de 1,5 V de Fácil Troca. Acompanhado com 1 tubo de descarga, 1 adaptador de frasco 20/52 mm, 1 adaptador de frasco de 28/32 mm, 1 adaptador de frasco 40/45 mm e manual de instruções, 1 microbateria recarregável 1,5 V AAA, 01 tubo telescópio com entrada com 370 mm de comprimento, 1 tubo de descarga com porca de segurança, 1 tubo de descarga comprimento ajustável e 1 tubo de secagem. Marca: Optilab; Modelo: Continuous RS.</p>	2

8	<p>Banho com Aquecimento com circulação. Banho Retangular cuba em aço inox sem solda, plataforma interna, isolamento térmico, controle digital com microprocessador PID, alarme sonoro programável, leitura em °C, indicação de temperatura digital, faixa de (Ambiente + 5°C) À 150°C ±1. Resolução 0,1 °C, proteção na falta de água, bomba 6 L/min. de água/óleo de baixa viscosidade. Fornecido em 115 ou 230 V - com cabo trifilar incluindo fio terra. Capacidade 28 L. Potencia: 1800 W - Com cabo trifilar incluindo fio terra. Acompanhado com tampas de 4 aberturas de 10,8 cm com 4 anéis cada. Tampa com 1 abertura de 18 cm com 3 anéis cada. Nível constante para água. Suporte para tubos de ensaio de até Ø 22 mm com 21 provas. Marca: Solab. Modelo: 150/28.</p>	1
9	<p>Viscosímetro Rotacional. Voltagem: 220 V, Watts: 50 W, Faixa (MPA.S): 1 a 100.000, Dimensões Externa (CxLxA): 45x30x30 cm, Faixa de Medição de 1 MPA.S A 100.000 MPA.S, Velocidade Ajustável em 6, 12, 30, 60 RPM. (Equivalente ao modelo Q86A21 da Quimis ou Superior). Marca: Edulab.</p>	1
10	<p>Agitador Magnético com Aquecimento. Diâmetro da Placa de 14 cm. Capacidade 4 L. Altura Total 9,3 cm. Motor de Indução com rolamento e mancal (25 W), Velocidade controlada por circuito eletrônico proporcionando uma rotação de 80 a 1500 RPM. Placa de Aquecimento em Alumínio injetado com resistência blindada incorporada 650 W. Temperatura controlada por Termostato Capilar de 50 a 320 °C. Construído Externamente em Chapa de Ferro Tratado com Pintura Epóxi Eletrostático. 115V ou 230 V. Marca: ARSEC. Modelo: AGM5AQ</p>	2
11	<p>Bureta Digital Dosagem Ajustável de 0,01 mL a 999,99 mL, com uma velocidade de 5 mL por segundo e sem necessidade de interromper o curso do pistão. Tubo de Sucção Telescópico, fexível, com comprimento de 210 a 310 mm, pode ser facilmente reajustado para diferentes tamanhos de frascos, utilizando microbaterias de 1,5 V de Fácil Troca. Acompanhado com 1 tubo de descarga, 1 adaptador de frasco 20/52 mm, 1 adaptador de frasco de 28/32 mm, 1 adaptador de frasco 40/45 mm e manual de instruções, 1 microbateria recarregável 1,5 V AAA, 01 tubo telescópico com entrada com 370 mm de comprimento, 1 tubo de descarga com porca de segurança, 1 tubo de descarga comprimento ajustável e 1 tubo de secagem. Marca: Optilab; Modelo: Continuous RS.</p>	1
12	<p>Agitador de Peneiras. Peneirador, tipo vácuo, tipo sistema aerodinâmico, uso cimento, aplicação em laboratório, características adicionais fluxo de ar com pressão negativa, componentes jogo com 7 peneiras, Voltagem 220/380V, Tipo Visor LCD. Marca: Solotest</p>	1
13	<p>Multímetro Digital Portátil. Display: LCD de 3 1/2, 7 segmentos com 0,5 polegadas de altura; Tensão DC: 200 mV, 2000 mV, 20 V, 200V, 1000V ±1%; Tensão AC: 200 V, 750 V±1,2%; Corrente DC: 200µA,2000µA, 20 mA, 200 mA, 10A±2%; Resistência: 200 O; 2000 O; 20 KO; 200 KO; 2000 KO ± 1% Temperatura (sonda tipo K) - 2°C a 1370°C ± 1,5%; Teste de Diodo: Sim; Temperatura de Operação: 0°C a 40°C; Umidade de Operação: 80% UR; Alimentação: 1 bateria de 9 V; Tamanho: 70x125x25 mm; Peso: 110 g. Marca: Instrutemp. Modelo: ITDM 3000</p>	2
14	<p>Penetrômetro. Penetrômetro de solos com anel dinamométrico, escala de 0 a 100 Kgf. Possui cone de penetração em aço tratado e 03 hastes prolongadoras rosqueáveis, condicionados em estojo de madeira. Marca: PAVITEST.</p>	1

15	Banho com Aquecimento com circulação. Banho Retangular cuba em aço inox sem solda, plataforma interna, isolamento térmico, controle digital com microprocessador PID, alarme sonoro programável, leitura em °C, indicação de temperatura digital, faixa de (Ambiente ± 5) À 150/C ± 0,1°C, proteção de falta de água, bomba 6 L/minuto de água/óleo de baixa viscosidade. Fornecido em 115 ou 230 V - com cabo trifilar incluindo fio terra. Capacidade 28 L. Potência: 1800 W. Marca: Solab. Modelo: 155/30.	2
16	Agitador tipo Vórtex para tubo de centrifugação de 0,5 a 50 mL. Modo contínuo e modo pulso, velocidade: 0 a 3000 RPM; Voltagem 110 V(50/60 Hz), peso: 3,1 Kg; Dimensões (LxPxA): 130x155x155 mm. Marca: Arsec.	1
17	Bloco Digestor; Capacidade para 40 provas micro. Controle de Temperatura: digital microprocessado com sistema PID e certificado de calibração RBC. Temperatura de ambiente: + 7°C até 450°C, sensor tipo J, precisão ± 2°C, uniformidade ± 5°C, potência de resistência de 2200 Watts, gabinete em aço inoxidável 304, bloco em alumínio fundido com profundidade dos orifícios de 45 mm, segurança: resistência blindada evitando contato com o ácido sulfúrico. Dimensão Total: L-430xP-320xA-330 mm. Marca: SOLAB. Modelo: SL 155/30	1
2.	Laboratório de Biologia	56 m ²
Item	Especificação	Qty.
1	Estufa para esterilização e secagem Nevoni - 40 L	1
2	Balança analítica KN Waagen - 0,5 gramas - 2200 gramas	1
3	Micro spin hematócrito	1
4	Banho Maria FANEM 1147	1
5	Barrilhete de 20 litros PVC	1
6	Microscópio Binocular "EDUTECH", com objetivas acromáticas	10
7	Microscópios Binocular XBS 211	6
8	Microscópios Estereoscópios Binocular - Physis	5
9	Microscópios com sistema de imagem, Physis	5
10	Lâminario " Avida microscópica da água" - Parte I - 25 peças	1
11	Lâminario - Algas - 30 peças	1
12	Lâminario - Bactérias - 30 peças	3
13	Lâminario - Parasitologia - 30 peças	3
14	Lâminarios - Zoologia - 100 peças	3
15	Lâminarios - Botânica - 100 peças	3
16	Lâminarios Ensino Superior - 100 peças	3
17	Lâminarios - Histologia - 80 peças	2
18	Lâminario - Protozoa - 10 peças	5
19	Lâminario - Embriologia - Ouriço do mar - 12 peças	2
20	Lâminario - Embriologia - Sapo - 10 peças	3
21	Lâminario - Embriologia - Frango - 10 peças	4
22	Lâminario - Embriologia - Porco - 10 peças	4

3. Laboratório de Física e Matemática		76 m ²
Item	Especificação	Qnt.
1	Paquímetro Universal Analógico, em aço inox, 500mmx20	2
2	Cronometro Digital com resolução de 1/100	3
3	Paquímetro Universal Analógico, em aço inox, 300mmx12	2
4	Conjunto para laboratório de Mecânica	2
5	Conjunto para laboratório de Mecânica	2
6	Conjunto para laboratório de Termodinâmica	2
7	Conjunto módulo Didático das rotações: composto por 01 giroscópio de aro, 02 halteres de 2 kg, 01 plataforma giratória de madeira com 50 cm e capacidade de carga de 200 kgf, 01 manual de montagem e experiências.	2
8	Gerador eletrostático de correia tipo Van de Graaff	2
9	Conjunto módulo Didático das linhas de campo magnético 2D-3D	2
4. Laboratório de Química		76 m ²
Item	Especificação	Qnt.
1	Condutímetro de Bancada. Display de Cristal Líquido. Tecnologia Moderna baseada em Microcontrolador, medição de condutividade, com compensação de temperatura na faixa de 0°C a 100 °C, célula de medição em vidro e platina preta, Faixa de Trabalho com seleção automática da faixa de leitura, precisão ± 1 , acompanhado célula de medição, de solução padrão de 1408 US/CM, cabo de força com dupla isolamento e plugue de três pinos, dois fases e um terra. Marca: Tecnopon. Modelo: mCA-150	5
2	Medidor de Cor de Água Portátil e Bancada Microprocessado. Gabinete Plástico Resistente, aparelho digital microprocessado de fácil operação, faixa de leitura de 0 a 500 UC, resolução de 1 PCU, Portátil ou Bancada e alimentado com bateria de 9 volts ou fonte de alimentação 90 a 240 Volts, desligamento automático. Detector de Fotocélula de Silício, mede direto em unidades de cor, não requer o uso de reagentes, nem de padrões, método colorimétrico de platina e cobalto, acompanhado por 4 cubetas, bateria de 9 V, fonte. Marca: PoliControl	1
3	Turbidímetro Portátil com Microprocessador. As duas gamas de medição possuem, de 0,00 a 50,00 FTU e da 50 a 1000 FTU permitem utilizar estes instrumentos para qualquer tipo de aplicações: Resolução: 0,01 FTU (De 0,00 a 50,00 FTU), 1 FTU (De 50 a 1000 FTU), precisão $\pm 0,5$ FTU* ou ± 5 , desvio típico: EMC ± 2 G.C., Calibração: A 3 pontos (0 FTU, 10 FTU e 500 FTU), Fonte Luminosa: Led infravermelho, sensor: Fotocélula de Silício, condições de utilização: 0° a 50°C, H.R. Máx: 95. Marca: Hanna, ref HI93703C	3

4	Medidor de pH/Condutividade. Tecnologia microprocessada, display cristal líquido de fácil visualização, compensação manual de temperatura entre 0° C e 40°C, célula de medição em vidro com sensores de platina, permite trabalhar com células constantes 0,001, 1 e 10 cm ⁻¹ , faixa de trabalho entre 0,0 e 19,999(microsiemens), precisão de ± 1 (Fundo de Escala), acompanhado de célula de vidro/platina, bateria, 100 mL de solução padrão para calibração e manual. Marca: extech ec500.	2
5	Peagâmetro Digital de Bancada. Estrutura moldada em plástico ABS resistente e a prova de respingos, design moderno, compacto e robusto, display digital tipo led; Ajuste "Slope" para Calibração, com 3 funções: pH, MV e Temperatura, faixa de medição de 0,00 a 14,00 pH; e -1999 a + 1999 MV, compensação manual e automática da temperatura para a faixa de 0 a 100°C; Reprodutibilidade de ± 0,015 pH; Eletrodo combinado universal de plástico com referência interna de AG/AGCl; Voltagem: 110 V ou 220 V (50/60 Hz); Acompanhado por um eletrodo, recipiente e solução para repouso do eletrodo (KCl - 3 M), suporte do eletrodo, sensor (sonda) de temperatura. Marca: EDUTECH.	5
6	Condutivímetro de Bancada. Condutivímetro de eletrodo com íon seletivo escala/ Resolução mS/cm: 0 19,99 mS/cm / 0,01 mS/cm; Precisão ± 2, Calibração: Calibrado na Fábrica Temperatura: 0 - 50°C, alimentação 4 pilhas de 1,5 V, soluções de Calibração: mS/cm: 1.413 mS/cm. Marca: Tecnonon Modelo: mCA 150P	5
7	Medidor de Cor de Água Portátil e Bancada Microprocessado. Gabinete Plástico Resistente, aparelho digital microprocessado de fácil operação, faixa de leitura de 0 a 500 UC, resolução de 1 PCU, Portátil ou Bancada e alimentado com bateria de 9 volts ou fonte de alimentação 90 a 240 Volts, desligamento automático. Detector de Fotocélula de Silício, mede direto em unidades de cor, não requer o uso de reagentes, nem de padrões, método colorimétrico de platina e cobalto, acompanhado por 4 cubetas, bateria de 9 V, fonte. Marca: PoliControl	2
8	Medidor e Registrador Portátil de Qualidade de Ar em interiores, mede concentração de CO ₂ , temperatura do ar e umidade relativa, alarme audível programável, registra leituras para análise posterior, inclui software e cabo. Marca: EXTECH CO250.	2
9	Balança Eletrônica semi analítica. Capacidade 500 g - sens. 0,001 g, mod. AL 500 pesagem em 8 unidades, cotagem de peças, calibração automática. Tensão 100/240Vca, 50/60 Hz, c/ capela de acrílico. Marca: Bel	2
10	Chapa Aquecedora. Chapa Aquecedora em Plataforma Retangular Termostato até 205°C, 220 V. Construída em Aço Inox e revestida com tinta Epóxi, anticorrosivo. Medindo 30x40 cm. Marca: Edulab;	1
11	Medidor de Multiparâmetros para água. Instrumento Portátil, que monitoriza até 13 parâmetros de qualidade de água diferentes (8 medidos, 5 calculados). Para monitorizar e gravar os dados. Gama 0.00 - 14.00 pH, 600.0 MV. Oxigênio Dissolvido. Marca: Hanna, ref. HI 9828/4.	1
5.	Laboratório de Topografia	56 m²
Item	Especificação	Qnt.
1	Nível de Precisão de uso Topográfico. Nível Automático compacto com precisão de 2,0 mm por quilômetro duplo de nivelamento, de 3 calantes, com círculo horizontal graduado de 0° a 360° para leitura de ângulos horizontais, imagem direta, com tripé de alumínio, prumo com fio, proteção contra poeira e água, estojo de proteção e transporte com alça e manual de instruções e operações em português. Marca: Suzhou Foif.	1

2	Teodolito Eletrônico. Com medição angular eletrônica de 360°, Precisão angular de 5" e Leitura Angular de 1", leitura angular no sentido horário e anti-horário, bateria e carregador de bateria, tripé de alumínio, estojo de proteção e transporte com alça, proteção contra poeira e água, iluminação interna e externa, prumo ótico com imagem direta, leitura digital na tela de cristal líquido, visor nas duas faces, dotado de porta de dados para transferência dos dados medidos para dispositivos externos. Marca: Ruide Intrument.	1
3	Medidor e Registrador Portátil de Qualidade de Ar em interiores, mede concentração de CO2, temperatura do ar e umidade relativa, alarme audível programável, registra leituras para análise posterior, inclui software e cabo. Marca: EXTECH CO250.	2
4	Paquímetro Universal Analógico, em aço inox, 500mmx20	2
5	Cronometro Digital com resolução de 1/100	3
6	Paquímetro Universal Analógico, em aço inox, 300mmx12	2
7	Paquímetro Universal Digital, em aço inox, 300mmx12	2
8	Conjunto de Trado para Amostragem. Contendo: - Trado 2.1/4 tipo helicoidal com conexão roscada 01, - Trado tipo concha 4 c/ conexão roscada - 01, - Haste 1x1 metro c/ conexão roscada - 07, - Cruzeta para trado c/ conexão roscada. Marca: Pavitest	3
9	Penetrômetro. Penetrômetro de solos com anel dinamométrico, escala de 0 a 100 Kgf. Possui cone de penetração em aço tratado e 03 hastes prolongadoras rosqueáveis, condicionados em estojo de madeira. Marca: PAVITEST.	1
10	GPS. Navegação: Waypoints/ícones: 1000 com nome e símbolo gráfico, 10 de proximidade, - rotas: 50 rotas reversíveis com até 250 pontos cada, mais MOB e modo TracBack, - Trilhas: Arquivos de trilhas automáticas, até 20 trilhas podem ser salvas em ambas as direções, - Computador de Viagem: Velocidade média, velocidade máxima, cronômetro e distância de viagem, - Alarmes: Arrasto de âncora, aproximação e chegada para fora de curso, waypoint de proximidade, águas rasas e profundas.	3
6.	Laboratório de Informática	118 m²
Item	Especificação	Qty.
Softwares		-
1	Microsoft Office 2010	-
2	K-Lite Codec Pack	-
3	Suíte de Aplicativos Gráficos Coreldraw X3	-
4	Foxit Reader	-
5	Winrar	-
6	Adobe Flash Player 10 Actvex	-
7	Macromedia Contribute 3.11	-
8	Macromedia Dreamweaver 8	-
9	Macromedia Extension Manager	-
10	Macromedia Fireworks 8	-

11	Macromedia Flash 8	-
12	Macromedia Flash 8 Video Encoder	-
13	Macromedia Flash 8 Video Plugin	-
14	Adobe Illustrator	-
15	Banco de Dados PostGre 8	-
16	Banco de Dados MySQL 9	-
17	AutoCad	-
18	AutoCad Revit	-
19	Autodesk Architectural Desktop	-
20	Autodesk 3ds Max 9	-
Hardwares		
22	Computador com processador binucleado, 4GB de memória RAM, 300 GB de espaço em disco, placa de rede wireless.	40
23	Monitor de 17"	40
24	Computador com processador binucleado, 4GB de memória RAM, 300 GB de espaço em disco, placa de rede wireless, para os professores.	01
25	Monitor de 17".	01

Fonte: IFRO – *Campus Cacoal*

3.10. Laboratórios Didáticos Especializados: Qualidade

Conforme poderá ser observado na avaliação in loco, os laboratórios didáticos especializados apresentam excelente qualidade. Foram todos equipados com os melhores materiais como se pode verificar no item que apresenta a infraestrutura e o rol de equipamentos que os compõe.

Para além de construir e fazer funcionar, o IFRO se preocupa em manter atualizados e conservados os espaços físicos e os equipamentos de todos os seus laboratórios.

Os laboratórios possuem espaço físico amplo, bancadas adequadas e em número suficiente para o desenvolvimento das atividades docentes. A iluminação natural e a artificial favorecem o desenvolvimento de atividades a qualquer hora do dia. E em todos os espaços possuem as placas de aviso e materiais de segurança como chuveiros, extintores, entre outros.

Os Laboratórios didáticos especializados são, essencialmente, ambientes de aprendizagem, providos de diversos tipos de materiais, devidamente organizados e facilmente acessíveis para serem utilizados pelos servidores e alunos do *Campus Cacoal*. Porém, faz-se necessário seguir as orientações do Regulamento Geral para Uso dos Laboratórios vigente no *campus*, visando manter a qualidade e funcionalidade dos equipamentos.

3.11. Laboratórios Didáticos Especializados: Serviços

Os laboratórios do IFRO são criados para atender, em serviços, a comunidade interna, mas também poderão, de acordo com a disponibilidade, atender a comunidade externa.

Os laboratórios de informática servem a todos os professores em suas aulas, mas também, nos horários em que não há aulas, servem-se aos alunos para pesquisa e para a elaboração de trabalhos acadêmicos.

Todos os laboratórios possuem técnicos que se revezam na manutenção e nos cuidados para que o espaço esteja sempre pronto e devidamente arrumado para as aulas e para a execução dos projetos de pesquisa e de extensão orientados pelo corpo docente.

No sentido de garantir os serviços nos laboratórios didáticos especializados, é condição primordial que a IES mantenha a existência de um técnico responsável pela manutenção, atendimento à comunidade e assessoramento aos docentes no decorrer de suas aulas práticas, em todos os turnos.

Os laboratórios deverão ser ocupados, prioritariamente, com aulas práticas, além de outras atividades laboratoriais, como iniciação científica, trabalhos de conclusão de curso e práticas profissionais.

Apenas professores e alunos do *Campus* Cacoal e convidados, devidamente identificados, terão acesso aos laboratórios didáticos especializados. Os Laboratórios poderão ser utilizados por outras empresas ou instituições através da formação de Convênios e/ou Termos de Cooperação Técnica, que deverão ser solicitados mediante:

I. Submissão de projeto ou planejamento das atividades, acompanhado de cronograma e horário, a análise e aprovação da Direção-Geral do *Campus*, Conselho ou Colegiados competentes.

II. Apresentação de Termo de Cooperação Técnica ou Convênio encaminhado à Direção-Geral do *Campus*, formalizando a associação e identificando as responsabilidades de cada parte.

O acesso e a permanência aos laboratórios ficam condicionados ao recebimento de instruções de segurança e acompanhamento do técnico do laboratório ou docente autorizado que esteja desenvolvendo atividades de pesquisa e/ou ensino naquele laboratório, para maiores detalhes deve-se consultar as

orientações previstas no Regulamento Geral para Uso dos Laboratórios vigente do *Campus Cacoal*.

3.12 Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

Desde janeiro de 2012, a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa implantou um novo sistema CEP-CONEP denominado Plataforma Brasil (PLATBR), criada para substituir o Sistema Nacional de Informação sobre Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos (SISNEP). O IFRO, em observância às normativas nacionais e institucionais em seu regulamento que normatiza a pesquisa ao público institucional, determina que deve ser submetido à apreciação do Comitê de Ética todo e qualquer projeto que seja relativo a seres humanos (direta ou indiretamente), conforme definido na resolução CNS 466/12, inclusive os projetos com dados secundários, pesquisas sociológicas, antropológicas e epidemiológicas.

DIMENSÃO 4. DOS REQUISITOS LEGAIS

4.1. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso

Sua elaboração está amparada nos seguintes aspectos legais: Lei no. 9394 de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Resolução CNE/CES Nº 492 de 03 de abril de 2001 - Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Geografia; Resolução Nº 2 de 01 de julho de 2015 – Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada;

Segundo as Diretrizes Curriculares para o curso de Geografia, a geografia, em seu processo de desenvolvimento histórico como área do conhecimento, veio consolidando teoricamente sua posição como uma ciência que busca conhecer e explicar as múltiplas interações entre a sociedade e a natureza. Isso significa dizer que possui um conjunto muito amplo de interfaces com outras áreas do conhecimento científico. Assim, coloca-se a necessidade de buscar compreender essa realidade espacial, natural e humana, não de uma forma fragmentada, mas como uma totalidade dinâmica.

A geografia vem evoluindo, nas últimas décadas, tanto pela introdução e aprofundamento de metodologias e tecnologias de representação do espaço

(geoprocessamento e sistemas geográficos de informação, cartografia automatizada, sensoriamento remoto etc.) quanto no que concerne ao seu acervo teórico e metodológico em nível de pesquisa básica (campos novos ou renovados como geo-ecologia, teoria das redes geográficas, geografia cultural, geografia econômica, geografia política e recursos naturais, etc.), quanto em nível de pesquisa aplicada (planejamento e gestão ambiental, urbana e rural).

Assim sendo, devemos admitir que essas transformações no campo dos conhecimentos geográficos vêm colocando desafios para a formação não apenas do geógrafo-pesquisador (técnico e planejador) como também para o geógrafo-professor do ensino fundamental, médio e superior.

A atual dinâmica das transformações pelas quais o mundo passa, com as novas tecnologias, com os novos recortes de espaço e tempo, com a predominância do instantâneo e do simultâneo, com as complexas interações entre as esferas do local e do global afetando profundamente o cotidiano das pessoas, exige que a Geografia procure caminhos teóricos e metodológicos capazes de interpretar e explicar esta realidade dinâmica.

Dessa forma, os Departamentos ou Colegiados de Curso de Geografia, enquanto instâncias responsáveis pelo dinamismo e implementação das mudanças que se façam necessárias no currículo, não podem desconhecer novas possibilidades abertas pela LDB na perspectiva de flexibilização das estruturas curriculares, transformando conteúdos e técnicas em percursos possíveis para a formação do pesquisador e profissional em Geografia. Devem buscar, então, caminhos para superar a “cultura da cartilha” e para assumir a liberdade da crítica e da criação, como uma área do conhecimento que tem seu objeto específico, sem abrir mão do rigor científico e metodológico.

Esses são pressupostos que norteiam a atual proposta das *Diretrizes Curriculares* para o curso de Geografia.

O Curso de Licenciatura em Geografia do IFRO, atende as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, resultado de discussões e estudos a partir da **RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015** que trouxe novas orientações para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação

pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

Nessa proposta, em atendimento às novas diretrizes curriculares, organizou-se o eixo formativo do licenciando garantindo-lhes:

► Formação articulada entre teoria e prática respeitando a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; o respeito à liberdade e o apreço à tolerância; a valorização do profissional da educação; a gestão democrática do ensino público; a garantia de um padrão de qualidade; a valorização da experiência extraescolar; a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; o respeito e a valorização da diversidade étnico-racial;

► Articulação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada, em Nível Superior, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica afim de garantir sólida formação teórica e interdisciplinar estimulando o trabalho coletivo e interdisciplinar com vistas ao compromisso social e valorização do profissional da educação;

► Articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão como princípio pedagógico essencial ao exercício e aprimoramento do profissional do magistério e da prática educativa;

► A docência como ação educativa e como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem entre conhecimentos científicos e culturais, nos valores éticos, políticos e estéticos inerentes ao ensinar e aprender, na socialização e construção de conhecimentos, no diálogo constante entre diferentes visões de mundo;

► A educação em e para os direitos humanos enquanto um direito fundamental constituindo uma parte do direito à educação e, também, uma mediação para efetivar o conjunto dos direitos humanos reconhecidos pelo Estado brasileiro em seu ordenamento jurídico e pelos países que lutam pelo fortalecimento da democracia;

4.2. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica visa a atualização das políticas educacionais que consubstanciem o direito de todo brasileiro à formação humana e cidadã e à formação profissional, na vivência e convivência em ambiente educativo. Têm estas Diretrizes por objetivos:

I – sistematizar os princípios e diretrizes gerais da Educação Básica contidos na Constituição, na LDB e demais dispositivos legais, traduzindo-os em orientações que contribuam para assegurar a formação básica comum nacional, tendo como foco os sujeitos que dão vida ao currículo e à escola; 8

II – estimular a reflexão crítica e propositiva que deve subsidiar a formulação, execução e avaliação do projeto político-pedagógico da escola de Educação Básica;

III – orientar os cursos de formação inicial e continuada de profissionais – docentes, técnicos, funcionários – da Educação Básica, os sistemas educativos dos diferentes entes federados e as escolas que os integram, indistintamente da rede a que pertencam. (BRASIL, 2013)

Diante desses objetivos e do que está posto nas Diretrizes, este curso propõe a formação de profissionais qualificados e cientes de sua importância como agentes de transformação da sociedade, atendendo as diretrizes quando da importância dessa disciplina no componente curricular da educação básica.

4.3. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia em seu Plano de Desenvolvimento Institucional, no título que trata das políticas de ensino para o ensino técnico de nível médio e de graduação faz menção às Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme o disposto no Parecer CNE/CP nº 8/2012, que originou a Resolução CP/CNE n.1 de 30/05/2012 e também às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana e indígena, conforme o disposto na Lei nº 11.645 de 10/03/2008, na Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004 e na Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003.

Os conteúdos programáticos a que se refere as leis supracitadas inclui diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas

contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil, esses fundamentos são trabalhados em disciplinas própria da área e de forma transversal nas ementas das disciplinas de Antropologia a Sociedade e Cultura.

4.4. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos

Em 1948, a Organização das Nações Unidas editou e apresentou ao mundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos a fim de garantir que todos os seres humanos pudessem “invocar os direitos e as liberdades proclamados [...], sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação”.

A partir de então, foi desencadeado um processo de mudança no comportamento dos indivíduos e dos grupos sociais em todo o planeta. Diversos outros instrumentos, cartas, tratados, pactos foram criados a fim de dar garantia e de ampliar as já existentes nos diversos países em redor do mundo.

No Brasil, os direitos humanos estão garantidos na Constituição Federal (1988), em seu artigo 5º, parágrafos 2º e 3º, nos quais está consignado que:

§ 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

Além de recepcionar a legislação e os tratados internacionais sobre direitos humanos, no *caput* do artigo 5º da Constituição Federal (1988) está escrito que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]”.

A legislação brasileira é perfeita no que se refere ao oferecimento de garantias individuais e coletivas; no entanto, a prática não imita a teoria, visto que as denominadas minorias sociais vivem marginalizadas em face de uma exclusão que, a cada dia, torna-se mais e mais evidente.

Visando minorar os diversos atentados contra os direitos individuais e coletivos e alavancar políticas que avancem rumo a um futuro de igualdade e de respeito a dignidade da pessoa humana, a Secretaria Especial dos Direitos

Humanos da Presidência da República; o Ministério da Educação; o Ministério da Justiça e a UNESCO, por meio do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, instituíram o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) com os objetivos gerais de:

a) destacar o papel estratégico da educação em direitos humanos para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito; b) enfatizar o papel dos direitos humanos na construção de uma sociedade justa, equitativa e democrática; c) encorajar o desenvolvimento de ações de educação em direitos humanos pelo poder público e a sociedade civil por meio de ações conjuntas; d) contribuir para a efetivação dos compromissos internacionais e nacionais com a educação em direitos humanos; e) estimular a cooperação nacional e internacional na implementação de ações de educação em direitos humanos; f) propor a transversalidade da educação em direitos humanos nas políticas públicas, estimulando o desenvolvimento institucional e interinstitucional das ações previstas no PNEDH nos mais diversos setores (educação, saúde, comunicação, cultura, segurança e justiça, esporte e lazer, dentre outros); g) avançar nas ações e propostas do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) no que se refere às questões da educação em direitos humanos; h) orientar políticas educacionais direcionadas para a constituição de uma cultura de direitos humanos; i) estabelecer objetivos, diretrizes e linhas de ações para a elaboração de programas e projetos na área da educação em direitos humanos; j) estimular a reflexão, o estudo e a pesquisa voltados para a educação em direitos humanos; k) incentivar a criação e o fortalecimento de instituições e organizações nacionais, estaduais e municipais na perspectiva da educação em direitos humanos; l) balizar a elaboração, implementação, monitoramento, avaliação e atualização dos Planos de Educação em Direitos Humanos dos estados e municípios; m) incentivar formas de acesso às ações de educação em direitos humanos a pessoas com deficiência (BRASIL, 2007)

Embora não haja uma política esboçada num plano ou programa específico para tratar dos direitos humanos, é certo que o tema vem se tornando, a cada dia, mais e mais frequente nas discussões dos comitês, conselhos e comissões constituídas para pensar o futuro do IFRO. Os direitos humanos já figuram como disciplinas obrigatórias, como optativas e também como conteúdos de disciplinas que tratam de questões humanas e sociais nos cursos da educação básica, técnica, tecnológica e superior do Instituto Federal de Educação de Rondônia, o qual pretende, nos anos vindouros, ampliar as discussões em nível de poder contribuir, sobremaneira, com a formação humanista da sociedade na qual está inserido e atua como agente de transformação social.

4.5. Proteção dos Direitos da Pessoa com Necessidades Específicas

O *Campus Cacoal* está em fase de expansão da estrutura física de acordo com o projeto da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, no entanto, garantir que todos tenham acesso e condições de permanência em nossa instituição

é uma das políticas institucionais e o *Campus* continuará com investimentos de infraestrutura, de pessoal entre outros para garantir o atendimento de uma demanda que será crescente e a superação das barreiras é um dos nossos grandes desafios, não só as arquitetônicas mas também as atitudinais e pedagógicas.

Destaca-se ainda que o *Campus* está se adaptando para proporcionar condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas com deficiência, Espectro Autista, necessidades específicas ou de mobilidade reduzida, inclusive adaptação de sala de aula, biblioteca, auditórios, instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer, estacionamentos e sanitários; em conformidade à Lei Federal 10.098/2000 e a Portaria MEC 1.679/1999.

Sabe-se que, historicamente, as pessoas especiais ou com alguma deficiência têm sido alvo de discriminação e preconceito em todos os aspectos da vida comunitária. Nos últimos trinta anos, porém, tem-se observado uma mudança substancial em uma longa trajetória que tem episódios que vão desde o aniquilamento e isolamento em instituições específicas - muitas vezes tidas como “depósitos” - até a conquista de direitos assegurados em documentos oficiais em âmbito nacional e internacional. Segundo o IBGE, Censo 2000, no Brasil existem 24,6 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência ou incapacidade, o que representa 14,5% da população brasileira.

Um marco significativo que demonstra o avanço das conquistas dos movimentos de surdos, por exemplo, está mencionado no Decreto Lei nº 5.626, de 22 de Dezembro de 2005, que regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, dispondo sobre a Língua Brasileira de Sinais — Libras. Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012) e as condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, (CF/88, Art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei Nº 10.098/2000, nos Decretos Nº 5.296/2004, Nº 6.949/2009, Nº 7.611/2011 e na Portaria Nº 3.284/2003).

A construção de novos sentidos para o trabalho de educação no campo da diferença se dá a partir do momento em que a educação possa ser compreendida como um processo amplo, de gestão participativa e comprometida com as múltiplas necessidades e possibilidades inerentes ao campo da inclusão.

Nesse sentido procuramos em nosso Projeto Pedagógico do Curso garantir ações que garantam o que exige a legislação, sendo assim, os alunos que se encontrarem com alguma desigualdade social que implique em uma dificuldade extraordinária para a sua permanência no curso, poderão contar com o serviço de apoio do **Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas — NAPNE**. Dentre as principais atividades previstas, podem ser citadas a oferta de instrumentos especiais para pessoas com deficiência física (órteses, próteses, equipamentos para a superação de baixa visão ou baixa audição), o desenvolvimento de ações para a superação de barreiras arquitetônicas, atitudinais e pedagógicas, a criação e aplicação de estratégias para a garantia da educação inclusiva e a articulação com órgãos públicos, empresas privadas, grupos comunitários, organizações não governamentais e outros grupos ou pessoas que possam atuar em favor da inclusão.

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE) tem como atribuição desenvolver, acompanhar, avaliar e implementar ações com a finalidade de promover o desenvolvimento do estudante, minimizar a exclusão social e facilitar o acesso das pessoas com necessidades educacionais especiais ao mundo do trabalho através do preparo e qualificação, objetivando o favorecimento pleno da cidadania.

O núcleo conta com:

- ▶ Uma equipe formada por profissionais com adequada especialização (psicólogo, assistente social, intérprete em Libras e outros), que adotará medidas que atender as necessidades educacionais do aluno com deficiência;
- ▶ Adaptação pedagógica de materiais como apoio necessário à aprendizagem, conforme a característica da deficiência.

No entanto, na expectativa de garantir condições de acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia *Campus* Cacoal, prima pelo cumprimento legal de possibilitar condições de acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, (CF/88, Art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei N° 10.098/2000, nos Decretos N° 5.296/2004, N° 6.949/2009, N° 7.611/2011 e na Portaria N° 3.284/2003) adotando medidas que permitem a acessibilidade às suas

dependências pela comunidade acadêmica e favorecem a inclusão social, conforme descrito a seguir:

- ▶ Instalação de corrimão em todos os acessos de escadas;
- ▶ Sanitários em todos os blocos, para portadores de necessidades especiais, com equipamentos e acessórios de acordo com a norma NBR 9050/ABNT. ;
- ▶ Instalação de antiderrapante emborrachado em todas as escadas e rampas em cerâmica;
- ▶ Rampas e corredores largos, facilitando a locomoção e acesso aos vários ambientes;
- ▶ Instalação de elevador ligando o pavimento térreo ao pavimento superior;
- ▶ Instalação de câmaras de segurança nas dependências da instituição;
- ▶ Profissionais na guarita e no hall de entrada para auxílio quando necessário;
- ▶ Estacionamento e/ou acesso adequado e reservado, próximo às edificações, para portadores de necessidades específicas.
- ▶ Locais de reunião com espaços reservados, facilitando a acessibilidade.

4.5.1. Para garantir a proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012)

No que diz respeito a proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012) o NAPNE desenvolverá ações junto ao corpo docente no sentido de orientar, acompanhar e sugerir um planejamento diferenciado buscando garantir a inserção do "aluno com necessidades especiais", para tanto algumas ações serão desenvolvidas:

- ▶ orientação ao corpo docente e discente quanto a acolhida e o apoio necessário para a permanência da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
- ▶ Apoio ao docente no trabalho com o acadêmico com Transtorno do Espectro Autista;
- ▶ Auxílio e orientação no planejamento docente quando necessário;
- ▶ Acompanhamento do acadêmico com Transtorno do Espectro Autista;
- ▶ Esclarecer aos discentes, docentes, colaboradores e funcionários em geral o que é o Transtorno Espectro Autista, suas especificidades e procedimentos a serem adotados;

► Atendimento aos familiares e ou responsáveis pelo acadêmico com Transtorno Espectro Autista;

4.6. Acessibilidade para Pessoas Com Deficiência Física

O *Campus* Cacoal do IFRO está se adaptando para proporcionar condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas com necessidades específicas ou com mobilidade reduzida, inclusive adaptação de sala de aula, biblioteca, auditórios, ginásios e instalações desportivas e laboratórios, áreas de lazer, estacionamentos e sanitários.

Em atendimento à Lei Federal n.º 10.098/2000 e ao Decreto 5.296/2004, o *Campus* Cacoal possui:

- a) Estacionamento e/ou acesso adequado e reservado, próximo às edificações, para portadores de necessidades especiais;
- b) Em toda edificação, com mais de um pavimento, existirá acesso facilitado por rampa, calçada rebaixada e/ou elevador;
- c) Sanitários em todos os pavimentos, para pessoas com deficiência, com equipamentos e acessórios;
- d) Largos corredores, facilitando a locomoção e acesso aos vários ambientes;
- e) Locais de reunião com espaços reservados, facilitando a acessibilidade.

Deverá ser cumprido o estabelecido na NBR 9050 (ABNT, 2004) e legislações aplicáveis.

4.6.1. Acessibilidade Para Alunos Com Deficiência Visual

O *Campus* Cacoal está se adaptando para adquirir equipamentos que favoreçam a acessibilidade para alunos com deficiência visual, a fim de facilitar o ensino e aprendizagem a todos os alunos.

4.6.2. Acessibilidade Para Alunos Com Deficiência Auditiva

Historicamente, as pessoas com necessidades educacionais especiais têm sido alvo de discriminação e preconceito em todos os aspectos da vida comunitária. Nos últimos trinta anos, porém, tem-se observado uma mudança substancial em uma longa trajetória que tem episódios que vão desde o aniquilamento e isolamento

em instituições específicas - muitas vezes tidas como “depósitos” - até a conquista de direitos assegurados em documentos oficiais em âmbito nacional e internacional. Segundo o IBGE, Censo 2000, no Brasil existem 24,6 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência ou incapacidade, o que representa 14,5% da população brasileira.

Um marco significativo que demonstra o avanço das conquistas dos movimentos de surdos, por exemplo, está mencionado no Decreto Lei nº 5.626, de 22 de Dezembro de 2005, que regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, dispondo sobre a Língua Brasileira de Sinais — Libras.

A construção de novos sentidos para o trabalho de educação no campo da diferença se dá a partir do momento em que a educação possa ser compreendida como um processo amplo, de gestão participativa e comprometida com as múltiplas necessidades e possibilidades inerentes ao campo da inclusão.

O *Campus Cacoal* tem condições para adquirir equipamentos que favoreçam a acessibilidade para alunos com deficiência auditiva. Hoje o IFRO pode contratar intérpretes de língua de sinais/língua portuguesa; flexibiliza a correção dos instrumentos de avaliações, valorizando o conteúdo semântico; possui materiais de informativos e formativos para o trabalho com os diferentes sujeitos em seu âmbito.

4.7. Do oferecimento da Disciplina de Libras

Compreendendo que todo e qualquer profissional terá que lidar, em algum momento de sua vida, respeitosamente, com as pessoas surdas, o Instituto Federal de Educação de Rondônia entende que deve, com fundamento no disposto no Decreto da Presidência de República nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, no seu artigo 3º e parágrafos, em suas licenciaturas, oferecer Língua Brasileira de Sinais como disciplina obrigatória e como optativa nos demais cursos.

Em especial, o Núcleo Docente Estruturante entende que este curso deve oferecer Língua Brasileira de Sinais, como optativa, visto que o egresso em Licenciatura em Geografia terá um perfil diversificado que, certamente, o colocará de frente com todos e quaisquer sujeitos que necessitem de seus préstimos e conhecimentos.

E estando o egresso de Licenciatura em Geografia, frente a frente, com alguém que exija tratamento diferenciado em função de sua necessidade específica, saberá ele lidar de forma competente e hábil usando o necessário de sinais para estabelecer uma comunicação que seja eficiente e que atenda os anseio de seu aluno.

4.8. Titulação do Corpo Docente

Com fundamento no art. 66, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996, “a preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado”.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia tem levado muito a sério a formação continuada no sentido de preparar seus docentes para o exercício da docência superior. Para alcançar essa meta, o IFRO vem estabelecendo parcerias com IES de todo o país com a finalidade de proporcionar oportunidades aos docentes em estarem cursando mestrados e doutorados em todas as áreas do conhecimento. Além dessa ação, o Instituto trabalha com a política de afastamento para os professores matriculados em programa *stricto sensu* regulares conceituados pela CAPES. Dessa forma, a política de formação continuada se torna democrática e idealística.

4.9. Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante é responsável por elaborar o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia do IFRO *Campus* Cacoal, além de supervisionar, acompanhar e consolidar a implementação do Curso.

O NDE é composto pela equipe de professores e pela Direção-Geral do *Campus*. Suas competências estão definidas no Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos de Graduação. Possui regulamento próprio aprovado pelo Colegiado do Curso, onde disciplina as atribuições e funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Licenciatura em Geografia do IFRO *Campus* Cacoal.

O NDE é o órgão consultivo, formado por um conjunto de professores com a mais elevada formação e titulação, designados pelo Colegiado de Curso e que têm

responsabilidade com a implantação e implementação do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia.

4.10. Tempo de integralização

O tempo de integralização do curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, *Campus Cacoal* está em conformidade com a Resolução CNE N° 2, de 1° de julho de 2015 (Formação inicial em nível superior - cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura - e formação continuada.). Observando a carga horária destinada à integralização em suas vertentes, sendo no mínimo 3.200 horas de efetivo trabalho acadêmico com o mínimo de 4 e máximo de 8 anos para integralização.

A disposição da carga horária das disciplinas do Curso de Licenciatura em Geografia está em conformidade com os requisitos nacionais para o funcionamento das licenciaturas, ou seja, 3347 horas distribuídas em 4 anos disposto em 8 períodos letivos, respeitando o quantitativo mínimo de carga horária, a carga horária do curso está disposta em 3 núcleos;

- 1) Núcleo de estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional;
- 2) Núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos;
- 3) Núcleo de estudos integradores.

Apesar dessa separação, os componentes de acordo com a Resolução CNE nº 02/2015 vislumbra uma organização de forma sequencial, progressiva e dialógica.

Na dimensão dos componentes de estudos de formação geral das áreas específicas e interdisciplinares e do campo educacional, as disciplinas e conteúdos a serem trabalhados deverão compor o alicerce acadêmico do aluno ingressante, preparando-o para o contato com os conceitos mais profundos e de preparação profissional, humanística e complementar; além de fornecer os alicerces pedagógicos para a prática docente e humanizar a relação professor-aluno.

Na dimensão dos componentes de formação Núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos, as disciplinas e os conteúdos darão o tom acadêmico de

um curso, cuja meta principal, é a formação tecnológica e a preparação do futuro egresso para um mercado de trabalho que urge por profissionais capacitados em tecnologia de ponta.

Na dimensão dos componentes de estudo integradores, as disciplinas e conteúdos ministrados deverão compor conhecimentos alicerçados na dimensão de formação básica a fim de ampliar e de aprofundar a base científica e os fundamentos acadêmicos do aluno. O aluno terá no Estágio Curricular Supervisionado sua vitrine e caminho para o futuro mercado de trabalho e no Trabalho de Conclusão de Curso, esse mesmo discente terá o suporte necessário que o tornará hábil para a confecção de produtos.

4.11 Carga Horária Mínima, em horas – para licenciaturas

Conforme a Resolução CNE/CP nº 02, de 01 de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, estabelece a obrigatoriedade de cargas horárias mínimas assim distribuídas e dimensionadas:

§ 1º Os cursos de que trata o caput terão, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, em cursos com duração de, no mínimo, 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos, compreendendo:

I – 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo;

II – 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição;

III – pelo menos 2.200 (duas mil e duzentas) horas dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do artigo 12 desta Resolução, conforme o projeto de curso da instituição;

IV – 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, conforme núcleo definido no inciso III do artigo 12 desta Resolução, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, consoante o projeto de curso da instituição (RESOLUÇÃO CNE/CP nº 2/2015).

4.10. Informações Acadêmicas

As informações acadêmicas são parte da relação de uma instituição de ensino com a comunidade a que ela atende. Em conformidade com a Portaria Normativa Nº 40 de 12/12/2007, no seu artigo 32, a IES precisa lançar mão de todos os instrumentos de comunicação que dispõe para manter a comunidade acadêmica

informada de todas as suas ações, especialmente, aquelas que sejam de total interesse de professores e alunos.

No IFRO, as informações acadêmicas são propagadas por intermédio de meios eletrônicos e virtuais, sem, no entanto, desprezar aqueles convencionais, a exemplo dos murais internos e dos comunicados impressos entregues aos discentes.

O IFRO construiu e mantém o SIGA-Edu como seu principal portal de informação acadêmica. Nele são registrados os conteúdos ministrados, a frequência e as notas atribuídas aos alunos. O discente tem acesso ao sistema para registro por meio do Portal do Professor, o aluno, por sua vez, tem acesso a essas informações pelo Portal do aluno, recentemente implantado.

Além do SIGA-Edu, o IFRO mantém atualizadas as informações acadêmicas em seu site www.ifro.edu.br a fim de atender ao que preconiza a Lei nº 13.168, de 6 de outubro de 2015.

4.11. Políticas de Educação Ambiental

A política de Educação Ambiental no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia visa construir valores sociais, atitudinais e competências para a utilização sustentável do meio ambiente.

Além do oferecimento de disciplinas que tratam do tema e de conteúdos, oferecidos de modo transversal, nas demais disciplinas de formação geral, será estimulada a implantação de projetos e de programas relacionados ao tema a fim de consolidar uma política ambiental que seja capaz de resgatar os mais puros valores relacionados à preservação e ao uso responsável da terra, das matas, do ar, das águas e de tudo o que se deriva deles.

De igual modo, serão estabelecidas parcerias com órgãos ambientais de natureza pública e privada para o desenvolvimento de políticas de preservação e conservação de rios, florestas e de outros ambientes naturais na região de abrangência do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO).

Como norte para a sua política de educação ambiental interna, o IFRO servirá de tudo o quanto está preconizado no Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) e evoca em especial as cinco diretrizes:

- a) Transversalidade e Interdisciplinaridade.
- b) Descentralização Espacial e Institucional.
- c) Sustentabilidade Socioambiental.
- d) Democracia e Participação Social.
- e) Aperfeiçoamento e Fortalecimento dos Sistemas de Ensino, Meio Ambiente e outros que tenham interface com a educação ambiental.

4.12. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em Nível Superior, Curso de Licenciatura, de Graduação Plena

Em atendimento a legislação vigente e observando as normas específicas definidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), desenhou-se um projeto pedagógico respeitando as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica tendo como foco a articulação entre o IFRO (Licenciatura em Geografia) e o sistema de educação básica em apoio à formação docente em regime de colaboração, com vistas a garantir: sólida formação teórica e interdisciplinar dos profissionais; a inserção dos estudantes de licenciatura nas instituições de educação básica da rede pública de ensino; a ampliação e o aperfeiçoamento do uso da Língua Portuguesa e da capacidade comunicativa, oral e escrita, como elementos fundamentais da formação dos professores, e da aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais (Libras); formação referente as questões socioambientais, éticas, estéticas e relativas à diversidade etnorracial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade.

DIMENSÃO 5. TEMAS GERAIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

5.1. Infraestrutura do *Campus*

O *Campus* está em processo de expansão de sua infraestrutura, com garantia dos ambientes e recursos para a realização do curso. Os setores de atendimento possuem equipamentos e mobiliários adequados, além de pessoal de apoio para a manutenção e organização dos espaços e instrumentos de trabalho.

A infraestrutura física compreende laboratórios, salas de aula, auditórios, quadras esportivas e diversos outros espaços formadores, nos quais são utilizados

recursos materiais atualizados e adequados à formação específica. Os investimentos em recursos de hiperfidelidade, por exemplo, têm favorecido à melhoria das expectativas quanto à operacionalidade dos planos de ensino.

Quadro 30 - Estrutura física do *Campus Cacoal* disponível para o curso de Licenciatura em Geografia

Dependências	Quantidade	Total em M ²
Sala de aula	17	952
Sala de professores – convivência	1	56
Sala para professores - gabinete	1	28
Auditório	1	320,5
Sala de desenhos técnicos	1	56
Laboratório de informática	2	118
Laboratório de Solos	1	76
Laboratório de Biologia	1	56
Laboratório de Matemática e Física	1	76
Laboratório de Química	1	76
Laboratório de Topografia	1	56
Direção de Ensino	1	28
Departamento de Ensino	1	58,2
Núcleo Pedagógico	1	36
Coordenação de Assistência ao Educando	1	56
Departamento de Pesquisa e Pós-Graduação	1	56
Coordenações	6	116
Subtotal		2.270,7 m²
Unidades Experimentais de Ensino, Pesquisa e Extensão (UEPE's)		
UEPE 01- Olericultura	1	8877
UEPE 02 – Culturas Anuais	1	16268
UEPE 03 – Culturas Perenes	1	110234
UEPE 04 - Pecuária	1	102466
Subtotal		237.845
TOTAL GERAL		240.065,7 m²

Fonte: IFRO – *Campus Cacoal*

5.1.1. Infraestrutura de Segurança

A instalação do *campus* foi projetada para atender as normas do Código de Segurança e Proteção contra Incêndio – CBM/RO, por meio da instalação dos seguintes sistemas:

- Extintores CO₂ nos corredores e laboratórios;
- Parapeito no mezanino/saguão;
- Saída de emergência;
- Luminárias de emergência;
- Corrimão na escada e rampa;
- Sinalizações;
- Parte elétrica: Subestação e quadros de distribuição compatíveis com as cargas.

5.1.2. Área de Convivência

O IFRO conta com áreas de convivência, saguões e mezaninos que servem para o lazer, descanso e também para as relações interpessoais de alunos e servidores.

Nesses espaços de convivência amplos, arejados e confortáveis são contemplados os serviços de alimentação, lazer, reprografia e outros.

5.1.3. Biblioteca

A estrutura definitiva do *campus* prevê uma biblioteca com cabines para estudos individuais, salas de estudo em grupo, sala de multi meios e área para consulta online ao sistema, além de um amplo salão de estudos. Contendo referências bibliográficas imprescindíveis a sua formação. Entende-se que o conhecimento construído ao longo dos tempos, especialmente sistematizados em livros e outras formas de divulgação, deve ser objeto de estudo e ficar disponibilizado aos alunos, para a fundamentação teórica de suas atividades estudantis e profissionais. Por isso, salienta-se a importância a ser dada à Biblioteca, que conta ainda com acervo virtual de consulta e sistemas de acesso a este acervo.

A biblioteca opera com um sistema informatizado, possibilitando fácil acesso ao acervo (Gnuteca). O sistema informatizado propicia a reserva de exemplares cuja política de empréstimos prevê um prazo máximo de 7 (sete) dias para o aluno e 14 (catorze) dias para os professores, além de manter pelo menos 1 (um) volume para consultas na própria Instituição. O acervo está dividido por áreas de conhecimento, facilitando, assim, a procura por títulos específicos, com exemplares de livros e periódicos contemplando todas as áreas de abrangência do curso.

A cada dois anos o acervo será analisado utilizando a técnica do inventário para, de acordo com a Política de Desenvolvimento de Coleções, ser atualizado, assegurando um crescimento consciente da coleção. A Política envolve regras para a seleção positiva (incorporação de novos itens ao acervo) e a seleção negativa (retirada de itens que estão desatualizados, que não são mais pertinentes à Instituição).

Ao final de cada ano os professores realizam uma listagem com títulos relacionados às suas respectivas disciplinas. Essa listagem, acompanhada da lista

de perdas, é enviada ao setor de licitação do *Campus*, que ficará responsável pela compra dos livros, respeitando o número mínimo necessário às bibliografias básicas.

5.1.3.1. Espaço Físico da Biblioteca

O espaço da biblioteca é dedicado a estudos de alunos, professores e demais pessoas da comunidade, seja em grupo ou individualmente. Há espaços para reuniões e orientações. São previstas consultas a bases de dados digitais e outros serviços, como solicitação de artigos.

Quadro 31 - Número de obras por aluno disponíveis na biblioteca.

Item	Quantidade total	Quantidade por aluno
Títulos existentes	2.889	4,1
Títulos encomendados	384	2,8
Títulos programados	1.200	-
Volumes existentes	6.341	9,8
Volumes encomendados	2.860	12,3
Volumes programados	750	-

Fonte: IFRO – *Campus* Cacoal

5.1.3.2. Serviços Oferecidos na Biblioteca

A biblioteca contribui para o desenvolvimento das atividades estudantis e apoio ao ensino, pesquisa e extensão. Os serviços oferecidos pela biblioteca são: consulta ao acervo pelo sistema via online, empréstimos, renovações e devoluções de livros, manuais, dvd's, cd's, livros áudios, cordéis e revistas. Além de orientação dos Treinamentos online do Portal de Periódicos da CAPES e elaboração de fichas catalográficas, sendo respeitadas as Normativas Internas.

5.1.3.3. Horário de Funcionamento da Biblioteca

A biblioteca atende ao público de segunda a sexta-feira, do período matutino ao noturno em horário ininterrupto. O espaço é aberto à comunidade, sendo os empréstimos domiciliares permitidos, somente, aos alunos e servidores do *Campus* Cacoal. Os horários de atendimento na biblioteca estão representados no Quadro 32.

Quadro 32 - Horários de funcionamento da biblioteca do IFRO – *Campus* Cacoal.

QUADRO DE HORÁRIOS							
Turno	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	Domingo
7:30 às 22:00	X	X	X	X	X	-	-

Fonte: IFRO – *Campus* Cacoal.

Quadro 33 - Recurso humanos disponíveis na biblioteca.

N.º	Nome	Formação	Capacitação	Função	RT
1	Fernanda de Oliveira Freitas Cavalcante	Biblioteconomia	Especialista em Biblioteconomia	Bibliotecária / Documentista	40
2	Gizele de Melo Viana	Biblioteconomia	Especialista em Biblioteconomia	Bibliotecária / Documentista	40
3	Priscila Daniele Doenha Moura	Ensino Médio	Cursando Bacharelado em Direito	Técnico Auxiliar de Biblioteca	40
4	Jucélia Alexandre Martins	Gestão Ambiental	-	Técnico Auxiliar de Biblioteca	40

Fonte: IFRO – *Campus* Cacoal.

5.1.4. Espaços para Eventos

A estrutura definitiva do *Campus* contará com instalações físicas que atendem às necessidades para realização de pequenos, médios e grandes eventos, tais como: auditório, miniauditórios, sala de conferências e outros espaços.

5.1.5. Instalações Sanitárias

As instalações sanitárias do *campus* foram construídas de acordo com as normas hidrossanitárias da concessionária local, composta de dois conjuntos sanitários masculinos e dois femininos.

Com área de 24 m², cada conjunto possui 4 divisórias com vasos sanitários, sendo uma planejada para atendimento às pessoas com necessidades especiais e uma bancada com lavatórios.

Todos os conjuntos têm piso cerâmico antiderrapante, revestimento total das paredes em azulejos, janelas com vidros temperados, portas em madeira. As divisórias e as bancadas são de pedra tipo granito.

5.2. Organização do Controle Acadêmico

A organização do controle acadêmico segue as normas regimentais estabelecidas nos documentos gerais do IFRO e também nos documentos internos de cada *campus*. O órgão central de desempenho das atividades acadêmico-administrativas é a Coordenação de Registros Acadêmicos, denominada tão somente de CRA. O controle da organização acadêmica dá-se por meio de sistema eletrônico denominado de SIGA-Edu.

O registro e o controle acadêmico de matrícula, trancamento, transferência e aproveitamento de estudos são de responsabilidade da Coordenação de Registros

Acadêmicos. As questões acadêmicas, expedição de atestados, históricos escolares, registro de diplomas, entre outras atividades também estão a cargo da Coordenação de Registros Acadêmicos (CRA). A verificação e o registro de frequência, notas, aprovação/reprovação são de responsabilidade do professor e o seu controle de responsabilidade da Diretoria de Ensino.

A CRA é o órgão de apoio ao qual compete centralizar todo o movimento acadêmico e administrativo de cada *campus* e é dirigida por um(a) coordenador(a), sob a orientação da Diretoria de Ensino.

O(A) coordenador(a) tem sob sua guarda e responsabilidade todos os livros e sistemas de escrituração escolar, arquivos, prontuários dos alunos e demais assentamentos em livros e sistemas de registros fixados pelo Regimento Geral, pelo Regulamento da Organização Acadêmica e pela legislação vigente.

À CRA compete:

- I - inscrever os candidatos à seleção e admissão;
- II - proceder à matrícula dos alunos;
- III - expedir documentação escolar geral;
- IV - expedir diplomas e certificados;
- V - organizar e manter atualizados arquivos e fichários;
- VI - manter o controle dos registros acadêmicos;
- VII - divulgar as diversas atividades do setor escolar;
- VIII - executar outros trabalhos que lhes sejam atribuídos pelo diretor de ensino;

Ao (à) coordenador(a) compete:

I - dirigir a CRA, observadas as normas regimentais, e as que lhe forem conferidas pelos órgãos e instâncias superiores;

II – Desenvolver todas as atividades que lhe for designada no Regimento Geral, nos Regulamentos da Organização Acadêmica e nos demais documentos e legislação vigente.

5.3. Setores de Apoio Pedagógico e Técnico-Administrativo

A seguir, indicamos os principais setores em que atua a equipe de apoio pedagógico e técnico-administrativo e os principais serviços oferecidos pela IES no desenvolvimento do ensino, da aprendizagem, da extensão e da pesquisa.

5.3.1. Diretoria de Ensino

Articula-se com a Direção Geral e com os demais setores de manutenção e apoio ao ensino para o desenvolvimento das políticas institucionais de educação. Delibera a respeito de programas, projetos e atividades de rotina, conforme competências descritas no Regimento Interno do *campus* e as instruções da Direção Geral; organiza, executa e distribui tarefas referentes ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão.

5.3.1.1. Coordenação de Apoio ao Ensino/ Departamento de Apoio ao Ensino

Desenvolve atividade de suporte à Diretoria de Ensino; presta apoio ou exerce atividade de orientação a professores e alunos, no que tange a elaboração, tramitação, organização, recebimento e expedição de documentos referentes ao ensino técnico e graduação; controla materiais e recursos didáticos disponibilizados aos docentes e acadêmicos deste nível de ensino; com auxílio de uma equipe de pedagogos e técnico em assuntos educacionais, atua junto ao ensino técnico nas modalidades ofertadas, para prestar apoio pedagógico aos alunos e professores.

5.3.1.2. Coordenação de Assistência ao Educando/ Departamento de Assistência ao Educando

Desenvolve atividade de suporte à Diretoria de Ensino e ao Departamento de Apoio ao Ensino; presta informações a todos de direito no que se refere às notas obtidas nas etapas; oferece orientação a alunos quanto a aproveitamento, frequência, relações de interação e outros princípios voltados para o bom desenvolvimento dos estudos. Tem ainda como serviços específicos:

5.3.1.2.1. Serviço Social

Presta assistência ao aluno em relação aos aspectos socioeconômicos, que envolvem: construção do perfil socioeconômico dos que ingressam no IFRO; levantamento de necessidades; elaboração de planos de apoio financeiro que envolvam, por exemplo, bolsa-trabalho e bolsa-monitoria; realização de outras

atividades de atendimento favorável à permanência do aluno no curso e ao seu bem-estar.

5.3.1.2.2. Serviço de Psicologia

Atenderá aos alunos em relação aos aspectos psicológicos, por meio de orientações, estudos de caso, diagnósticos e atendimentos de rotina.

5.3.1.3. Coordenação de Registros Acadêmicos

Vinculada à Diretoria de Ensino, é o setor que faz o recebimento, conferência, guarda, elaboração e expedição de documentos relativos à vida acadêmica no *campus*.

5.3.1.4. Coordenação de Biblioteca

Registra, organiza, cataloga, informa, distribui e recolhe livros e outras obras de leitura; interage com professores, alunos e demais agentes internos ou externos para o aproveitamento das obras da biblioteca no desenvolvimento do ensino e da aprendizagem e/ou da formação geral.

5.3.2. Departamento de Extensão

Orienta os agentes das comunidades interna e externa para o desenvolvimento de projetos de extensão, considerando a relevância dos projetos e a viabilidade financeira, pedagógica e instrumental do *campus*; participa de atividades de divulgação e aplicação dos projetos, sempre que oportuno e necessário; oferece orientação vocacional aos alunos.

Por meio da Coordenação de Integração entre Escola, Empresa e Comunidade, cumpre as atividades de rotina relativas a estágio (levantamento de vagas de estágio, credenciamento de empresas, encaminhamento ao mercado de trabalho, estabelecimento de relação quantitativa e qualitativa adequada entre alunos e docentes orientadores, etc.), desenvolve planos de intervenção para conquista do primeiro emprego, acompanha egressos por meio de projetos de integração permanente, constrói banco de dados de formandos e egressos, faz as diligências para visitas técnicas, dentre outras funções.

Em geral, o Departamento de Extensão apoia a administração, a Diretoria de Ensino e cada membro das comunidades interna e externa no desenvolvimento de projetos que favoreçam ao fomento do ensino e da aprendizagem. Usa como estratégia a projeção, a instrução, a logística, a intermediação e o *marketing*.

5.3.3. Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação

Atende às necessidades da Instituição de forma articulatória, relacionando a pesquisa e a inovação com as atividades de ensino; responde pela necessidade de informação, organização e direcionamento das atividades afins, atentando-se para as novas descobertas e o desenvolvimento de projetos de formação e aperfeiçoamento de pessoas e processos.

Por meio da Coordenação de Pesquisa e Inovação, trabalha com programas de fomento, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica — PIBIC Júnior e outros, e projetos específicos de desenvolvimento da pesquisa, desenvolvidos no âmbito interno ou não, envolvendo não apenas os alunos e professores, mas também a comunidade externa.

5.3.4. Coordenação de Tecnologia da Informação

É um setor que trabalha pela automação e desenvolvimento de sistemas nos mais diversos níveis e segmentos, envolvendo: Gestão da Rede Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) dos Institutos Federais; Observatório Nacional do Mundo do Trabalho; EPT Virtual; Portal Nacional de EPT; EPT Internacional; Acessibilidade Virtual; Controle Acadêmico (responsável pelo controle da documentação do aluno na instituição), dentre outros programas, sistemas e processos.

5.3.5. Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas

Os alunos, que se encontrarem com alguma desigualdade social que implique em uma dificuldade extraordinária para a sua permanência no curso, poderão contar com o serviço de apoio do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais — NAPNE. Dentre as principais atividades previstas, podem ser citadas a oferta de instrumentos especiais para pessoas com deficiência física (órteses, próteses, equipamentos para a superação de baixa visão ou baixa audição), o desenvolvimento de ações para a superação de barreiras arquitetônicas, atitudinais e pedagógicas, a criação e aplicação de estratégias para a garantia da educação inclusiva e a articulação com órgãos públicos, empresas privadas, grupos comunitários, organizações não governamentais e outros grupos ou pessoas que

possam atuar em favor da inclusão. Informações mais completas podem ser conferidas no projeto de implantação do Núcleo.

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE) tem como atribuição desenvolver, acompanhar, avaliar e implementar ações com a finalidade de promover o desenvolvimento do estudante, minimizar a exclusão social e facilitar o acesso das pessoas com necessidades educacionais especiais ao mundo do trabalho através do preparo e qualificação, objetivando o favorecimento pleno da cidadania. O núcleo conta com:

- Uma equipe formada por profissionais com adequada especialização (psicólogo, assistente social, intérprete em Libras e outros), que adotará medidas que atender as necessidades educacionais do aluno com deficiência;
- Adaptação pedagógica de materiais como apoio necessário à aprendizagem, conforme a característica da deficiência.

5.4. Políticas Especiais do IFRO

5.4.1. Políticas de Educação Inclusiva

A sociedade é formada por indivíduos diferentes, e aqueles que estão fora do padrão da maioria, geralmente, são marginalizados, estereotipados e/ou relegados ao que, modernamente, são chamados de grupos de minorias. Segundo Santos e Paulino (2008, p. 70):

historicamente, a dialética exclusiva/inclusiva vem galgando caminhos tortuosos e modificando-se de acordo com a sua época. Desta maneira, pode-se constatar a formação de diversos grupos de excluídos que se modificam a cada dia e compõem uma série de movimentos em favor dos direitos sociais e de participação, buscando minimizar as exclusões que podem ser percebidos nitidamente em muitas situações, de forma velada em outras e muitas vezes até mesmo mascaradas.

Procurando se adequar à modernidade inclusiva e a esse novo mundo de diversidades que se organizam em grupos de minorias excluídas; o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), com o propósito de tratar os iguais com igualdade e os desiguais com desigualdade, na medida de suas desigualdades, a fim de igualar os desiguais aos iguais, vem desenvolvendo políticas denominadas de inclusivas para atender as camadas sociais excluídas dos sistemas educacionais a fim de nivelá-las aos demais membros da sociedade. Assim sendo, como está preconizado no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (2014):

Todas as obras recentes realizadas pelo Instituto Federal de Rondônia já contemplam em seus projetos as recomendações da legislação vigente no que refere às questões de acessibilidade. Edificações pré-existentes incorporadas ao IFRO ao longo do tempo e que, porventura, não possuíam acessibilidade, foram adequadas.

Nesse sentido, outra questão a se destacar, é a Resolução nº30/2011, que disciplina a organização, o funcionamento e as atribuições dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNEs, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO.

Entre suas principais características, destacam-se os procedimentos para sua efetiva implantação, que tem como objetivo principal, criar a cultura da educação para a convivência, a aceitação da diversidade, a eliminação das barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais, incluindo socialmente a todos por meio da educação.

Informamos também que duas metas apresentadas no presente documento contribuem para a regulamentação da acessibilidade e para o atendimento prioritário em âmbito institucional. A Pró-Reitoria de Planejamento e Administração – PROPLAD – tem como meta para o ano de 2015, a elaboração do Plano de Desenvolvimento Físico do IFRO (PDF), que passará a oferecer documentalmente, de maneira mais detalhada, as especificidades técnicas de construção para atendimento ao disposto, atendendo as necessidades de cada *campus*, em consonância com os objetivos institucionais e a legislação vigente. Em complemento a essa ação, a reitoria tem como meta a elaboração do Plano de Acessibilidade e Atendimento Prioritário do IFRO, que, como o nome sugere, passará a servir como referência documental da instituição para essa finalidade, contemplando os estudos já realizados pelo NAPNE, bem como do PDF, a ser desenvolvido pela PROPLAD.

O ensino e a aprendizagem têm interessado, sobremaneira, pesquisadores, professores, gestores e também às famílias, especialmente, no que concerne a educação especial inclusiva. No âmbito do Instituto Federal de Educação de Rondônia, isso não é diferente. Apesar de sua jovialidade, o IFRO tem demonstrado que pode fazer a diferença oferecendo à sociedade uma educação isonômica para todos. Todos os seus campi têm procurado incluir os mais diversos sujeitos socialmente constituídos para que façam parte do sistema nacional de educação básica, técnica, tecnológica e superior, provendo assim “o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (CF, art 3º, inc. IV), pautando sempre pelo zelo aos princípios constitucionais de respeito à dignidade da pessoa humana, da liberdade de ir e vir e da igualdade entre todos. (BRASIL, 1988).

5.5. Certificação de Conclusão de Curso

Nos termos da legislação vigente os diplomas para os formandos do curso de Licenciatura em Geografia serão emitidos pela Coordenação de Registros Acadêmicos – CRA para os estudantes que concluírem todas as componentes

curriculares e demais atividades que compõe o curso de acordo com este projeto pedagógico. O recebimento do diploma ocorrerá, cumpridas todas as etapas, após a colação de grau que é obrigatória para os estudantes. Sendo também requisitos obrigatórios para a obtenção do diploma a aprovação no Estágio Curricular Supervisionado, no Trabalho de Conclusão de Curso e o cumprimento das Atividades Complementares.

5.6. Acesso a Equipamentos de Informática pelos Docentes

Todos os docentes do *Campus* têm acesso a equipamentos de informática que estão distribuídos nos laboratórios, na biblioteca, nos gabinetes e em salas de estudos e de atendimento a alunos.

A Instituição disponibiliza, em seus três turnos de funcionamento, os laboratórios de informática, composto com máquinas e equipamentos de última geração.

Além dos laboratórios, os docentes contam ainda com equipamentos de informática instalados nas coordenadorias dos cursos, departamentos de pesquisa e extensão e serviço de apoio psicopedagógico.

O acesso à internet no âmbito do *campus* é realizado por meio de um canal de alta velocidade, com 100MBps/s - Full.

Os microcomputadores disponibilizados aos docentes permitem, também, acesso, por intermédio do Sistema, às informações sobre as suas turmas, impressão do diário de classe, cadastro de notas, faltas, conteúdo e relatórios, podendo assim, acompanhar o rendimento acadêmico de cada aluno em tempo real e de qualquer lugar.

5.7. Recursos Audiovisuais Disponíveis para o Exercício da Docência

Os recursos audiovisuais são disponibilizados em números equivalentes às necessidades e demanda das aulas e atividades acadêmicas.

Quadro 34 - Recursos audiovisuais.

Equipamentos	Especificação
Computadores	4
Projetor de multimídia	17
Televisores	5

Caixa de som	3
Lousa Digital	10
Microfones	3

Fonte: IFRO – *Campus Cacoal*.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050/2004**. Disponível em:

http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_gerico_imagens-filefield-description%5D_24.pdf. Acesso em: 17 de jun. de 2016.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos** / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

_____. Casa Civil. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm> Acesso em: 15 de out. de 2017.

_____. **Constituição Federal**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 03 de jul. de 2017.

_____. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 27 de out. de 2017.

_____. **Decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 17 de jul. de 2017.

_____. **Lei nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm, Acesso em: 03 de ago. de 2017.

_____. **Lei nº 12.764**, de 27 de dezembro de 2012. Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm> Acesso em: 02 de ago. de 2017

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**.

Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013, 542p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>> Acesso em: 12 de set. de 2017.

MEC. **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia**. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=86&id=12352&option=com_content> Acesso em 12 de jul. de 2017.

MEC/CNE/CES PARECER Nº 492, DE 9 DE JULHO DE 2001 Aprova as

Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Geografia. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acessado em 15 de jul. de 2017.

MEC/CNE/CES RESOLUÇÃO Nº 14, DE 13 DE MARÇO DE 2002. Estabelece as Diretrizes para os cursos de Geografia. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES142002.pdf>.> Acesso em 15 de jul. de 2017.

MEC/CNE/CS RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1 DE JULHO DE 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17719-res-cne-cp-002-03072015&Itemid=30192.> Acesso em 15 de jul. de 2017.

PNE – **Plano Nacional de Educação**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm.> Acesso em: 16 de jul. de 2017.

Poder Executivo. DECRETO Nº 6.095, DE 24 DE ABRIL DE 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm.> Acesso em 17 de julho 2017.

SANTOS, Mônica Pereira dos e PAULINO, Marcos Moreira (orgs.). **Inclusão em educação**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

UNESCO. **Educação: um tesouro a descobrir**. UNESCO, 2010. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109590por.pdf>> Acesso em: 30 de out. de 2017.